

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

**CONHECIMENTO TRADICIONAL E O REGISTRO DE
PATENTES**

CURITIBA

2007

THIAGO DOMINGUES PENTEADO

**CONHECIMENTO TRADICIONAL E O REGISTRO DE
PATENTES**

Monografia apresentada como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Direito das Relações Sociais, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Peres Gediél.

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, de agradecer minha família por todo o apoio recebido, inclusive meus irmão pela colaboração durante essa complicada fase de estudos.

Aos meus pais agradeço o apoio e a oportunidade de estudo que me proporcionaram, incluindo a chance de estar aqui concluindo meu curso de Direito. A minha mãe, obrigado pelo carinho e pelos cuidados que sempre teve comigo. Pai, obrigado pelas oportunidades que me concedeu e ainda irá conceder, e também obrigado pela ajuda como revisor.

Agradeço também aos amigos que, sempre presentes, me incentivaram e acreditaram em mim, entendendo os “furos” que tive que dar para me dedicar ao desenvolvimento deste trabalho.

Não tenho como não agradecer aos meus professores, que comigo compartilharam seu conhecimento e me proporcionaram chegar até aqui.

E por fim, obrigado meu amor, por tudo que você representa, por todo o apoio, não só durante o período relativo à monografia, mas em todo o curso no qual você sempre esteve ao meu lado, me incentivando e sempre acreditando em mim.

Obrigado, amo todos vocês.

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
1. CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO À BIODIVERSIDADE.....	6
1.1. POPULAÇÃO TRADICIONAL	6
1.2. CONCEITO DE CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO	8
1.3 IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E DE SUA PROTEÇÃO.....	10
2. PATENTES	16
2.1. CONCEITO DE PATENTE	16
2.2. O TRIPS E A GLOBALIZAÇÃO DAS PATENTES	20
2.3. A LEI 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996	23
3. BIOPIRATARIA	26
3.1 DEFINIÇÃO.....	26
3.2 PATENTE COMO INSTRUMENTO DE BIOPIRATARIA.....	30
4. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL.....	35
4.1 CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB).....	35
4.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	38
4.3 MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.186-16/2001.....	40
5. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS.....	44
5.1 PATENTES	44
5.2 REGIME JURÍDICO <i>SUI GENERIS</i>	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXOS	60

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar a importância que os conhecimentos tradicionais adquiriram na atualidade e como é fraca a legislação que os protege. Para isso, partiu-se da conceituação de população tradicional e de seu conhecimento para esclarecer sua importância na conservação da diversidade biológica e seu uso comercial. Também se estudou o registro de patentes que representa a ferramenta mais utilizada na proteção de produtos desenvolvidos com base no conhecimento tradicional. A biopirataria foi estudada por constituir a principal ameaça tanto aos conhecimentos tradicionais quanto a biodiversidade como um todo. Foi importante ainda, analisar a legislação que visa proteger o conhecimento tradicional, demonstrando a necessidade de criação de um sistema mais adequado, ou seja, um regime jurídico *sui generis* de proteção dos conhecimentos tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE – Conhecimento Tradicional, Patentes, Biopirataria, Regime Jurídico *Sui Generis*.

ABSTRACT

This work objectifies to demonstrate the importance that the traditional knowledge acquired at the present time and how weak is the law that protects them. For this matter, began with the concepts of traditional population and their knowledge to explain its importance in the conservation of biological diversity and their commercial use. It was also studied the registration of patents, that represents the most used tool in the protection of products developed based on the traditional knowledge. The biopiracy was studied because it is the main threat to traditional knowledge and biodiversity. It was also important to analyze the legislation that aims to protect traditional knowledge, demonstrating the need for a more adequate system, a *sui generis* legal regime of protection of traditional knowledge.

KEY-WORDS - Traditional Knowledge, Patents, Biopiracy, *Sui Generis* Legal Regime.

INTRODUÇÃO

Com o *slogan* de sua última campanha publicitária - “Nivea traz um segredo milenar para você” - a empresa alemã, internacionalmente conhecida no ramo dos cosméticos, evidencia que já foi o tempo em que as indústrias ocidentais¹ desmereciam ou ignoravam o conhecimento tradicional.

Durante séculos os povos e comunidades tradicionais se desenvolveram sem a interferência da cultura e da ciência ocidental e, mesmo após o contato entre as diferentes culturas, o Ocidente apenas tentava impor seu modo de vida, desprezando, muitas vezes, o conhecimento desses povos.

Por meio de um vínculo com a natureza, os povos tradicionais desenvolveram conhecimentos e técnicas diferentes da ciência moderna e suas inovações científicas, obtidas, na maioria das vezes, de forma independente.

O conhecimento tradicional diverge do conhecimento científico ocidental pela maneira como é obtido e muitas vezes, também, pela sua motivação. Enquanto o conhecimento no mundo capitalista é perseguido com o intuito do lucro, o conhecimento tradicional busca somente uma melhora nas condições de vida da comunidade.

Mas, após um longo período no qual a sociedade ocidental e suas grandes empresas ignoraram os povos tradicionais, sua cultura e seu conhecimento, a busca por meios de pesquisa mais eficientes e métodos para identificação de propriedades específicas de elementos naturais e a identificação dos princípios ativos desses elementos que levaram essas empresas a aproximar-se das comunidades tradicionais. Essa aproximação surge como tentativa de buscar nas comunidades tradicionais seu vasto conhecimento sobre a natureza e seu

¹ Por ocidental deve-se entender culturas como a européia e a americana, que há séculos buscam impor seu modo de ver e interagir com o mundo como o mais adequado, seja por meio da religião, como no “descobrimento das Américas”, ou por meio do sistema social e econômico, o modo capitalista de produção e a sociedade de consumo.

funcionamento. Conhecimento, no caso, só pode ser adquirido a partir da vivência dessas comunidades e pela forte relação que possuem com a natureza.

A partir daí, empresas desenvolveram diversos compostos utilizando o conhecimento adquirido das comunidades tradicionais, como base e modo de aceleração para identificação das propriedades naturais de plantas e animais. A confiabilidade dos conhecimentos tradicionais mostra-se elevada ao ponto de determinadas empresas, principalmente do ramo de cosméticos, utilizarem o conhecimento como instrumento de propaganda, ou seja, valorizar o produto, mostrando ao consumidor que este é proveniente de conhecimentos tradicionais.

Dessa maneira, os conhecimentos tradicionais têm auxiliado na criação de diversos produtos que são comercializados e geram grandes lucros, provenientes da economia realizada na fase de pesquisa e desenvolvimento.

Após o desenvolvimento de produtos mediante utilização do conhecimento tradicional, as empresas recorrem aos direitos de propriedade intelectual, principalmente a patente, para registrar e obter a exclusividade de exploração e comercialização, excluindo do processo as comunidades de onde os conhecimentos foram retirados, negando-lhes mais que os lucros provenientes, mas o próprio direito de continuar a utilizar seu conhecimento.

Favorecendo as empresas, constata-se que a legislação que protege a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, apesar de ter sofrido um grande avanço com a Convenção sobre Diversidade Biológica, ainda é muito fraca e ineficaz, enquanto a legislação de proteção da propriedade intelectual, principalmente após a assinatura do TRIPS², é forte e eficiente.

O conhecimento tradicional, portanto, é de extrema relevância. Não só possui um grande valor econômico, como também um importante papel na preservação da diversidade biológica, servindo de exemplo de interação entre homem e natureza.

² Acordo a sobre a Proteção da Propriedade Intelectual.

Esse trabalho visa tratar do conhecimento tradicional, conceituando-o e demonstrando sua importância, principalmente na preservação da diversidade biológica. A seguir será realizado um estudo sobre o registro de patentes e sua expansão global. Esse conteúdo é de grande relevância por possuir uma relação próxima com os conhecimentos tradicionais.

Após o estudo das patentes, será discutido o problema da biopirataria, que atinge diretamente, não só o conhecimento tradicional, como a diversidade biológica como um todo.

Posteriormente, o estudo se debruça sobre a legislação de proteção do conhecimento tradicional. Nessa análise legal, estarão evidenciadas a ineficácia legislativa e a falta de instrumentos que garantam essa proteção.

Por fim, o presente estudo demonstra os elementos e dispositivos necessários a uma efetiva proteção dos conhecimentos, para assegurar às comunidades tradicionais seus direitos sobre os frutos de anos de desenvolvimento e aperfeiçoamento de conhecimentos, práticas e inovações, que visam não somente a melhora da qualidade de vida, mas a proteção de toda a biodiversidade.

1. CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO À BIODIVERSIDADE.

1.1. POPULAÇÃO TRADICIONAL

Para COLCHESTER (2000:230) não há um conceito universal relativo a população tradicional.

Não existe definição universal aceita de quem são as comunidades tradicionais ou “nativas”. No sentido mais literal, o termo “tradicional” (*indigenous*) implica uma longa residência numa determinada área.

Mesmo assim no direito internacional, o termo começou a ser usado de forma mais precisa, aplicada a grupos étnicos distintos que tem uma identidade diferente da nacional, tiram sua subsistência do uso dos recursos naturais e não são politicamente dominantes.

VIANNA³, citada por ADAMS (1998:303), define o termo “tradicional” como “adjetivo de tipo de manejo, de tipo de sociedade, de forma de utilização de recursos, de território, de modo de vida, de grupos específicos e de tipos culturais”. Dessa maneira, população tradicional é aquela cuja gestão da vida em sociedade e dos recursos que a servem é realizada de maneira própria e mediante tradição⁴.

A Convenção 169/2000, da OIT, utiliza o termo “povos tribais” para denominar populações tradicionais. De acordo com o artigo 1º.1.a, da Convenção, povos tribais são aqueles “cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que

³ VIANNA, L. P. 1996. Considerações Críticas sobre a construção da idéia de conhecimento tradicional na contexto das unidades de conservação. São Paulo. 217 p. Dissertação (mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

⁴ Tradição: 1. Ato de transmitir ou entregar. 2 Comunicação ou transmissão de notícias, composições literárias, doutrinas, ritos, costumes, feita de pais para filhos no decorrer dos tempos ao sucederem-se as gerações. 3 Notícia de um tempo antigo transmitido deste modo. 4 Doutrinas, costumes, etc., conservados num povo por transmissão de pais para filhos. 5 Conjunto de usos, idéias e valores morais transmitidos de geração em geração (MICHAELIS)

estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial”. No artigo 1º.2, a Convenção dispõe que é imprescindível para a caracterização como povo indígena ou tribal, a consciência de sua condição de indígena ou tribal, isto é, o povo deve se reconhecer e ser reconhecido com tendo uma condição social, econômica e cultural distinta da sociedade dominante.

A Medida Provisória n. 2.186-16/2001 define comunidade local, mas pode-se ampliar a definição para as comunidades tradicionais em geral. Em seu artigo 7º, II, o texto define comunidade local como:

Grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, distinto por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas.

ANTUNES (2002) afirma que é importante não confundir população tradicional com outras populações pobres e marginalizadas e também exclui a possibilidade de caracterização de comunidades urbanas como tradicionais. Ele faz a separação entre comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais (locais). Essa distinção é desnecessária, visto que sua definição de comunidade local pode englobar também as comunidades indígenas. Nessa idéia, populações tradicionais seriam:

Aquelas que, em princípio, encontram seus habitats em florestas nacionais, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, ou seja, os grupos que são conhecidos como povos da floresta, caiçaras ou outros que, reconhecidamente, tenham uma forma de vida peculiar e característica, distinguindo-os da comunidade nacional. (ANTUNES, 2002:126)

DERANI (2002:153) apresenta cinco elementos que podem ser identificados nas comunidades tradicionais:

1. propriedade comunal;
2. produção voltada para dentro (valor de uso);
3. distribuição comunitária do trabalho não assalariado;
4. tecnologia desenvolvida e transmitida por processo comunitário, a partir da disposição de adaptação ao meio em que estabelecem;
5. transmissão da propriedade, de conhecimento, pela tradição comunitária, intergeracional.

Da Política Operacional do Banco Mundial que trata das populações tradicionais (*indigenous people*), também podem ser extraídas algumas características importantes desses povos. Segundo este documento, os membros de uma comunidade tradicional devem se identificar como um grupo cultural distinto e assim ser reconhecidos pelos demais. Devem também possuir um vínculo com um habitat específico ou território ancestral, bem como com seus recursos naturais e, por fim, formar institutos culturais, econômicos, sociais e políticos distintos daqueles utilizados pela cultura dominante.

Utilizando a definição legal e as características identificadas na política do Banco Mundial chega-se ao conceito. Em síntese, entende-se como população tradicional o grupo humano que se reconhece e é reconhecido por outros como culturalmente distintos, que vive em habitat próprio e específico, sobrevive utilizando recursos naturais próprios, que possui um sistema de organização próprio e independente, com institutos culturais, econômicos, sociais e políticos particulares e que não são politicamente dominantes.

1.2. CONCEITO DE CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

Os conhecimentos tradicionais, ou seja, aqueles referentes às populações tradicionais, ocorrem nas mais diversas áreas, tanto científicas, quanto culturais. Para fins deste estudo, vamos nos ater ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade⁵.

O artigo 7º, I, da Medida Provisória n. 2.186-16/2001 define conhecimento tradicional associado como a “informação ou prática individual ou

⁵ O conceito de biodiversidade pode ser encontrado na Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada durante a ECO-92 na cidade do Rio de Janeiro e promulgada pelo Decreto 2.519, de 1998. O artigo 2º, da Convenção, define diversidade biológica como sendo “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.

coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético”.

Nessa definição, percebe-se que o conhecimento tradicional deve possuir um valor determinado ou determinável e estar associado à biodiversidade de maneira que envolva suas propriedades, usos e características.

BANIWA (2003:109) define o conhecimento tradicional como o “conhecimento que se dá, para a população indígena, a partir do que cada povo entende sobre o mundo e a natureza”.

Os antropólogos CUNHA e ALMEIDA (2002), em sua obra *Enciclopédia da Floresta*, classificam o conhecimento das populações tradicionais como enciclopédico, por abranger as mais diversas áreas. Nessa linha, o conhecimento tradicional compreende os mais variados ecossistemas, propriedades farmacêuticas, alimentícias, agrícolas, entre outras propriedades possuídas pelas diversas espécies, bem como o manejo de recursos naturais. Esses saberes alcançam tipo de madeira mais apropriada à construção, tipos de solo mais propícios ao plantio das mais variadas espécies de plantas, iscas preferidas de peixes, entre outros. Esse é o entendimento dos referidos antropólogos:

O conhecimento que as populações têm da floresta que habitam é verdadeiramente enciclopédico, no sentido de cobrir áreas variadas: desde a madeira linheira que serve para mão-de-força de uma casa; as enviras que prestam para amarrá-la; as fruteiras que o porquinho ou o veado preferem e debaixo das quais é quase certo caçá-los; os solos ideais para plantar o milho, o tabaco, o jerimum; a maneira de trançar as palhas de uricuri para fazer o telhado; as iscas preferidas do caparari, do mandim, do pacu; os sonhos, os presságios, as maneiras de ter sorte na caça. (CUNHA e ALMEIDA, 2002:15)

As comunidades tradicionais não só se utilizam os recursos naturais disponíveis, como consideram a natureza, ou melhor, a flora e a fauna, como por eles domesticadas, não selvagens. A biodiversidade é parte integrante da cultura desses povos, que usam o conhecimento cultural como meio para compreendê-la.

Esse conhecimento é dividido entre a comunidade, de maneira que cada indivíduo se especializa em uma determinada área, havendo uma separação dos

tipos de atividades de acordo com o sexo. Dessa forma cada indivíduo detém uma parcela do conhecimento da comunidade, não havendo quem detenha todo o saber. O conhecimento como um todo não pertence a uma ou a algumas pessoas, ele é um coletivo, pertencendo a toda a comunidade.

ANTUNES (2002) entende que a aplicação do conceito de conhecimento tradicional não é uma tarefa simples, justamente pela característica coletiva que possui. Segundo o autor, mesmo se o conhecimento estiver concentrado em um indivíduo, como um Pajé ou Xamã, não perde sua característica coletiva, pois tal indivíduo é fruto do conhecimento geral, e deverá transmiti-lo a outro indivíduo, que deverá sucedê-lo.

Para DERANI (2002), o conhecimento tradicional não possui valor de troca e não pode ser apropriado individualmente. Ele é um patrimônio social, ou seja, pertence a toda a comunidade, que se utiliza dele para sua subsistência.

1.3 IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E DE SUA PROTEÇÃO

Para MARQUES (1999), apesar de os portugueses terem utilizado os conhecimentos dos ameríndios, tanto na medicina, quanto na alimentação, somente no início do século passado esse conhecimento foi reconhecido por Hoehne⁶, quando creditou aos ameríndios a fonte de diversos conhecimentos modernos, como o quinino e a emetina. Para MARQUES (1999), em razão de os ameríndios possuírem um forte vínculo com a natureza, eles a observavam e a estudavam muito mais que os médicos e fitologistas de hoje.

Na Agenda 21⁷, as Nações Unidas definem o conhecimento desenvolvido pelas comunidades tradicionais como científico holístico, e recomendam que os

⁶ Pesquisador do Instituto Butantã de São Paulo, na década de 30 do século XX.

⁷ ANTUNES (2002:11) define a Agenda 21 como: “um conjunto de metas e objetivos que visam estabelecer orientações para a comunidade internacional durante o século

valores, conhecimentos tradicionais e técnicas de manejo sejam reconhecidos, de maneira a promover um desenvolvimento ambiental saudável e sustentável.

Sobre o assunto, BARBIERI (1997:132) tece o seguinte comentário:

Pode se afirmar sem sombra de dúvida que medidas como estas são indispensáveis para a conservação e uso socialmente apropriado dos recursos genéticos de uma região ou país. Por isso elas devem ser usadas como instrumentos de política pública para implementar e aperfeiçoar a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Reforçando essa idéia, pode-se citar SANTILLI (2005) e ARAUJO (2002). Afirmam que diversos estudos comprovam que os conhecimentos tradicionais ajudam a conservar a diversidade biológica, principalmente de florestas tropicais. Ambos citam o seminário “Consulta de Macapá”, realizado em 1999, onde foi constatado que 40% das áreas de extrema importância biológica e 36% das áreas de muito alta importância biológica estão em terras indígenas.

Para CASTRO (2000) é justamente a preservação da diversidade biológica que despertou o interesse da comunidade mundial acerca dos conhecimentos tradicionais. Ela entende que os saberes e a forma de manejo empregado pelas comunidades tradicionais são fundamentais. Afinal, foi através do profundo conhecimento dos ecossistemas que essas populações conseguiram reproduzir seu sistema social e cultural.

O modo de vida das comunidades tradicionais está ligado diretamente à natureza e dela depende, criando, nesses povos, a necessidade de compreenderem-na de maneira profunda. Essa delicada ligação é o que contribuiu para o desenvolvimento de um modo de vida sustentável nessas populações. Para que essas populações possam continuar a desenvolver conhecimentos e um modo de vida sustentável e conectado a natureza, é preciso garantir a sobrevivência física e cultural desses povos.

XXI”. O documento foi criado durante a ECO-92, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro.

Para SHIVA (2001), a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural, principalmente pelo fato de que culturas que possuem economias e sistemas de produção descentralizados utilizam e reproduzem essa biodiversidade. Já as culturas que se baseiam em sistemas de controle centralizados e utilizam-se da monocultura, contribuem para a destruição da biodiversidade. Deve-se, então, ampliar o alcance das culturas baseadas na descentralização e na diversidade e diminuir o alcance das culturas que se baseiam nas monoculturas e na não-sustentabilidade.

Outro ponto importante, no que se refere aos conhecimentos tradicionais, é o valor econômico que esses conhecimentos podem representar para a comunidade dominante e industrial. Justamente por causa desse valor CUNHA e ALMEIDA (2002) suprimiram de seu livro, tudo aquilo que poderia gerar um interesse comercial.

A situação neste momento é de indefinição legal no Brasil, e ficamos num dilema em relação aos conhecimentos tradicionais que possam eventualmente ter uma potencial econômico: se os publicássemos, estaríamos pondo esses conhecimentos no domínio público, e eles poderiam ser apropriados para fins comerciais por quem quer que fosse e sem nenhum ônus. Por isso omitimos deliberadamente muitas informações, em diversas áreas, que nos pareceram capazes de eventualmente gerar produtos comerciais. Esta enciclopédia foi deliberadamente “autocensurada”. (CUNHA e ALMEIDA, 2002:22-23)

SANTILLI (2005) afirma que os recursos biológicos possuem, para essas comunidades, uma significância que vai além do simples valor de uso, possuindo também, valor simbólico e espiritual. Esse conhecimento amplo que as comunidades possuem sobre a biodiversidade compreende uma enorme quantidade de informações quanto às aplicações industriais de determinadas plantas ou animais, incluindo informações para a determinação de um princípio ativo ou características funcionais de células e microorganismos.

Os principais interessados nesse conhecimento são as indústrias de biotecnologia, principalmente as de produtos farmacêuticos, químicos e agrícolas. Segundo ARAÚJO (2002), a busca pelos conhecimentos tradicionais é

uma tentativa das indústrias de economizar anos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos biotecnológicos.

SHIVA (2001) citando FARNSWORTH⁸, afirma que aproximadamente 75% dos princípios ativos largamente utilizados pela medicina moderna foram identificados por meio de sistemas tradicionais. Sustenta também que a utilização de conhecimentos tradicionais aumenta em 400% a eficiência de identificação das propriedades medicinais das plantas.

A autora também comenta o termo bioprospecção⁹, que faz referência à prospecção do ouro e do petróleo. Todavia, este termo pode gerar uma impressão equivocada, pois prospecção traz consigo a concepção de um recurso enterrado, desconhecido, não usado. Esse conceito pode ser válido para o ouro e o petróleo, mas não se aplica à biodiversidade, que é conhecida e utilizada pelos povos tradicionais. A utilização desse termo esconde e ignora o conhecimento tradicional anterior à apropriação e justifica o monopólio por parte das empresas e indústrias capitalistas.

Recentemente, os conhecimentos tradicionais ganharam mais uma aplicação econômica, deixando de ser utilizados somente na identificação de moléculas e princípios ativos. Passaram também a integrar o marketing de produtos, como sinônimo de confiabilidade. Empresas do ramo de cosméticos já utilizam esse tipo de propaganda há certo tempo, a exemplo da Nivea, que ao retratar seu novo produto, um creme à base de óleo de arroz e flor de Lótus, utiliza o seguinte *slogan*, em referência ao conhecimento tradicional asiático: “Nivea traz um segredo milenar para você”.

Outro ponto importante abordado pela autora é o fato de que, em se agregando valor por meio da bioprospecção, destrói-se o valor das plantas e do

⁸ FARNSWORTH, Norman. The role of ethnopharmacology in drug development. *In*. CHADWICK, D. J., MARSH, J. (eds.) **Bioactive compounds for plants**. Nova York: John Wiley and Sons, 1990, p. 2-21.

⁹ Definido pelo Instituto Mundial de Recursos como: exploração de recursos genéticos e bioquímicos de valor comercial.

conhecimento tradicional. SHIVA (2001) afirma que a partir do momento em que os genes de uma planta ganham valor, a planta em si torna-se dispensável, especialmente genes que podem ser reproduzidos *in vitro*. O mesmo ocorre com as comunidades tradicionais, pois assim que o conhecimento tem seu valor agregado e é absorvido pelas indústrias e corporações, a comunidade torna-se dispensável. As corporações, com intuito de expandir seu mercado, destroem culturas baseadas em valores e sistemas de conhecimento alternativos.

DERANI (2002) segue a mesma linha de raciocínio e afirma que no processo de bioprospecção o recurso é mantido, mas a cultura é destruída. Para demonstrar o processo, ela faz menção à personagem Drácula, que se alimenta do sangue humano e ao buscá-lo ou destrói o humano ou o transforma em algo diferente, incapaz de retornar ao estado anterior ao contato com o vampiro.

Para BANIWA (2003), são vários os fatores que colocam os conhecimentos tradicionais em risco, mas o contato com o “homem branco” é o fato gerador da maior parte deles. Para o autor, a introdução de elementos da cultura capitalista na comunidade indígena, é um fator de risco aos conhecimentos tradicionais. Mesmo conhecimentos que parecem apenas gerar benefícios, muitas vezes contribuem para essa destruição cultural, como o sistema de saúde e a educação.

Mas o principal perigo para o conhecimento tradicional é o fato de que para participar do mundo exterior, ou seja, do mercado, o índio tem que quebrar a “lei de conhecimento tradicional” (BANIWA, 2003:111), pois seu modo de vida e seu sistema de produção devem se adaptar ao mercado. O ideal seria o mercado aceitar o modo de vida dos índios e não os índios serem obrigados a se adaptar ao mercado.

É preciso proteger o conhecimento dos povos tradicionais, pois eles não só contribuem para a preservação da biodiversidade, como também possuem um grande valor econômico e cultural para os povos que os detêm e para o país como

um todo. Afinal, como afirmou TERENA (2003:106): “o patrimônio indígena na verdade é o patrimônio brasileiro”.

2. PATENTES

2.1. CONCEITO DE PATENTE

Patente é uma espécie de direito de propriedade intelectual, que são os direitos de privilégio exclusivo garantido pela sociedade para um indivíduo produzir, usar ou vender bens e serviços. É o direito que protege o contra o uso não autorizado de sua invenção. (TACHINARDI, 1993)

TEIXEIRA (1997) define patente como o direito de explorar comercialmente uma invenção por um tempo determinado, constitutivo de uma espécie de contrato em que o direito a exclusividade é trocado pela divulgação pública do invento. Para ele, a patente viabiliza a pesquisa científica, por proteger o resultado obtido pelos investimentos realizados.

Para BARBOSA (1998), a patente é um direito conferido pelo Estado para a exploração exclusiva de uma ação humana que por meio de uma intervenção na natureza soluciona um problema técnico. Nessa relação jurídica, a lei dá ao titular um direito limitado no tempo. Para ele, a justificação da patente está no fato de que é socialmente mais produtiva a troca de uma exclusividade de fato, por uma exclusividade temporária de direito.

WANDSCHEER (2004) entende patente como um direito de privilégio concedido ao autor de uma invenção, garantindo a utilização comercial exclusiva e restringindo o uso por terceiros desautorizados. O intuito da patente é proteger os direitos de propriedade intelectual, que são os bens de valor imaterial criados pela inteligência humana.

A lei de marcas e patentes¹⁰ assegura ao inventor em seu artigo 6º a patente sobre o invento, garantindo-lhe a propriedade. Para que um invento seja patenteável a lei impõe três requisitos obrigatórios, que estão listados no artigo 8º da lei: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Para OLIVEIRA

¹⁰ Lei n. 9.279 de 14 de maio de 1996.

(2000), a lei caracteriza a patente como um direito de propriedade sobre um bem incorpóreo e móvel, que é temporal e resolúvel.

BARBOSA (1998) explica os requisitos legais obrigatórios à invenção para concessão da patente. Para preencher o requisito da novidade é preciso que a tecnologia empregada na invenção ainda não seja acessível ao público, de maneira que o técnico possa reproduzi-la. Já o requisito da atividade inventiva diz respeito à invenção não ser óbvia ao especialista, de maneira que o técnico não possa produzi-la com o conhecimento até então acessível. O último requisito, aplicação industrial, estará preenchido quando a invenção puder ser empregada em uma atividade econômica qualquer, ou nas palavras de WANDSCHEER (2004:56):

A aplicação industrial está garantida quando a invenção pode ser utilizada ou produzida em qualquer tipo de indústria. O termo indústria significa qualquer ramo de atividade econômica de produção.

SHIVA (2001) entende que o requisito da aplicação industrial exclui do sistema de patentes quaisquer setores que produzem e inovam fora do modo de organização industrial. Desta maneira os únicos fins da criatividade são o lucro e a acumulação de capital, não sendo reconhecido o bem-estar social. “A segunda restrição dos DPI¹¹ é que eles são reconhecidos apenas quando o conhecimento e a inovação geram lucro e não quando satisfazem as necessidades sociais” (SHIVA, 2001:32). Outro ponto levantado pela autora é o fato de que os DPI são direitos privados, o que exclui os conhecimentos e inovações gerados nas “terras comunitárias intelectuais”.

OLIVEIRA (2000) cita a codificação veneziana de 1474 como sendo a primeira legislação a apresentar uma justificação para a implementação de um sistema de patentes. As justificativas dadas pelo texto são utilizadas até hoje. De acordo com a codificação veneziana, de 1474, as patentes são necessárias por encorajar a atividade inventiva, compensar as inversões realizadas pelo

¹¹ Direitos de Propriedade Intelectual.

pesquisador, compreender um direito do inventor sobre sua criação e representar a utilidade pública da invenção.

De acordo com TACHINARDI (1993), podem-se enumerar três justificativas para a existência de um sistema de patentes: elas incentivam a invenção, a inovação e a abertura de novas idéias. Mas a justificativa tradicional, de acordo com a autora, ainda gira em torno da idéia de justiça. “A justificativa tradicional para os direitos de propriedade intelectual baseia-se com conceito de Justiça” (TACHINARDI, 1993:74). WANDSCHEER (2004) explica essa idéia colocando a patente como uma recompensa ao inventor pelo esforço em prol da sociedade e pelos investimentos de tempo e capital no desenvolvimento da inovação.

TACHINARDI (1993) apresenta algumas razões para a proteção da propriedade intelectual indicadas por MOSSINGHOFF¹². De acordo com essa lista, as patentes são importantes por incentivar a inovação, fornecer informação tecnológica e de mercado, incentivar a competição comercial, proteger o mercado interno contra competidores estrangeiros que copiam produtos, facilitar a entrada de produtos no mercado estrangeiro e auxiliar o crescimento econômico de países em desenvolvimento.

Mas, como afirma WANDSCHEER (2004), nem todos compartilham essa idéia. Para ela, o fato de a patente representar monopólio dificulta que a sociedade tenha acesso a inovações tecnológicas a baixos custos.

A própria TACHINARDI (1993), em sua obra, cita um trecho de uma obra de REEKIE¹³ em que o senador norte-americano Estes Kefauver afirma haver uma quantidade de descobertas dez vezes maior em países que não reconhecem o sistema de patentes do que naqueles onde o sistema é utilizado.

¹² MOSSINGHOFF, G. J. ex-presidente do Pharmaceutical Manufacturers Association, ex-secretário assistente de comércio do EUC e ex-comissário do Patent and Trademark Office.

¹³ REEKIE, W. D. **The economic of the Pharmaceutical Industry**. Londres, Macmillan, 1975.

SHIVA (2001) explica que pelo fato de pesquisas científicas e do sistema de patentes estarem baseadas no lucro, as vertentes do conhecimento e do aprendizado são deixadas de lado e esquecidas quando apresentam um grande potencial lucrativo. Mas, apesar disso são extremamente necessárias à sociedade.

A autora entende que, na verdade, não existem provas de que as patentes estimulem a invenção. Ela afirma que, mesmo sem as patentes, os lavradores inovaram por séculos, assim como as instituições públicas. Por meio de pesquisas realizadas nos EUA e na Inglaterra, mostrou-se que apenas uma parcela do estímulo às inovações surge das patentes. O estudo mostra:

Em uma base aleatória de 100 empresas de 12 indústrias, a proteção de patentes não se revelou essencial para equipamento elétrico, equipamento para escritório, automóveis, instrumentos, metal primário, borracha e indústrias têxteis. Em outras três indústrias (petróleo, maquinaria e produtos metálicos fabricados), estimou-se que a proteção de patentes era essencial para o desenvolvimento e introdução de cerca de 10 a 20% das suas invenções. Nas indústrias químicas e farmacêuticas, as patentes foram julgadas essenciais para 80% das invenções. (SHIVA, 2001:36)

A partir desses dados ela conclui que as patentes são importantes como ferramentas de controle de mercado e que seu real efeito é o inverso do incentivo à inovação, de maneira que a patente sufocaria a criatividade e a produção social do conhecimento. Afirma ainda a autora que o resultado final da ligação entre patentes e a pesquisa científica é o fim da comunicação.

O bom senso nos diz que quando as raízes de uma árvore não são nutridas ela morre. Os DPI são um mecanismo eficiente de colher os produtos da criatividade social. Eles são um mecanismo ineficiente para criar e alimentar a árvore do conhecimento. (SHIVA 2001:37-38)

Por essa metáfora, a autora procura mostrar que, por acabar com a comunicação e assim suprimir o intercâmbio de idéias, materiais e técnicas, os direitos de propriedade intelectual acabam com uma fonte que é decisiva para a criatividade e a produtividade da comunidade científica, e sem essa fonte ela se extinguirá.

2.2. O TRIPS E A GLOBALIZAÇÃO DAS PATENTES

Com os avanços tecnológicos surgem técnicas de utilização e manipulação da natureza nunca antes vistas. A química e a biologia entram na esfera do mundo molecular, buscando estudar moléculas isoladas ou em conjunto para desenvolver compostos mais eficientes e funcionam as patentes como via destinada recuperar o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Mas o custo desse desenvolvimento mostra-se maior do que as expectativas das empresas, de forma que o tempo de privilégio sobre o produto não é suficiente para cobrir os gastos. Para solucionar esse problema, inicia-se uma fase de pressões internacionais para que o sistema de patentes seja reconhecido e aceito de forma global. (WANDSCHEER, 2004)

Sobre essa pressão internacional, TACHINARD (1993:66) tem a seguinte opinião:

Os países que lideram o processo tecnológico desejam sistemas de sistemas de propriedade intelectual fortes em nível internacional para compensar as deficiências nos regimes de apropriação dos países que estão aumentando a sua capacitação tecnológica e imitação, e para compensar, também, a taxa de difusão acelerada de novas tecnologias, o que reduz o seu tempo de vida.

Os países desenvolvidos, sobretudo os EUA, consideram vital a ampliação dos direitos de propriedade intelectual em escala planetária porque garantiria incentivos à inovação e serviria de barreira defensiva contra imitação no exterior de tecnologias desenvolvidas nacionalmente em seus mercados.

OLIVEIRA (2000), ao tratar do assunto da indústria farmacêutica, comenta que anteriormente à Lei n. 9.279/96, a Lei da Propriedade Intelectual, a legislação brasileira excluía do sistema de patentes produtos e processos farmacêuticos. Em resposta ao governo brasileiro, por manter a exclusão, gerou por parte do governo estadunidense sanções econômicas sobre as exportações brasileiras, que duraram de outubro de 1988 até julho de 1990, quando foram retiradas mediante a promessa, do Presidente Collor, de criar legislação na qual os produtos farmacêuticos fossem suscetíveis de patenteamento.

A Convenção de Paris¹⁴ propunha aos países membros a criação de uma legislação interna que protegesse a propriedade intelectual, mas como não havia nenhuma forma de imposição, sua proteção se mostrou insuficiente.

Então, durante a Rodada Uruguia de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT¹⁵ surge o TRIPs, Acordo sobre a Proteção da Propriedade Intelectual.

Este acordo utiliza, como ponto de partida, idéias e princípios desenvolvidos durante a Convenção de Paris. Mas, torna obrigatório que os países signatários protejam a propriedade intelectual em sua legislação interna e determina parâmetros mínimos para esta proteção, como: matéria patenteável¹⁶, direitos conferidos pela patente¹⁷, condições para requerer patentes¹⁸.

WANDSCHEER (2004) ressalta que durante a formulação do acordo, assim como acontecem nas demais negociações mundiais, a vontade dos Países do Norte, ou seja, países desenvolvidos, é imposta ao Terceiro Mundo, de maneira que o TRIPs vem auxiliar os EUA em sua campanha de repressão aos países que não se utilizam de uma proteção adequada à propriedade intelectual.

O objetivo do TRIPs encontra-se expresso em seu artigo 7º, que diz que a proteção da propriedade intelectual visa promover a inovação tecnológica,

¹⁴ Denominada oficialmente União de Paris para a Proteção da Propriedade Intelectual, realizada em 1883.

¹⁵ Acordo Geral de Tarifas e Comércio, criado em 1948 para regular a atividade e cooperação econômica internacional. (WANDSCHEER, 2004)

¹⁶ De acordo com o artigo 27, será patenteável toda invenção, produto ou processo tecnológico, que seja nova, possua um passo inventivo e tenha aplicação industrial, respeitando-se a ordem pública e a moralidade. Podem os membros considerar não patenteável métodos diagnósticos, terapêuticos e cirúrgicos para o tratamento de seres humanos ou de animais.

¹⁷ O art. 28 confere o direito de impedir que produtos patenteados ou obtidos através de um processo patenteado sejam produzidos, usados, vendidos ou importados por terceiros sem autorização.

¹⁸ O art. 29 determina que os membros signatários deverão exigir que a requerente da patente divulgue a invenção de maneira clara e completa, de maneira que seja possível ao técnico reproduzi-la. Os membros podem exigir que o requerente informe a técnica mais adequada a produção da invenção conhecida por ele até o momento.

beneficiando produtores e usuários de conhecimento tecnológico, de forma conducente com o bem-estar social e econômico.

TEIXEIRA (1997) acredita que o sistema de patentes não prejudica em nada os países de terceiro mundo, como o Brasil. Ao contrário, incentivam a criação e favorecem a pesquisa científica e o desenvolvimento de novas tecnologias.

TACHINARD (1993) cita diversos autores que defendem um sistema forte de patentes para os países em desenvolvimento. Os principais argumentos levantados pela autora são no sentido de que através de um sistema de proteção à propriedade intelectual os países em desenvolvimento conquistariam um lugar nas redes globais de tecnologia, desenvolveriam cientistas para novos parques tecnológicos e criariam uma maior interação entre universidade-governo e iniciativa privada, o que atrairia investimentos para o setor tecnológico.

Mas, nem todos os autores defendem esse ponto de vista. SHIVA (2001) acredita que o sistema de patentes só incentiva o desenvolvimento voltado para o lucro e acaba com a comunicação entre os cientistas, extraíndo e extinguindo a criatividade científica.

TACHINARD (1993) afirma que, até a década de 80 do século passado era grande o número de doutrinadores que se expressavam contra um sistema de proteção de patentes estrangeiras para países em desenvolvimento. Ela cita VAITSOS¹⁹ que afirma que o sistema de patentes possui um efeito negativo, com poucos benefícios para países em desenvolvimento, pois as patentes, na maioria das vezes, são controladas por grandes empresas e usadas para se obter monopólio, de maneira a não contribuir com o avanço científico ou com o investimento estrangeiro.

¹⁹ VAITSOS, Constantine. Patents Revisited: The Function in Developing Countries. In: COOPER, Charles (org.). Science, Technology and Development. The Political Economy of Technical Advance in Underdeveloped Countries. Frank & Co. Ltda., 1973.

A autora cita também PENROSE²⁰, a qual considera como uma das principais estudiosas do sistema de patentes. PENROSE não acredita que a concessão de patente a cientistas estrangeiros incentive a invenção por cientistas locais. Para ela a concessão de monopólio resulta em uma barreira para aos investimentos locais.

E sob o enfoque da relação custos/benefícios, a autora conclui que, principalmente para países em desenvolvimento, a concessão de patentes a estrangeiros possui custos elevados e benefícios duvidosos, de maneira que os custos são arcados pelos importadores de produtos patenteados enquanto os benefícios são quase que totais para os exportadores. Isso significa que o mercado nacional arca com custos elevados para adquirir produtos patenteados por estrangeiros, que podem elevar seus preços graças ao monopólio obtido. Ela conclui afirmando que o sistema de patentes é interessante para países desenvolvidos, onde a indústria tem uma capacidade de inovação elevada. Todavia, para os países em desenvolvimento, o ganho com um sistema internacional de patentes seria nulo.

Com o Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994, o Brasil promulga a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT e passa a ter o prazo de cinco anos para criar legislação que regule a proteção da propriedade intelectual nos termos do TRIPs. Em 14 de maio de 1996 é promulgada a Lei n. 9.279 que vem para satisfazer a obrigatoriedade imposta pelo TRIPs.

2.3. A LEI 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996

Por meio da Lei 9.279/96, conhecida como lei das patentes, o Brasil cumpre antecipadamente o determinado na Rodada Uruguai de Negociações

²⁰ PENROSE, Edith. The economics of the international patent system. Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1951.

Comerciais Multilaterais do GATT, criando uma legislação protetora dos direitos de propriedade intelectual de maneira ampla, cedendo às pressões internacionais para garantir a proteção de patentes para produtos farmacêuticos.

Assim como o TRIPs, a lei versa sobre os direitos de propriedade em geral, incluindo: direitos autorais, marcas, desenhos industriais e patentes. Para o presente estudo, enfocam-se apenas os temas que se referem a patentes.

De acordo com OLIVEIRA (2000), dois aspectos devem ser considerados para aplicação e interpretação dessa lei: o interesse social dos direitos ligados à propriedade intelectual e o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. O autor ainda indica que uma das principais alterações trazidas pela lei foi a ampliação do âmbito de proteção, voltada a guarnecer setores de importante valor econômico, como a indústria farmacêutica.

A lei define a patente e estipula os requisitos para a sua concessão, que são: novidade, aplicação industrial e atividade inventiva. Mas ela também enumera inovações que não são patenteáveis. Diz STRENGER (1996:10):

Segundo o artigo 10 da lei em análise, existe a possibilidade de imediato de indeferimento, quando se trata de descobertas, teorias científicas, métodos matemáticos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitário, de sorteios e de fiscalização, obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética, programas de computador em si, apresentação de informações, regras de jogo e técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal.

Da lei, em seu artigo 18, é possível extrair algumas inovações consideradas não patenteáveis, como as contrárias à moral, à ordem pública, à segurança e à saúde pública, e aquelas originadas de substâncias e processos resultantes de modificação do núcleo atômico e seres vivos naturais, no todo ou em parte, além dos materiais biológicos encontrados na natureza. Há uma exceção legal quanto aos seres vivos, que, de acordo com NERO (2004), foi criada para inserir como matéria patenteável a biotecnologia. A exceção se dá para microorganismos transgênicos que a própria lei define como

microorganismos que sofrem mudanças em sua estrutura genética por intervenção humana.

A lei determina que a patente seja concedida ao inventor, seus herdeiros ou sucessores ou terceiro que a lei ou contrato especifique como titular do direito. O direito é reconhecido para um sujeito de direito individual, excluindo sujeitos de direitos coletivos. É necessário fazer uma distinção entre inventor e descobridor. Para WANDSCHEER (2004), inventor resolve de maneira nova um problema técnico e descobridor apenas demonstra algo que já existe, mas não é conhecido.

Por fim, a lei define o órgão responsável pela gestão do sistema de patentes, o INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial - que tem como finalidade principal executar as normas que regulam a propriedade industrial no Brasil, de acordo com sua função social, econômica, jurídica e técnica.

3. BIOPIRATARIA

3.1 DEFINIÇÃO

Ao mesmo tempo em que as indústrias buscam proteção para suas pesquisas por meio de patente em nível global, aumentando o mercado consumidor e conseqüentemente os lucros, procuram também meios para diminuir gastos com pesquisa e agilizar o processo de desenvolvimento de novos produtos.

Para realizar esse objetivo buscam obter informações sobre aplicações para a fauna e a flora sem ter que recorrer a investimentos em todos os campos de possibilidades para cada novo composto, como ensina WANDSCHEER (2004:18):

Além de lutarem por um sistema que protegesse seus produtos, perceberam que poderiam diminuir o tempo com as pesquisas, se tivessem informações sobre a utilização dos produtos naturais, sem ter que investir em todo campo de possibilidades para cada novo composto extraído da natureza.

É com o intuito de diminuir gastos que pesquisadores buscam conhecimento nas chamadas populações tradicionais. Como já visto, essas populações têm um forte vínculo com a natureza, pois dela tiram seu sustento. É da natureza que essas populações se alimentam e retiram os “remédios” necessários ao tratamento de diversas doenças. É exatamente esse conhecimento tradicional que os pesquisadores procuram para identificar compostos e princípios ativos.

Como apontado anteriormente, o conhecimento tradicional pode aumentar em 400% a eficiência dos estudos para determinação das propriedades medicinais de uma planta. Outro dado que revela a importância que o conhecimento tradicional recebeu da indústria farmacêutica é o fato de que se estima que cerca de 75% dos princípios ativos que são amplamente utilizados pela medicina moderna foram identificados através dos sistemas tradicionais.

Esta busca pelos conhecimentos tradicionais é retratada por SHIVA (2001) ao comentar o caso do nim, *Azadirachta indica*. A autora demonstra que através dos séculos, o nim vem sendo utilizado pelas comunidades tradicionais da Índia como biopesticida e remédio. Durante um longo período, esse conhecimento e as aplicações do nim foram ignorados pelos cientistas ocidentais, que não consideravam os costumes camponeses e médicos “primitivos” como dignos de atenção. Mas, com a crescente oposição ocidental ao uso de produtos químicos, principalmente quanto a pesticidas em lavouras, surge um grande interesse nas aplicações do *nim*. Empresas americanas e japonesas obtiveram doze patentes de produtos derivados do *nim*, produtos esses com usos similares aos empregados pelas populações locais.

SHIVA (2001:33) cita SHERWOOD²¹ que entende que a criatividade humana é um recurso que pertence a cada país, bem como ouro e outros recursos minerais. Mas SHERWOOD acredita que somente os direitos de propriedade intelectual podem libertar essa criatividade, visão da qual discorda SHIVA (2001). A autora entende que esse recurso independe dos direitos de propriedade intelectual para ser liberado, e acredita que a visão de SHERWOOD nega qualquer forma de criatividade que não é movida por lucro.

Seguindo a idéia de que a criatividade é um recurso nacional, a apropriação dela e dos conhecimentos tradicionais por parte das empresas de países do Primeiro Mundo, constitui a continuidade do sistema de colonialismo que há mais de 500 anos extrai a riqueza do terceiro mundo.

SILVA (2006) afirma que pelo fato de o Brasil possuir um vasto conhecimento tradicional com relação ao acesso e à aplicação da biodiversidade, torna-se um grande alvo da chamada bioprospecção. Na maior parte dos casos, a atividade de bioprospecção é realizada sem o devido controle, o que, segundo o

²¹ SHERWOOD, Robert. **Intellectual Property and economic Development**. Oxford: Westview Press, 1990.

autor, caracteriza a biopirataria. O autor ainda levanta os quatro principais meios através dos quais a biopirataria é realizada.

1. expedições promovidas por grupos científicos ou empresariais do exterior, diretamente orientadas para atividades de bioprospecção, dada a dificuldade de controle de tais atividades;
2. o ecoturismo, onde frequentemente se observa a presença de pesquisadores estrangeiros de coleta de amostras de plantas, solos etc.;
3. atividades de organizações não-governamentais que, em contato direto com comunidades locais e tradicionais, e sob o pretexto de lhes prestar auxílio técnico ou financeiro, muitas vezes utilizam essas populações para a identificação e coleta de material genético; e
4. instituições nacionais de pesquisa localizadas na Amazônia, seja pela ausência de controle sobre o que se pratica no âmbito de acordos de cooperação internacional, seja pelo suporte fornecido por alguns de seus pesquisadores individualmente a atividade de retirada de material biológico para fora do país, dadas as escassas condições de pesquisa locais. (SILVA, 2006:184)

SILVA (2006) apresenta dados sobre o uso de medicamentos derivados de conhecimentos tradicionais, cujo mercado é estimado em US\$ 43 bilhões anuais, sendo que menos de 0,001% dessa arrecadação é devolvida às comunidades de onde o conhecimento é retirado. Outro importante fator levantado é que a patente de produtos baseados em conhecimentos tradicionais aumenta cada vez mais, impedindo não só a sociedade em geral de ter acesso a esses produtos, mas também a própria comunidade detentora do conhecimento tradicional.

Constata-se, a partir desses fatos, que as comunidades tradicionais perdem duas vezes. Deixam de receber os frutos derivados de seu conhecimento e sofrem restrições quanto ao uso desse conhecimento.

Quando em desacordo com os princípios estabelecidos na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), ou em desacordo com a regulamentação interna de cada país, o acesso aos conhecimentos tradicionais e à biodiversidade torna-se biopirataria. SANTILLI (2005:199) expõe os princípios instituídos nessa Convenção:

A soberania dos Estados sobre os seus recursos genéticos e a necessidade de consentimento prévio e informado dos países de origem dos recursos genéticos para as atividades de acesso, bem como a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização.

HATHAWAY (2002) define a biopirataria como a coleta de material biológico em desacordo com a legislação vigente. Quando essa coleta é realizada de acordo com a legislação vigente é a chamada bioprospecção. O autor ainda expõe o fato de que no Brasil, apesar de ilegal, a biopirataria não é crime.

A biopirataria, assim, é o roubo – ou, mais formalmente, a “apropriação”, por mais imprópria que seja – de materiais biológicos, genéticos e/ou dos conhecimentos comunitários associados a eles em desacordo com as normas sociais, ambientais e culturais vigentes, e sem o consentimento prévio fundamentado de todas as partes interessadas. (HATHAWAY, 2002:95)

A biopirataria pode acontecer mediante uso do conhecimento tradicional, mas pode ocorrer de forma diversa. Pelo conceito apresentado, percebe-se que há biopirataria quando o conhecimento tradicional é apropriado e utilizado em discordância com a CDB. Mas a apropriação de conhecimentos tradicionais é apenas um dos meios de biopirataria. Ela pode ocorrer na forma de apropriação de recursos biológicos e genéticos em discordância com a CDB, ou mediante violação da soberania do país.

A biopirataria não é apenas o contrabando de diversas formas de vida da flora e fauna mas principalmente, a apropriação e monopolização dos conhecimentos das populações tradicionais no que se refere ao uso dos recursos naturais. Ainda existe o fato de que estas populações estão perdendo o controle sobre esses recursos. No entanto, esta situação não é nova na Amazônia.²²

Apesar de ser um tema recente, a biopirataria acontece há séculos. Desde a colonização européia do mundo, há casos de biopirataria, eis que os europeus se apoderavam do conhecimento tradicional dos povos, conforme explica WANDSCHEER (2004:66):

A batata, conhecida como batata inglesa, típica da América do Sul foi levada à Europa no final do século XVIII, para aplacar a fome da população européia. Outros produtos amplamente difundidos na Europa são: o tomate, oriundo do México, o milho, originário da América Latina e a soja, proveniente da Ásia.

²² AMAZONLINK. Biopirataria na Amazônia: apresentação. Disponível em: <<http://www.amazonlink.org/biopirataria/index.htm>> Acesso em: 15 de agosto de 2007.

WANDSCHEER (2004), assim como SILVA (2001), comentam um caso que teve grande importância para a economia brasileira no fim do século XVIII e início do século XIX, quando os ingleses levaram cerca de 70 mil sementes da *hevea brasilienses*, a seringueira, para a Inglaterra, inserindo-as mais tarde na Malásia, Sri Lanka e Singapura, levando o Brasil a uma grave crise econômica. SILVA (2001) afirma ser esse um dos primeiros casos de biopirataria de que se tem notícia.

3.2 PATENTE COMO INSTRUMENTO DE BIOPIRATARIA

SHIVA (2001) compara a situação atual da biopirataria com a chegada de Colombo às Américas, quando, por meio de Cartas de privilégios e patentes, os monarcas cristãos da época tomavam as terras dos “selvagens” que habitavam o continente.

De acordo com a autora, na época do “descobrimento” das Américas, o Papa entendia que o mundo pertencia a ele e aos cristãos. Em decorrência disso, onde não houvesse cristão por ele denominado dono de um território, este estaria sem proprietário, aguardando um cristão, que a mando dele o declararia seu.

Dessa forma, o Papa como dono dessas terras até então “desabitadas” as “doava” aos monarcas e conquistadores, concedendo-lhes cartas de patentes e privilégios.

O princípio da “ocupação efetiva” pelos príncipes cristãos, a “vacância” das terras a que se referiam, e o “dever” de incorporar os “selvagens” eram componentes das cartas de privilégios e patentes.

A Bula Papal, a carta de Colombo e as patentes concedidas pelos monarcas europeus estabeleceram os fundamentos jurídicos e morais da colonização e do extermínio de povos não-europeus. A população nativa americana declinou de 72 milhões em 1492 para menos de 4 milhões poucos séculos mais tarde. (SHIVA, 2001:24)

Para a autora, atualmente pode-se ver o mesmo processo acontecendo via patentes e direitos de propriedade intelectual. Ela entende que a Bula Papal

simplesmente foi substituída pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o GATT.

O princípio da ocupação efetiva pelos príncipes cristãos foi substituído pela ocupação efetiva por empresas transnacionais, apoiadas pelos governantes contemporâneos. A vacância das terras foi substituída pela vacância de formas de vida e espécies, modificadas pelas novas biotecnologias. O dever de incorporar selvagens ao cristianismo foi substituído pelo dever de incorporar economias locais e nacionais ao mercado global, e incorporar sistemas não-ocidentais de conhecimento ao reducionismo da ciência e da tecnologia mercantilizadas do mundo ocidental. (SHIVA, 2001:24)

A apropriação de riquezas por meio da pirataria continua a mesma de 500 anos atrás, de modo que as empresas hoje, por meio de acordos internacionais de proteção à propriedade intelectual, adquirem a riqueza alheia com a mesma facilidade que os conquistadores do “Novo Mundo” tomaram as riquezas das populações americanas baseados em preceitos cristãos.

No coração da “descoberta” de Colombo estava o tratamento da pirataria como um direito natural do colonizador, necessário para a salvação do colonizado. No coração do tratado do GATT e suas leis de patentes está o tratamento da biopirataria como um direito natural das grandes empresas ocidentais, necessário para o “desenvolvimento” das comunidades do Terceiro Mundo. (SHIVA, 2001:27)

A outra base sobre a qual se funda o sistema de proteção da propriedade intelectual foi desenvolvida por John Locke que, segundo a autora, entende que o capital é o verdadeiro detentor das terras e dos recursos naturais, de maneira que somente quem o possui tem o direito de propriedade sobre esses bens. Assim, outras comunidades, que possuem direitos baseados em outros sistemas, como o trabalho, têm seus direitos negados e passam a serem considerados ladrões ao tentar reavê-los.

Percebe-se que seja pela explicação do capital, ou do cristianismo, o resultado é o mesmo, as comunidades tradicionais, ou mesmo os países de Terceiro Mundo, têm seus direitos à propriedade violados ou mesmo desconsiderados. Enquanto no passado essa desapropriação era justificada pelo fato de as culturas não serem cristãs ou não serem detentoras do capital,

atualmente basta ser uma cultura não-ocidental e possuir sistemas de conhecimento diversos da cultura ocidental para perder posses e direitos.

Para HATHAWAY (2002), a patente é o principal mecanismo utilizado apropriação indevida de recursos biológicos e conhecimentos tradicionais. O problema no Brasil encontra-se na grande diferença entre os graus de proteção conferidos, de um lado, à biodiversidade e, de outro, aos direitos de propriedade intelectual. Enquanto há uma fraca proteção à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais, os direitos de propriedade intelectual, inclusive as patentes, possuem uma forte proteção legislativa.

SHIVA (2001) entende que ao negar a criatividade da natureza e de culturas diversas, os direitos de propriedade intelectual passam a se caracterizar como roubo e biopirataria.

Sobre a utilização do sistema de patentes como mecanismo facilitador da biopirataria, SANTILLI (2005:205) tece os seguintes comentários:

Concebidos para proteger inovações desenvolvidas pela ciência ocidental, e para atender especialmente às necessidades das sociedades indústrias, os direitos de propriedade intelectual têm permitido a apropriação privada de produtos e processos gerados de forma coletiva.

A autora afirma que, via sistema de patentes, processos e produtos desenvolvidos pela coleta de recursos em países com grande biodiversidade e pela utilização de conhecimentos tradicionais, passam a pertencer ao domínio privado, tornando-se de exploração exclusiva da empresa que desenvolveu esse produto ou processo. Desta maneira, utilizando-se do sistema de patentes, empresas excluem a participação nos resultados os países detentores dos recursos utilizados, ou até mesmo, a comunidade tradicional que desenvolveu o conhecimento que serviu como base para o desenvolvimento do produto.

Outro importante ponto levantado pela autora é o fato de que não é recente a constatação de que o sistema de patentes pode ser usado como facilitador da biopirataria. A Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em 1992, prevendo essa possível ocorrência, determinou em seu artigo 16.5 que os direitos

de propriedade intelectual devessem cooperar com a Convenção, respeitando legislações nacionais e internacionais, de modo que esses direitos de propriedade intelectual devem ser interpretados e aplicados de forma compatível com a Convenção, reforçando-a em seus fundamentos e não minando suas bases e objetivos.

Mas esse dispositivo não obteve a repercussão necessária e não foi suficiente para uma efetiva compatibilização da CDB com a TRIPS. Apesar de os países em desenvolvimento pressionarem para que essa adequação seja realizada, buscando soluções como a exigência da identificação da fonte do material genético e do conhecimento tradicional utilizado e prova do consentimento prévio e informado e da repartição justa e equitativa dos benefícios, os países desenvolvidos não aceitam essas alterações, sempre buscando o adiamento da discussão do tema.

SHIVA (2001) deixa clara sua posição quanto ao TRIPS e seu sistema de patentes. Para a autora, o acordo não surgiu de negociações democráticas entre países desenvolvidos e os países de Terceiro mundo, mas sim da imposição dos valores e interesses dos países desenvolvidos e suas multinacionais às sociedades e culturas mundiais.

A estrutura do acordo TRIPS foi concebida e moldada por três organizações: Comitê de Propriedade Intelectual (Intellectual Property Committee, IPC), Keidanren e União das Confederações da Indústria e dos Trabalhadores (Union of Industrial and Employees Confederations, UNICE). O IPC é uma coalizão de 12 grandes empresas norte-americanas: Bristol Myers, Du-Pont, General Electric, General Motors, Hewlett Packard, IBM, Johnson & Johnson, Merck, Monsanto, Pfizer, Rockwell e Warner. Keidanren é uma Federação de organizações econômicas do Japão e a UNICE é reconhecida como a porta-voz oficial dos negócios e da indústria da Europa.

As multinacionais têm um interesse oculto no acordo TRIPs. Por exemplo, a Pfizer, Bristol Meyer e Merck já possuem patentes de biomaterias do Terceiro Mundo coletados sem o pagamento de *royalties*.

Juntos, esses grupos trabalharam estreitamente para introduzir a proteção da propriedade intelectual no GATT. (SHIVA, 2001:108-109)

A necessidade de proteger os direitos fundamentais dos cidadãos não é considerada pelas multinacionais que, ao criar o acordo, levaram em consideração apenas a realidade comercial. Entendem elas que os direitos de exclusividade e de monopólio devem ser protegidos a todo custo, sendo os limites éticos e os imperativos sociais meras barreiras para o crescimento econômico.

Até mesmo as formas de vida passam a ser alvo das multinacionais, que incluem microorganismos e procedimentos microbiológicos no âmbito de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

SHIVA (2001) acredita que a implementação do TRIPS acarretará danos ao meio ambiente e a biodiversidade, justamente pela sua conexão com o problema da biopirataria.

4. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

4.1 CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)

Um passo importante para a proteção do conhecimento tradicional foi realizado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando foi realizada a Convenção sobre Diversidade Biológica.

O Brasil promulgou a Convenção através do Decreto 2.519/98, obrigando-se, portanto, ao cumprimento de suas determinações. Para ANTUNES (2002), apesar de ainda de maneira incompleta, o Brasil buscou cumprir o determinado na Convenção, que é classificada pelo autor como “convenção quadro”, que estipula as medidas legislativas, técnicas e políticas que devem ser tomadas pelas partes signatárias.

ARAÚJO (2002) entende que a Convenção é importante por reconhecer que os recursos genéticos e biológicos são fundamentais para as gerações presentes e futuras e ressalta a importância das populações tradicionais no que tange à manutenção da diversidade biológica, determinando a justa recompensa a essas comunidades e o devido reconhecimento internacional.

Sobre o assunto, CALDAS (2001) tece o seguinte comentário:

O preâmbulo da Convenção reconhece a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais. Para tanto, propugna pela repartição equitativa dos benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes. (CALDAS, 2001:142-143)

SANTILLI (2005) enumera como objetivos da CDB a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável desta e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização. Ao interpretar os objetivos

da CDB, ANTUNES (2002) entende que ela visa à manutenção de um fluxo contínuo de informações, tecnologias e recursos genéticos.

Para SANTILLI (2005), o princípio da soberania dos Estados sobre os recursos genéticos e biológicos é um dos principais avanços realizados pela CDB. A soberania dos Estados na exploração e utilização de seus recursos naturais afasta a idéia de que a biodiversidade seja um patrimônio comum da humanidade. Mesmo assim, a biodiversidade é de interesse de todos, motivo pelo qual a CDB determina que os Estados devam explorar os recursos naturais de modo sustentável, não sendo legítimo destruí-los no processo.

A CDB estipula diversas medidas de proteção à biodiversidade, devendo, estas, de acordo com ANTUNES (2002:21), ser “adotadas dentro das limitações econômicas, financeiras e institucionais de cada um dos Estados partes”.

Nesse rol incluem-se medidas como a criação de áreas de proteção à biodiversidade, aos ecossistemas e habitat naturais e a manutenção de espécies em seu meio. Mas a medida mais relevante para esse estudo é o disposto no artigo 8º, j²³, que, segundo BATISTA (2005), identifica os conhecimentos tradicionais como um dos principais fatores na conservação da diversidade biológica, determinando aos países membros o dever de incentivar, respeitar e proteger os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades tradicionais.

²³Art. 8. Cada Parte Contratante deverá, na medida do possível e conforme o apropriado:

(...)

j) De acordo com a sua legislação, respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que envolvam estilos tradicionais de vida relevantes para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e promover a sua aplicação mais ampla, com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas, e encorajar para que os benefícios derivados da utilização desse conhecimento, inovações e práticas sejam equitativamente partilhados;

Outro ponto importante que o artigo apresenta é a imposição de uma divisão eqüitativa dos benefícios obtidos pela utilização do conhecimento tradicional.

Ao interpretar o artigo 8º, j, da CDB, CALDAS (2001) entende que a Convenção impõe proteção somente às comunidades e aos conhecimentos, inovações e práticas importantes à manutenção da diversidade biológica e a seu uso sustentável.

Da sua leitura, porém, já é possível identificar o sentido teleológico que permeia a quase totalidade das regulamentações jurídicas ocidentais sobre o tema. Assim, a obrigação imposta aos Estados de respeito, preservação e manutenção do conhecimento, inovações e práticas, não se aplica a todo e qualquer conhecimento, e nem também a toda e qualquer comunidade indígena ou local, mas apenas e tão somente àquelas que sejam relevantes (ou pertinentes) à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica. (CALDAS, 2001:143)

É importante ressaltar que a CDB determina a soberania dos países membros quanto à exploração de seus recursos *in situ*²⁴, mas também determina que esses países devem buscar condições para o acesso de outros países, de modo a não impor restrições contrárias ao disposto na Convenção, desde que respeitadas suas leis internas.

O artigo 15, da CDB, é destinado exclusivamente à regulamentação do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.

Artigo 15 - Acesso a Recursos Genéticos

1. Em reconhecimento dos direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais, a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos pertence aos governos nacionais e está sujeita à legislação nacional.
2. Cada Parte Contratante deve procurar criar condições para permitir o acesso a recursos genéticos para utilização ambientalmente saudável por outras Partes Contratantes e não impor restrições contrárias aos objetivos desta Convenção.
3. Para os propósitos desta Convenção, os recursos genéticos providos por uma Parte Contratante, a que se referem este artigo e os artigos 16 e 19, são apenas aqueles providos por Partes Contratantes que sejam países de origem desses recursos ou por Partes que os tenham adquirido em conformidade com esta Convenção.

²⁴ O art. 2 da CDB define a expressão “Condição *in situ*” como: “condições em que recursos genéticos existem em ecossistemas e habitats naturais”.

4. O acesso, quando concedido, deverá sê-lo de comum acordo e sujeito ao disposto no presente artigo.
5. O acesso aos recursos genéticos deve estar sujeito ao consentimento prévio fundamentado da Parte Contratante provedora desses recursos, a menos que de outra forma determinado por essa Parte.
6. Cada Parte Contratante deve procurar conceber e realizar pesquisas científicas baseadas em recursos genéticos providos por outras Partes Contratantes com sua plena participação e, na medida do possível, no território dessas Partes Contratantes.
7. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso e em conformidade com os arts. 16 e 19 e, quando necessário, mediante o mecanismo financeiro estabelecido pelos arts. 20 e 21, para compartilhar de forma justa e equitativa os resultados da pesquisa e do desenvolvimento de recursos genéticos e os benefícios derivados de sua utilização comercial e de outra natureza com a Parte Contratante provedora desses recursos. Essa partilha deve dar-se de comum acordo.

Pode-se perceber que o acesso aos recursos genéticos e biológicos está em consonância com o princípio da soberania dos Estados, pois delega ao país a capacidade para legislar sobre o tema. O acesso ainda está limitado pelos objetivos da CDB, ou seja, a utilização ambientalmente saudável, bem como a distribuição justa e equitativa dos benefícios provenientes da exploração comercial de um recurso. Outro importante ponto levantado é o consentimento prévio e fundamentado, que visa garantir a participação das comunidades tradicionais no que tange ao acesso e a regulamentação do acesso ao seu conhecimento tradicional.

CALDAS (2001) ressalta que a soberania dos Estados não pode ser colocada acima do direito de livre determinação dos povos indígenas, de modo a não figurar o Estado como o único portador do consentimento prévio e fundamentado.

4.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

SANTILLI (2005) entende que a Constituição Federal de 1988 realizou um passo importante ao dar uma proteção mais consistente ao

socioambientalismo²⁵, isso ao dedicar o capítulo VI do Título VII inteiramente ao meio ambiente.

No *caput* do artigo 225, a Constituição prevê o direito ao meio ambiente equilibrado e impõe ao Estado e à coletividade o dever de protegê-lo.

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 225 CAPUT).

O §1º, II, deste mesmo artigo, dispõe que cabe ao Poder Público “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país”. Deve-se ressaltar que, para a devida proteção do meio ambiente e da diversidade biológica, é necessário proteger também os povos tradicionais e seu conhecimento. Afinal, eles desempenham papel fundamental na preservação.

CALDAS (2001) levanta outro importante avanço trazido pela Constituição de 1988.

Em seu artigo 216, a carta magna dispõe que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. (CALDAS, 2001:148)

WANDESCHEER (2004:125) traz um rol dos patrimônios incluídos nesse dispositivo:

Formas de expressão, na linguagem e no modo de falar; os contos e cantos folclóricos; os modos de criar, fazer e os tipos de vivências; **os saberes tradicionais**; as obras, objetos, documentos, edificações e outros espaços visando às manifestações artísticas e culturais; os conjuntos urbanos e também os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Apesar de o dispositivo constitucional determinar a proteção ao bem imaterial, é necessário uma legislação infraconstitucional para regulamentar essa

²⁵ Movimento que surgiu no Brasil na década de 80 do século passado oriundo de articulações entre movimentos sociais e ambientalistas. Tem como base a idéia de que políticas públicas ambientais só são eficazes se incluem comunidades tradicionais com a repartição justa e equitativa de benefícios provenientes da exploração do conhecimento tradicional e os recursos naturais. (SANTILLI, 2005)

proteção. Mas não é isso que acontece. A legislação infraconstitucional é falha, não garantindo proteção efetiva a esse patrimônio.

Com relação aos índios, a Constituição reservou um capítulo exclusivo. A principal mudança neste tema é de mentalidade, ou seja, deixou-se de forçar a integração cultural do índio, passando a aceitar e respeitar as diferenças entre os povos.

Nesse sentido, o artigo 231, seguindo o princípio constitucional da “autodeterminação dos povos” presente no artigo 4º, III, reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Por fim, o artigo 215, §1º, afirma que é dever do Estado proteger as manifestações culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e demais grupos nacionais que possuem modo de vida peculiar, ou seja, as comunidades tradicionais.

4.3 MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.186-16/2001

A Medida Provisória n. 2.186-16/2001 é o único instrumento regulatório que trata especificamente do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais, fazendo uma associação com a repartição de benefícios e o acesso e transferência de tecnologias.

Para WANDSCHEER (2004), a Medida Provisória contraria a tendência mundial favorável a participação dos povos tradicionais na criação de normas e diretrizes que interfiram no seu modo de vida, bem como seus costumes e tradições.

SANTILLI (2000) entende que, ao baixar a Medida Provisória, o Poder Executivo simplesmente “atropelou” debates e propostas que permeavam o Legislativo quanto à regulamentação do acesso aos conhecimentos tradicionais e à biodiversidade.

A Medida Provisória foi editada às pressas pelo governo para “legitimar” o acordo firmado entre a organização social Bioamazônia e a

multinacional Novartis Pharma, em 29/05/2000, que prevê o envio de 10 mil bactérias e fungos da Amazônia ao referido laboratório suíço. A organização social Bioamazônia foi criada pelo próprio governo federal para coordenar a implantação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem). Diante da repercussão negativa do acordo, o governo decidiu editar uma Medida Provisória que regulasse, ainda que casuisticamente, o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. (SANTILLI, 2000:2)

Seguindo o princípio da soberania dos Estados, postulado na CDB, a Medida Provisória determina que o acesso aos recursos genéticos no território nacional será realizado com prévia autorização da União e será por esta fiscalizado e restringido. Determina, ainda, no capítulo VII, como deverá ser realizada a repartição dos benefícios.

Essa repartição deverá ser justa e equitativa e poderá ser realizada através das diferentes pelas diferentes formas dispostas no artigo 25 da Medida Provisória, isto é, mediante divisão dos lucros, pagamento de *royalties*, acesso e transferência de tecnologias, licenciamento.

Para CALDAS (2001) percebe-se pela leitura dos artigos 28 e 29, nos quais constam cláusulas essenciais do contrato de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios, dificuldades de aceitação dos direitos de natureza coletiva e de organização social que não integre o aparelho Estatal.

Foi demonstrado como o sistema jurídico ocidental moderno está assentado sobre uma lógica individualista, somente tendo admitido recentemente (e sob a forma de exceção) alguns direitos de dimensão coletiva e titularidade difusa.

Mesmo assim, aqueles entes que não são indivíduos, nem figuram o Estado – como as associações, os sindicatos e os partidos políticos – só podem exercer aqueles direitos coletivos e difusos, se intermediados pela figura de um titular, ou de uma pessoa jurídica, de conformação individualista. (CALDAS, 2001:167)

Em relação à tutela dos conhecimentos tradicionais, CALDAS (2001) entende que a Medida provisória é oscilante e contraditória.

Ora, proclama o direito das comunidades aos seus saberes tradicionais, ora estabelece que esse conhecimento integra o patrimônio cultural brasileiro, podendo ser objeto de cadastro. Num parágrafo propugna a proteção do conhecimento tradicional, no seguinte assegura os direitos à propriedade intelectual. (CALDAS, 2001:164)

A autora se refere à contradição criada no artigo 8º, onde no parágrafo 1º é garantido as comunidades tradicionais decidir sobre o uso de seus conhecimentos nos termos da Medida Provisória; mas, no parágrafo 2º, determina que o conhecimento tradicional é parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, podendo ser alvo de cadastro. Outro conflito ocorre entre os parágrafos 3º e 4º do referido artigo. No parágrafo 3º é determinado que a MP não seja interpretada de modo a contrariar a proteção dos conhecimentos tradicionais, mas no parágrafo 4º é determinado que essa proteção não possa afetar, limitar ou prejudicar os direitos relativos à propriedade intelectual.

O artigo 9º dispõe sobre os direitos das comunidades tradicionais. De acordo com o texto, as comunidades tradicionais possuem os seguintes direitos:

I - ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;

II - impedir terceiros não autorizados de:

a) utilizar, realizar testes, pesquisas ou exploração, relacionados ao conhecimento tradicional associado;

b) divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado;

III - perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, cujos direitos são de sua titularidade, nos termos desta Medida Provisória.

Outro dispositivo relevante para esse estudo é o disposto no artigo 17, que assim se enuncia:

Art. 17. Em caso de relevante interesse público, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada para acesso a amostra de componente do patrimônio genético dispensará anuência prévia dos seus titulares, garantido a estes o disposto nos arts. 24 e 25 desta Medida Provisória.

É importante ressaltar que, de acordo com CALDAS (2001), o “relevante interesse público” é determinado exclusivamente pelo Conselho de Gestão, que é ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Por fim, o artigo 31 determina que, para a concessão de direitos de propriedade industrial sobre processos e produtos derivados de amostras de componentes de material genético, é necessária a informação da fonte do recurso genético, bem como do conhecimento tradicional utilizado para o desenvolvimento do produto.

Para CALDAS (2001), a Medida Provisória busca regulamentar o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional, mas termina por mercantilizá-los, transformando saberes em mercadorias.

O principal problema do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais serem regulamentados na Medida Provisória 2.186-16/2001 é justamente o fato de o texto ser uma Medida Provisória, ou seja, não possui poder coercitivo forte o suficiente para impedir seu descumprimento, limitado que esta ao campo de sanções meramente administrativas.

5. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

5.1 PATENTES

As patentes fazem parte dos direitos de propriedade intelectual e visam à proteção da inovação ou da invenção, contra a utilização ou comercialização por terceiros não autorizados.

Cabe agora avaliar a possibilidade da utilização deste instituto para a proteção do conhecimento tradicional associado. Analisando o funcionamento do sistema de patentes, podem-se perceber dois principais pontos de conflito em relação à proteção do conhecimento tradicional.

O primeiro é o fato de o sistema de patentes estar ligado a um caráter pessoal e individual, não sendo possível a proteção de um conhecimento que se caracteriza por ser coletivo, como no caso do conhecimento tradicional associado.

O segundo é o fato de que nem sempre o conhecimento tradicional representa uma inovação ou invenção, mas apenas uma descoberta. E, mesmo quando representa, muitas vezes não possui aplicação industrial, não sendo assim protegida pelo sistema de patentes.

Com relação ao primeiro fator, SANTILLI (2005) afirma que aceitar a proteção patenteária do conhecimento tradicional é uma desconsideração da natureza e dos contextos culturais onde ele é desenvolvido.

Os conhecimentos tradicionais são produzidos e gerados de forma coletiva com base em ampla troca de circulação de idéias e informações e transmitidos oralmente de uma geração a outra. O sistema de patentes protege as inovações individuais (ou, ainda que as inovações sejam coletivas, os seus autores/inventores podem ser individualmente identificados), promovendo uma fragmentação dos conhecimentos e a dissociação dos contextos em que são produzidos e compartilhados coletivamente. (SANTILLI, 2005:210)

WANDSCHEER (2004) também acredita haver uma incompatibilidade entre o sistema de patentes e o caráter coletivo do conhecimento tradicional. Para ela a relação com a natureza e o aprimoramento através das gerações não é compatível com a lei de propriedade industrial.

A propriedade coletiva reconhecida pela Lei 9.279/96 não é capaz de abarcar toda a comunidade detentora do conhecimento tradicional, já que esse coletivo é composto por sujeitos individuais e nunca por comunidades. Isso demonstra a inviabilidade deste registro para a proteção do conhecimento dos povos indígenas e populações tradicionais, uma vez que não é possível o registro de todos os nomes dos futuros descendentes para garantir a sua qualidade de detentor d conhecimento. (WANDSCHEER, 2004:60)

A autora entende que a figura legal da invenção desenvolvida coletivamente, não protege as comunidades e o conhecimento tradicional, pois o este não pode ser individualizado. Ele é detido a partir da coletividade, e individualizar seus detentores seria descaracterizar a própria idéia de comunidade tradicional e seu conhecimento.

Para MARÉS (2003) atualmente se vê um avanço quanto à aceitação de formas coletivas de direito, principalmente quando se considera a figura de um direito estatal recepciona os direitos coletivos e em decorrência disso, aceita a juridicidade própria de certas comunidades.

Por essa visão, MARÉS (2003) afirma que diversos autores passam a defender que, com pequenas alterações, o sistema de patentes possa servir de instrumento de proteção ao conhecimento tradicional.

Tenho lido alguns juristas que começam a aceitar isto como uma possibilidade real e dizem então que é necessário que se façam algumas pequenas transformações no direito de patentes para que a patente sirva a estas populações e, portanto, não há necessidade que se encontrem outros institutos jurídicos, e sim somente introduzir algumas modificações que não seriam tão centrais no sistema, que até seriam eventualmente aceitas pelo sistema, como por exemplo, a perenidade e a não prescrição. (MARÉS, 2003:100)

Mas o autor discorda dessa corrente, pois para ele as patentes ainda encontram-se baseadas no contrato, e, por esse fato, sua essência é de direito individual, mesmo ao tratar dos chamados direitos coletivos.

A idéia de que com uma leve alteração o sistema de patentes pode proteger o conhecimento tradicional esbarra ainda em outro obstáculo, ou seja, o fato de o conhecimento muitas vezes não constituir uma invenção ou inovação, ou não possuir aplicação industrial.

SANTILLI (2005) entende que, por não possuírem aplicação industrial direta, mesmo que possam originar produtos que a tenham, o conhecimento tradicional não pode ser protegido pelo sistema de patentes.

SHIVA (2001), como já demonstrado no capítulo pertinente ao sistema de patentes, entende que a satisfação de necessidades sociais não é motivo suficiente para uma inovação ser protegida pelo sistema de patentes. Para essa proteção ser realizada, é necessário o lucro.

Outro ponto contraditório levantado por SANTILLI (2005), está no fato de que a patente garante proteção por determinado período, sendo geralmente impossível fixar o momento no qual foi produzido o conhecimento tradicional. Afinal, ele é transmitido por gerações e gerações. A autora, ainda levanta outro impeditivo, que se encontra no tipo de proteção conferida pela patente. O monopólio que é típico do sistema de patentes vai contra a idéia principal do conhecimento tradicional, que, como afirma CUNHA (2002:14), “supõe uma prática constante e, enfim, muita troca de informação”.

A autora entende que o monopólio prejudica o modo como os conhecimentos são transmitidos e aprimorados, o que implica na derrocada do conhecimento tradicional, eis que o termo “tradicional” refere-se ao modo com que ele é adquirido e usado.

O sistema de patentes mostra-se ineficiente para realizar uma efetiva proteção ao conhecimento tradicional, seja porque representa uma proteção individual, seja ainda porque tutela somente inovações com aplicação industrial, seja por conferir monopólio ao seu detentor. Além disso, ele contraria a vontade das populações tradicionais que se manifestam quanto ao assunto, pois elas não desejam o monopólio, mas sim o livre acesso e domínio público de seus

conhecimentos, bem como repartição dos benefícios provenientes da utilização destes, e, ao invés de prescrição dos direitos no decorrer do tempo, eles buscam a imprescritibilidade de seus direitos sobre o conhecimento tradicional.

5.2 REGIME JURÍDICO *SUI GENERIS*

A impossibilidade da proteção do conhecimento tradicional por parte do sistema de patentes e a crise do atual sistema de direitos de propriedade intelectual reclamam a concepção e implementação de um regime jurídico *sui generis*.

SANTILLI (2005) levanta alguns pressupostos fundamentais para a criação de um regime *sui generis* que efetivamente proteja os conhecimentos tradicionais.

Em primeiro lugar, seria necessário entender que o conhecimento, as inovações e as práticas estão ligados ao território e seus recursos naturais e a cultura dos povos, de modo que os conhecimentos, inovações e práticas devem ser efetivamente protegidos, o que demanda também a proteção dos territórios e da diversidade cultural, social e econômica desses povos.

Deve-se, também, garantir essa proteção dos valores culturais como princípio na proteção aos conhecimentos, e garantir a equiparação dos saberes tradicionais com a ciência ocidental.

Por fim, é preciso compreender que a mercantilização do conhecimento tradicional vai contra a própria natureza desse conhecimento, de modo que as negociações entre as comunidades tradicionais e o “mundo ocidental” seguem uma lógica e contextos sociais, econômicos e culturais que fogem ao controle do direito. Portanto, é necessário que, além do emprego de normas jurídicas, se implemente políticas públicas para garantir a valorização do conhecimento tradicional.

A criação de um regime jurídico verdadeiramente *sui generis* e apropriado para a proteção dos conhecimentos tradicionais associados deve se basear nas concepções

do pluralismo jurídico e no reconhecimento da diversidade jurídica existente nas sociedades tradicionais, na expressão da sua diversidade cultural. É necessário (...) socorrer-se dos conhecimentos produzidos por outras áreas e saberes científicos para construir juridicamente um regime de proteção que atenda às peculiaridades e especificidades dos conhecimentos tradicionais.

Para compreender os elementos essenciais de tal regime, é preciso se libertar de concepções positivistas e formalistas do direito, de que a lei contém todo o direito e com ele se confunde. O monismo jurídico – que orienta a formação da maior parte dos profissionais do direito – se prende à idéia do direito estatal único, de que o Estado é a única fonte de direito. (SANTILLI, 2005:217)

Assim, é necessária a aceitação de um sistema jurídico que recepcione outras fontes de direito que não o Estado, de modo que os sistemas jurídicos desenvolvidos pelas comunidades tradicionais sejam respeitados. Consequentemente, o “monismo jurídico” deve ser substituído pelo “pluralismo jurídico”.

Para a autora, a Lei n. 6.001/73, Estatuto do Índio, é um pequeno avanço com relação à aceitação de um sistema jurídico próprio de comunidades tradicionais. Isso se dá pelo fato de a lei em seu artigo 6º determinar que os costumes e tradições das comunidades indígenas sejam respeitados nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos negócios entre índios, a não ser que estes optem pelo direito comum. Outra hipótese de incidência dos costumes indígenas é no tocante às sanções punitivas contra membros da comunidade, desde que não sejam cruéis ou infamantes ou incluam pena de morte.

É preciso também, segundo a autora, o reconhecimento da titularidade coletiva das comunidades tradicionais quanto aos direitos intelectuais provenientes de seu conhecimento tradicional, sob pena de se descaracterizar por completo o sistema cultural a ser preservado.

ARAÚJO (2002) também estabelece um rol dos pontos mais relevantes a serem incluídos. São eles: o consentimento prévio e informado, a repartição justa e equitativa dos benefícios, a aceitação do conhecimento tradicional como saber e ciência em grau de igualdade com a ciência ocidental, a possibilidade de a

comunidade negar acesso ao conhecimento tradicional e aos recursos genéticos dentro de seu território, a imprescritibilidade e impenhorabilidade dos direitos sobre o conhecimento tradicional e a não-patenteabilidade de produtos e processos derivados do conhecimento tradicional.

WANDSCHEER (2004:157) enumera os elementos de um regime *sui generis* efetivo. São eles:

Titularidade coletiva; direitos originários; direitos morais envolvendo o direito de ter indicada a origem do conhecimento, o direito de negar o acesso, tanto na forma de utilização como na divulgação e transmissão do conhecimento; direito patrimonial de utilizar, gozar, fruir e perceber benefícios; garantidas jurídicas de inalienabilidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade e inversão do ônus da prova.

CUNHA (2002:25) entende que é preciso um sistema que não recorra ao monopólio dos direitos ao uso do conhecimento, mas sim ao livre acesso desses.

Nas propostas mais consistentes que têm apresentado, portanto, as populações tradicionais não querem conceder monopólios: querem deixar os conhecimentos no domínio público, não para serem apropriados e seqüestrados mas para serem usados por todos. Por outro lado, querem que seus direitos de criadores sejam respeitados indefinidamente: no caso de algum uso comercial, de se gerarem benefícios materiais a partir de suas inovações, reivindicam participação nesses benefícios.

De acordo com CUNHA (2002), uma alternativa tem obtido espaço nas discussões quanto ao regime efetivo de proteção ao conhecimento tradicional. Essa alternativa, proveniente do sudeste asiático, tem como fundamento a exclusão da figura da propriedade na relação dos direitos intelectuais. São os direitos individuais coletivos.

A retirada do termo propriedade não é mera formalidade, mas sim a exclusão de um sistema que tem como fundamento a individualidade, colocando os conhecimentos tradicionais como pertencendo à coletividade, com livre circulação, mas vinculando ganhos comerciais provenientes do uso desse conhecimento à distribuição justa e eqüitativa dos rendimentos.

Quanto aos direitos intelectuais coletivos, CALDAS (2001) afirma que estes não constituem a soma de direitos individuais, mas sim direitos pertencentes a uma coletividade de maneira difusa, não havendo um ou alguns

titulares do direito. Para a autora, é preciso respeitar algumas condições para que seja possível a efetivação do regime *sui generis*.

Dentre elas destacam-se: que o sistema não atente contra a sobrevivência física ou cultural das comunidades; que respeite as formas coletivas de representação; que ofereça mecanismos de proteção da propriedade intelectual acessíveis contemplando a possibilidade de assistência legal gratuita; que o sistema tenha um âmbito de proteção internacional; que reconheça o caráter de imprescritibilidade do conhecimento; que esteja dotado de mecanismos de negociação necessários para assegurar uma participação nos benefícios às comunidades; que estabeleça mecanismos de controle necessários sobre os sistemas ocidentais de propriedade intelectual, e que assegure um registro do conhecimento tradicional com alcance mundial que inclua a participação das comunidades, tanto no uso deste conhecimento, como na repartição dos benefícios dele derivados. (CALDAS, 2001:120-121)

Segundo SANTILLI (2002), o regime *sui generis* deve: gerar a declaração de direitos de propriedade intelectual de produtos ou processos que tenham utilizado em seu desenvolvimento conhecimento tradicional; realizar a inversão do ônus da prova em favor das comunidades tradicionais que visem à declaração da nulidade desses direitos; determinar a não-patenteabilidade dos conhecimentos tradicionais, permitindo o intercâmbio de informações entre as comunidades, a obrigatoriedade do consentimento prévio e a impossibilidade de concessão de direitos de exclusividade; criar um registro nacional dos conhecimentos tradicionais e conceder a administração do registro a um conselho constituído por órgãos governamentais, não-governamentais e associações indígenas.

Um regime *sui generis* pode significar a resposta para a falta de legislação protetora dos conhecimentos tradicionais. Mas, para que seja um sistema eficiente ele deve atender às necessidades e anseios das comunidades detentoras desse conhecimento, representando seus interesses. Para tal, é preciso desenvolver um sistema que permita a livre circulação desse conhecimento e garanta, de maneira imprescritível, o direito a repartição dos benefícios provenientes de seu uso para a comunidade que o desenvolveu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecimentos tradicionais ganharam muito espaço nos últimos anos, de modo que deixaram de ser, aos olhos da sociedade ocidental, simplesmente conhecimentos descartáveis de culturas atrasadas, para se tornarem um bem valiosíssimo, seja para a preservação da biodiversidade ou para o desenvolvimento de produtos.

Os conhecimentos tradicionais tornaram-se importantes para o mundo capitalista justamente pelo modo diferente com que são obtidos, desenvolvidos e transmitidos. Afinal, isso representa sua essência e o torna tradicional. Em razão desta diferença, a sociedade ocidental falha em criar meios adequados para protegê-los. Um dos erros cometidos na tentativa de proteção dos conhecimentos tradicionais é a utilização de institutos desenvolvidos para o direito ocidental.

Nessa nova visão, a biopirataria, que sempre representou um risco à biodiversidade, torna-se um risco também aos conhecimentos tradicionais, eis que as empresas responsáveis pela biopirataria utilizam-se desses conhecimentos para localizar recursos biológicos e deles se apropriarem.

Analisando os direitos de propriedade intelectual, principalmente o registro de patentes, pode-se perceber que eles são ineficientes para realizar a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, não somente pelo fato de que os conhecimentos tradicionais não atingem os requisitos para serem protegidos por esses, mas por que a proteção conferida não atende às necessidades e anseios das comunidades tradicionais.

A patente visa conceder um monopólio de uso e exploração comercial sobre o produto, mas isso não é um meio de proteção eficiente para os conhecimentos tradicionais, porque estes são criados e aperfeiçoados através da troca de informação e de maneira coletiva. Por isso, uma proteção através da patente simplesmente decretaria o fim do conhecimento tradicional, por evitar que informações sejam trocadas e discutidas livremente entre os povos.

Percebe-se a ineficácia de um sistema baseado no monopólio, como o sistema de patente hoje existente, pois este contraria tudo que o conhecimento tradicional representa.

Então, se os direitos de propriedade intelectual não conseguem garantir uma adequada proteção à manutenção do conhecimento tradicional sem alterar sua essência, devem-se buscar outras formas, pois sua proteção é indispensável para garantir a manutenção da biodiversidade e da cultura das comunidades tradicionais, da qual esse conhecimento tem origem.

Deste modo, é indispensável a criação de um sistema jurídico *sui generis* de proteção aos conhecimentos tradicionais que atenda as necessidades das comunidades que o desenvolvem. A criação desse sistema impõe-se justamente pelo fato de que um sistema jurídico desenvolvido para fins de proteção de uma sociedade capitalista não consegue proteger uma sociedade com características completamente diferentes e peculiares, como as comunidades tradicionais.

São justamente essas diferenças e particularidades que caracterizam as comunidades tradicionais, e são elas que devem ser estudadas para a criação de um sistema jurídico *sui generis* que consiga efetivamente proteger as comunidades tradicionais e seu conhecimento, de modo que seus valores e princípios comunidades estejam inseridos nesse sistema, ao invés dos valores e princípios ocidentais.

É preciso, então, outro meio de proteção desse conhecimento. Analisando os anseios das comunidades tradicionais percebe-se que elas não buscam manter o conhecimento como exclusividade delas. Ao contrário, o conhecimento é desenvolvido para a melhoria das condições sociais, e, para obter um resultado mais amplo, deve ser dividido.

Deve-se compreender que um sistema efetivo de proteção permite a livre circulação dos conhecimentos tradicionais, mas não pode desproteger a comunidade que o desenvolveu. Para tal tarefa, é fundamental criar um registro do conhecimento e garantir às comunidades tradicionais a repartição dos

benefícios provenientes da exploração comercial desse conhecimento, bem como a imprescritibilidade desse direito a impossibilidade de patentear-lo.

A não-patenteabilidade visa promover a livre circulação de idéias entre as comunidades e cumprir a função dos conhecimentos que é o bem estar social. Já a imprescritibilidade serve para garantir a proteção aos conhecimentos tradicionais principalmente porque eles são desenvolvidos no decorrer de um longo período, e sua proteção, que não visa exclusividade de exploração, não tem sentido se esta for limitada no tempo.

Somente assim, garantindo a livre circulação do conhecimento e garantindo a comunidade tradicional o direito de receber os frutos provenientes da exploração econômica do conhecimento que desenvolveu, é possível ter acesso a esse valioso conhecimento sem prejuízo da cultura, bem como da própria comunidade, de modo a ser possível colher os frutos sem derrubar a árvore.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. In: VEIGA, José Eli da (org.). *Ciência ambiental: primeiros mestrados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

AMAZONLINK. **Biopirataria na Amazônia: apresentação**. Disponível em: <<http://www.amazonlink.org/biopirataria/index.htm>> Acesso em: 15 de agosto de 2007.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Diversidade biológica e o conhecimento tradicional associado**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2002.

ARAÚJO, Ana Valéria. **Acesso a recursos genéticos e proteção aos conhecimentos tradicionais associados**. In: LIMA, André (org.). *O direito para o Brasil socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.

ARRUDA, Rinaldo S. V. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimentos e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1998.

BATISTA, Jailson Lucena. **Conhecimentos tradicionais: estudos jurídicos das legislações e convenções no âmbito nacional e internacional**. Belém: UFPA,

2005, 71 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao.htm>. Acesso em 03 de julho de 2007.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 de maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em 10 de julho de 2007.

BRASIL. Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do artigo 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 de agosto 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2186-16.htm>. Acesso em 10 de julho de 2007.

CALDAS, Andressa. **Regulação jurídica do conhecimento tradicional: a conquista dos saberes**. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes das populações tradicionais.** In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec, 2000.

COLCHESTER, Marcus. **Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas.** In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec, 2000.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21**. Curitiba: IPARDES, 1997.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Convenção sobre Diversidade Biológica.** In: BENSUSAN, Nurit (org.). *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por que*. Brasília: Instituto Socioambiental, Universidade de Brasília, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da & ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). **Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Propriedade Intelectual: a tutela jurídica da biotecnologia.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DERANI, Cristiane. **Patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado: considerações jurídicas sobre o acesso.** In: LIMA, André (org.). *O direito para o Brasil socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.

FIRESTONE, Laurel. **Consentimento prévio informado: princípios orientadores e modelos concretos.** In: BENSUSAN, Nurit & LIMA, André

(orgs.). *Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

GATT – ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS DE COMÉRCIO. **TRIPS - Resultado da rodada uruguaia de negociações comerciais multilaterais: texto legal**. Genebra: Secretariado do GATT, 1994.

HATHAWAY, David. **A biopirataria no Brasil**. In: BENSUSAN, Nurit (org.). *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por que*. Brasília: Instituto Socioambiental, Universidade de Brasília, 2002.

INPI. **O que é patente**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>> Acesso em: 30 de julho de 2007.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LEWINSOHN, Thomas. M. **A evolução do conceito de biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/biodiversidade/bio09.htm>> Acesso em: 31 de maio de 2007.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. **Introdução ao direito socioambiental**. In: LIMA, André (org.). *O direito para o Brasil socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.

OLIVEIRA, Ubirajara Mach de. **Proteção jurídica das invenções de medicamentos e de gêneros alimentícios**. Porto Alegre: Síntese, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n. 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/standards/norm/egalite/itpp/newsletter/index.htm>> Acesso em: 30 de Agosto de 2007.

SANTILLI, Juliana. **Sócioambientalismo e os novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

_____. **A biodiversidade e as comunidades tradicionais**. In: BENSUSAN, Nurit (org.). *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por que*. Brasília: Instituto Socioambiental, Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção**. In: BENSUSAN, Nurit & LIMA, André (orgs.). *Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

_____. **Biodiversidade e conhecimentos tradicionais. Regimes legais de proteção e a “pirataria legislativa”: Medida Provisória viola direitos indígenas e legitima a biopirataria em suas terras**, 2000. Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/4900>> Acesso em: 05 de setembro de 2007.

SANTILLI, Juliana & SANTILLI, Marcio. **Meio ambiente e democracia: participação social na gestão ambiental**. In: LIMA, André (org.). *O direito para o Brasil socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Américo Luís Martins da. **Direito do meio ambiente e dos recursos naturais**. Vol. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SILVA, Marina. **Histórias da floresta, da vida e do mundo**. In: DINIZ, Nilo et al. (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

STRENGER, Irineu. **Marcas e patentes: análise sucinta da lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

TACHINARDI, Maria Helena. **A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA propriedade intelectual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, Francisco. **Tudo o que você queria saber sobre patentes mas tinha vergonha de perguntar: e também sobre : marcas, pepeline, invenção, desing, pirataria, falsificação, royalties... e muito mais**. Rio de Janeiro: Multimais, 1997.

WANDSCHEER, Clarissa Bueno. **Patentes e Conhecimento Tradicional**. Curitiba: Juruá, 2004.

WORLD BANK. **Revised Operational Policy and Bank Procedure on Indigenous Peoples (OP/BP 4.10)**, 2005. Disponível em <<http://wbln0018.worldbank.org/Institutional/Manuals/OpManual.nsf/B52929624EB2A3538525672E00775F66/DBB9575225027E678525703100541C7D?OpenDocument>> Acesso em: 09 de julho de 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 – CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Convenção sobre Diversidade Biológica

Preâmbulo

As Partes Contratantes,

Conscientes do valor intrínseco da diversidade biológica e dos valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da diversidade biológica e de seus componentes,

Conscientes, também, da importância da diversidade biológica para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera,

Afirmando que a conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum à humanidade,

Reafirmando que os Estados têm direitos soberanos sobre os seus próprios recursos biológicos,

Reafirmando, igualmente, que os Estados são responsáveis pela conservação de sua diversidade biológica e pela utilização sustentável de seus recursos biológicos,

Preocupados com a sensível redução da diversidade biológica causada por determinadas atividades humanas,

Conscientes da falta geral de informação e de conhecimento sobre a diversidade biológica e da necessidade urgente de desenvolver capacitação científica, técnica e institucional que proporcione o conhecimento fundamental necessário ao planejamento e implementação de medidas adequadas,

Observando que é vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica,

Observando também que quando exista ameaça de sensível redução ou perda de diversidade biológica, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar medidas para evitar ou minimizar essa ameaça,

Observando igualmente que a exigência fundamental para a conservação da diversidade biológica é a conservação in-situ dos ecossistemas e dos habitat naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies no seu meio natural,

Observando ainda que medidas ex-situ , preferivelmente no país de origem, desempenham igualmente um importante papel,

Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes,

Reconhecendo, igualmente, o papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica e afirmando a necessidade da plena participação da mulher em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica,

Enfatizando a importância e a necessidade de promover a cooperação internacional, regional e mundial entre os Estados e as organizações intergovernamentais e o setor

não-governamental para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes,

Reconhecendo que cabe esperar que o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e o acesso adequado às tecnologias pertinentes possam modificar sensivelmente a capacidade mundial de enfrentar a perda da diversidade biológica,

Reconhecendo, ademais, que medidas especiais são necessárias para atender as necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e o acesso adequado às tecnologias pertinentes,

Observando, nesse sentido, as condições especiais dos países de menor desenvolvimento relativo e dos pequenos Estados insulares,

Reconhecendo que investimentos substanciais são necessários para conservar a diversidade biológica e que há expectativa de um amplo escopo de benefícios ambientais, econômicos e sociais resultantes desses investimentos,

Reconhecendo que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento,

Conscientes de que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial, para o que são essenciais o acesso a e a repartição de recursos genéticos e tecnologia,

Observando, enfim, que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica fortalecerão as relações de amizade entre os Estados e contribuirão para a paz da humanidade,

Desejosas de fortalecer e complementar instrumentos internacionais existentes para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes, e

Determinadas a conservar e utilizar de forma sustentável a diversidade biológica para benefício das gerações presentes e futuras,

Convieram no seguinte:

Artigo 1

Objetivos

Os objetivos desta Convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado.

Artigo 2

Utilização de Termos

Para os propósitos desta Convenção:

"Área protegida" significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação.

"Biotecnologia" significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica.

"condições in-situ " significa as condições em que recursos genéticos existem em ecossistemas e habitats naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

"Conservação ex-situ " significa a conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais.

"Conservação in-situ " significa a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

"Diversidade biológica" significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

"Ecossistema" significa um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional.

"Espécie domesticada ou cultivada" significa espécie em cujo processo de evolução influenciou o ser humano para atender suas necessidades.

" Habitat " significa o lugar ou tipo de local onde um organismo ou população ocorre naturalmente.

"Material genético" significa todo material de origem vegetal, animal, microbiana ou outra que contenha unidades funcionais de hereditariedade.

"Organização regional de integração econômica" significa uma organização constituída de Estados soberanos de uma determinada região, a que os Estados membros transferiram competência em relação a assuntos regidos por esta Convenção, e que foi devidamente autorizada, conforme seus procedimentos internos, a assinar, ratificar, aceitar, aprovar a mesma e a ela aderir.

"País de origem de recursos genéticos" significa o país que possui esses recursos genéticos em condições in-situ.

"País provedor de recursos genéticos" significa o país que provê recursos genéticos coletados de fontes in-situ , incluindo populações de espécies domesticadas e silvestres, ou obtidas de fontes ex-situ , que possam ou não ter sido originados nesse país.

"Recursos biológicos" compreende recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real ou potencial utilidade ou valor para a humanidade.

"Recursos genéticos" significa material genético de valor real ou potencial.

"Tecnologia" inclui biotecnologia.

"Utilização sustentável" significa a utilização de componentes da diversidade biológica de modo e em ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras.

Artigo 3

Princípio

Os Estados, em conformidade com a Carta das nações Unidas e com os princípios de Direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

Artigo 4

Âmbito Jurisdicional

Sujeito aos direitos de outros Estados, e a não ser que de outro modo expressamente determinado nesta Convenção, as disposições desta Convenção aplicam-se em relação a cada Parte Contratante:

- a) No caso de componentes da diversidade biológica, nas áreas dentro dos limites de sua jurisdição nacional; e
- b) No caso de processos e atividades realizadas sob sua jurisdição ou controle, independentemente de onde ocorram seus efeitos, dentro da área de sua jurisdição nacional ou além dos limites da jurisdição nacional.

Artigo 5

Cooperação

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, cooperar com outras Partes Contratantes, diretamente ou, quando apropriado, mediante organizações internacionais competentes, no que respeita a áreas além da jurisdição nacional e em

outros assuntos de mútuo interesse, para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 6

Medidas Gerais para a Conservação e a Utilização Sustentável

Cada Parte Contratante deve, de acordo com suas próprias condições e capacidades:

- a) desenvolver estratégias, planos ou programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica ou adaptar para esse fim estratégias, planos ou programas existentes que devem refletir, entre outros aspectos, as medidas estabelecidas nesta Convenção concernentes à Parte interessada; e
- b) integrar, na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes.

Artigo 7

Identificação e Monitoramento

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, em especial para os propósitos dos Artigos 8 a 10:

- a) Identificar componentes da diversidade biológica importantes para sua conservação e sua utilização sustentável, levando em conta a lista indicativa de categorias constante no anexo I;
- b) Monitorar, por meio de levantamento de amostras e outras técnicas, os componentes da diversidade biológica identificados em conformidade com a alínea (a) acima, prestando especial atenção aos que requeiram urgentemente medidas de conservação e aos que ofereçam o maior potencial de utilização sustentável;
- c) Identificar processos e categorias de atividades que tenham ou possam ter sensíveis efeitos negativos na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, e monitorar seus efeitos por meio de levantamento de amostras e outras técnicas; e
- d) Manter e organizar, por qualquer sistema, dados derivados de atividades de identificação e monitoramento em conformidade com as alíneas (a), (b) e (c) acima.

Artigo 8

Conservação In-Situ

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

- a) Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;

- b) Desenvolver, se necessário, diretrizes para a seleção, estabelecimento e administração de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- c) Regulamentar ou administrar recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica, dentro ou fora de áreas protegidas, a fim de assegurar sua conservação e utilização sustentável;
- d) Promover a proteção de ecossistemas, habitats naturais e manutenção de populações viáveis de espécies em seu meio natural;
- e) Promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas a fim de reforçar a proteção dessas áreas;
- f) Recuperar e restaurar ecossistemas degradados e promover a recuperação de espécies ameaçadas, mediante, entre outros meios, a elaboração e implementação de planos e outras estratégias de gestão;
- g) Estabelecer ou manter meios para regulamentar, administrar ou controlar os riscos associados à utilização e liberação de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia que provavelmente provoquem impacto ambiental negativo que possa afetar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, levando também em conta os riscos para a saúde humana;
- h) Impedir que se introduzam, controlar ou erradicar espécies exóticas que ameacem os ecossistemas, habitats ou espécies;
- i) Procurar proporcionar as condições necessárias para compatibilizar as utilizações atuais com a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes;
- j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;
- k) Elaborar ou manter em vigor a legislação necessária e/ou outras disposições regulamentares para a proteção de espécies e populações ameaçadas;
- l) Quando se verifique um sensível efeito negativo à diversidade biológica, em conformidade com o Artigo 7, regulamentar ou administrar os processos e as categorias de atividades em causa; e
- m) Cooperar com o aporte de apoio financeiro e de outra natureza para a conservação in-situ a que se referem as alíneas (a) a (l) acima, particularmente aos países em desenvolvimento.

Artigo 9

Conservação ex-situ

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, e principalmente a fim de complementar medidas de conservação in-situ :

- a) Adotar medidas para a conservação ex-situ de componentes da diversidade biológica, de preferência no país de origem desses componentes;
- b) Estabelecer e manter instalações para a conservação ex-situ e pesquisa de vegetais, animais e microorganismos, de preferência no país de origem dos recursos genéticos;
- c) Adotar medidas para a recuperação e regeneração de espécies ameaçadas e para sua reintrodução em seu habitat natural em condições adequadas;
- d) Regulamentar e administrar a coleta de recursos biológicos de habitats naturais com a finalidade de conservação ex-situ de maneira a não ameaçar ecossistemas e populações in-situ de espécies, exceto quando forem necessárias medidas temporárias especiais ex-situ de acordo com a alínea (c) acima; e
- e) Cooperar com o aporte de apoio financeiro e de outra natureza para a conservação ex-situ a que se referem as alíneas (a) a (d) acima; e com o estabelecimento e a manutenção de instalações de conservação ex-situ em países em desenvolvimento.

Artigo 10

Utilização Sustentável de Componentes da Diversidade Biológica

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

- a) Incorporar o exame da conservação e utilização sustentável de recursos biológicos no processo decisório nacional;
- b) Adotar medidas relacionadas à utilização de recursos biológicos para evitar ou minimizar impactos negativos na diversidade biológica;
- c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável;
- d) Apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida; e
- e) Estimular a cooperação entre suas autoridades governamentais e seu setor privado na elaboração de métodos de utilização sustentável de recursos biológicos.

Artigo 11

Incentivos

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, adotar medidas econômica e socialmente racionais que sirvam de incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica.

Artigo 12

Pesquisa e Treinamento

As Partes Contratantes, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, devem:

- a) Estabelecer e manter programas de educação e treinamento científico e técnico sobre medidas para a identificação, conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e seus componentes, e proporcionar apoio a esses programas de educação e treinamento destinados às necessidades específicas dos países em desenvolvimento;
- b) Promover e estimular pesquisas que contribuam para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, especialmente nos países em desenvolvimento, conforme, entre outras, as decisões da Conferência das Partes tomadas em consequência das recomendações do órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e tecnológico; e
- c) Em conformidade com as disposições dos Artigos 16, 18 e 20, promover e cooperar na utilização de avanços científicos da pesquisa sobre diversidade biológica para elaborar métodos de conservação e utilização sustentável de recursos biológicos.

Artigo 13

Educação e Conscientização Pública

As Partes Contratantes devem:

- a) Promover e estimular a compreensão da importância da conservação da diversidade biológica e das medidas necessárias a esse fim, sua divulgação pelos meios de comunicação, e a inclusão desses temas nos programas educacionais; e
- b) Cooperar, conforme o caso, com outros Estados e organizações internacionais na elaboração de programas educacionais de conscientização pública no que concerne à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 14

Avaliação de Impacto e Minimização de Impactos Negativos

1. Cada Parte Contratante, na medida do possível e conforme o caso, deve:

a) Estabelecer procedimentos adequados que exijam a avaliação de impacto ambiental de seus projetos propostos que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica, a fim de evitar ou minimizar tais efeitos e, conforme o caso, permitir a participação pública nesses procedimentos;

b) Tomar providências adequadas para assegurar que sejam devidamente levadas em conta as consequências ambientais de seus programas e políticas que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica;

c) Promover, com base em reciprocidade, notificação, intercâmbio de informação e consulta sobre atividades sob sua jurisdição ou controle que possam ter sensíveis efeitos negativos na diversidade biológica de outros Estados ou áreas além dos limites da jurisdição nacional, estimulando-se a adoção de acordos bilaterais, regionais ou multilaterais, conforme o caso;

d) Notificar imediatamente, no caso em que se originem sob sua jurisdição ou controle, perigo ou dano iminente ou grave à diversidade biológica em área sob jurisdição de outros Estados ou em áreas além dos limites da jurisdição nacional, os Estados que possam ser afetados por esse perigo ou dano, assim como tomar medidas para prevenir ou minimizar esse perigo ou dano; e

e) Estimular providências nacionais sobre medidas de emergência para o caso de atividades ou acontecimentos de origem natural ou outra que representem perigo grave e iminente à diversidade biológica e promover a cooperação internacional para complementar tais esforços nacionais e, conforme o caso e em acordo com os Estados ou organizações regionais de integração econômica interessados, estabelecer planos conjuntos de contingência.

2. A Conferência das Partes deve examinar, com base em estudos a serem efetuados, as questões da responsabilidade e reparação, inclusive restauração e indenização, por danos causados à diversidade biológica, exceto quando essa responsabilidade for de ordem estritamente interna.

Artigo 15

Acesso a Recursos Genéticos

1. Em reconhecimento dos direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais, a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos pertence aos governos nacionais e está sujeita à legislação nacional.

2. Cada Parte Contratante deve procurar criar condições para permitir o acesso a recursos genéticos para utilização ambientalmente saudável por outras Partes Contratantes e não impor restrições contrárias aos objetivos desta Convenção.

3. Para os propósitos desta Convenção, os recursos genéticos providos por uma Parte Contratante, a que se referem este Artigo e os Artigos 16 e 19, são apenas aqueles providos por Partes Contratantes que sejam países de origem desses recursos ou por Partes que os tenham adquirido em conformidade com esta Convenção.

4. O acesso, quando concedido, deverá sê-lo de comum acordo e sujeito ao disposto no presente Artigo.

5. O acesso aos recursos genéticos deve estar sujeito ao consentimento prévio fundamentado da Parte Contratante provedora desses recursos, a menos que de outra forma determinado por essa Parte.

6. Cada Parte Contratante deve procurar conceber e realizar pesquisas científicas baseadas em recursos genéticos providos por outras Partes Contratantes com sua plena participação e, na medida do possível, no território dessas Partes Contratantes.

7. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso e em conformidade com os Artigos 16 e 19 e, quando necessário, mediante o mecanismo financeiro estabelecido pelos Artigos 20 e 21, para compartilhar de forma justa e equitativa os resultados da pesquisa e do desenvolvimento de recursos genéticos e os benefícios derivados de sua utilização comercial e de outra natureza com a Parte Contratante provedora desses recursos. Essa partilha deve dar-se de comum acordo.

Artigo 16

Acesso à Tecnologia e Transferência de Tecnologia

1. Cada Parte Contratante, reconhecendo que a tecnologia inclui biotecnologia, e que tanto o acesso à tecnologia quanto sua transferência entre Partes Contratantes são elementos essenciais para a realização dos objetivos desta Convenção, compromete-se, sujeito ao disposto neste Artigo, a permitir e/ou facilitar a outras Partes Contratantes acesso a tecnologias que sejam pertinentes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica ou que utilizem recursos genéticos e não causem dano sensível ao meio ambiente, assim como a transferência dessas tecnologias.

2. O acesso a tecnologia e sua transferência a países em desenvolvimento, a que se refere o parágrafo 1 acima, devem ser permitidos e/ou facilitados em condições justas e as mais favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais quando de comum acordo, e, caso necessário, em conformidade com o mecanismo financeiro estabelecido nos Artigos 20 e 21. No caso de tecnologia sujeita a patentes e outros direitos de propriedade intelectual, o acesso à tecnologia e sua transferência devem ser permitidos em condições que reconheçam e sejam compatíveis com a adequada e efetiva proteção dos direitos de propriedade intelectual. A aplicação deste parágrafo deve ser compatível com os parágrafos 3, 4 e 5 abaixo.

3. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso, para que as Partes Contratantes, em particular as que são países em desenvolvimento, que provêem recursos genéticos, tenham garantido o acesso à tecnologia que utilize esses recursos e sua transferência, de comum acordo, incluindo tecnologia protegida por patentes e outros direitos de propriedade intelectual, quando necessário, mediante as disposições dos Artigos 20 e 21, de acordo com o direito internacional e conforme os parágrafos 4 e 5 abaixo.

4. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso, para que o setor privado permita o acesso à tecnologia a que se refere o parágrafo 1 acima, seu desenvolvimento conjunto e sua transferência em benefício das instituições governamentais e do setor privado de países em desenvolvimento, e a esse respeito deve observar as obrigações constantes dos parágrafos 1, 2 e 3 acima.

5. As Partes Contratantes, reconhecendo que patentes e outros direitos de propriedade intelectual podem influir na implementação desta Convenção, devem cooperar a esse respeito em conformidade com a legislação nacional e o direito internacional para garantir que esses direitos apoiem e não se oponham aos objetivos desta Convenção.

Artigo 17

Intercâmbio de Informações

1. As Partes Contratantes devem proporcionar o intercâmbio de Informações, de todas as fontes disponíveis do público, pertinentes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

2. Esse intercâmbio de Informações deve incluir o intercâmbio dos resultados de pesquisas técnicas, científicas, e sócio-econômicas, como também Informações sobre programas de treinamento e de pesquisa, conhecimento especializado, conhecimento indígena e tradicional como tais e associados às tecnologias a que se refere o parágrafo 1 do Artigo 16. Deve também, quando possível, incluir a repatriação das informações.

Artigo 18

Cooperação Técnica e Científica

1. As Partes Contratantes devem promover a cooperação técnica e científica internacional no campo da conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, caso necessário, por meio de instituições nacionais e internacionais competentes.

2. Cada Parte Contratante deve, ao implementar esta Convenção, promover a cooperação técnica e científica com outras Partes Contratantes, em particular países em desenvolvimento, por meio, entre outros, da elaboração e implementação de políticas nacionais. Ao promover essa cooperação, deve ser dada especial atenção ao desenvolvimento e fortalecimento dos meios nacionais mediante a capacitação de recursos humanos e fortalecimento institucional.

3. A Conferência das Partes, em sua primeira sessão, deve determinar a forma de estabelecer um mecanismo de intermediação para promover e facilitar a cooperação técnica e científica.

4. As Partes Contratantes devem, em conformidade com sua legislação e suas políticas nacionais, elaborar e estimular modalidades de cooperação para o desenvolvimento e utilização de tecnologias, inclusive tecnologias indígenas e tradicionais, para alcançar os

objetivos desta Convenção. Com esse fim, as Partes Contratantes devem também promover a cooperação para a capacitação de pessoal e o intercâmbio de técnicos.

5. As Partes Contratantes devem, no caso de comum acordo, promover o estabelecimento de programas de pesquisa conjuntos e empresas conjuntas para o desenvolvimento de tecnologias relevantes aos objetivos desta Convenção.

Artigo 19

Gestão da Biotecnologia e Distribuição de seus Benefícios

1. Cada Parte Contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas, conforme o caso, para permitir a participação efetiva, em atividades de pesquisa biotecnológica, das Partes Contratantes, especialmente países em desenvolvimento, que provêm os recursos genéticos para essa pesquisa, e se possível nessas Partes Contratantes.

2. Cada Parte Contratante deve adotar todas as medidas possíveis para promover e antecipar acesso prioritário, em base justa e equitativa das Partes Contratantes, especialmente países em desenvolvimento, aos resultados e benefícios derivados de biotecnologias baseadas em recursos genéticos providos por essas Partes Contratantes. Esse acesso deve ser de comum acordo.

3. As Partes devem examinar a necessidade e as modalidades de um protocolo que estabeleça procedimentos adequados, inclusive, em especial, a concordância prévia fundamentada, no que respeita à transferência, manipulação e utilização seguras de todo organismo vivo modificado pela biotecnologia, que possa ter efeito negativo para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

4. Cada Parte Contratante deve proporcionar, diretamente ou por solicitação, a qualquer pessoa física ou jurídica sob sua jurisdição provedora dos organismos a que se refere o parágrafo 3 acima, à Parte Contratante em que esses organismos devam ser introduzidos, todas as Informações disponíveis sobre a utilização e as normas de segurança exigidas por essa Parte Contratante para a manipulação desses organismos, bem como todas as Informações disponíveis sobre os potenciais efeitos negativos desses organismos específicos.

Artigo 20

Recursos Financeiros

1. Cada Parte Contratante compromete-se a proporcionar, de acordo com a sua capacidade, apoio financeiro e incentivos respectivos às atividades nacionais destinadas a alcançar os objetivos desta Convenção em conformidade com seus planos, prioridades e programas nacionais.

2. As Partes países desenvolvidos devem prover recursos financeiros novos e adicionais para que as Partes países em desenvolvimento possam cobrir integralmente os custos adicionais por elas concordados decorrentes da implementação de medidas em cumprimento das obrigações desta Convenção, bem como para que se beneficiem de

seus dispositivos. Estes custos devem ser determinados de comum acordo entre cada Parte país em desenvolvimento e o mecanismo institucional previsto no Artigo 21, de acordo com políticas, estratégias, prioridades programáticas e critérios de aceitabilidade, segundo uma lista indicativa de custos adicionais estabelecida pela Conferência das Partes. Outras Partes, inclusive países em transição para uma economia de mercado, podem assumir voluntariamente as obrigações das Partes países desenvolvidos. Para os fins deste Artigo, a Conferência das Partes deve estabelecer, em sua primeira sessão, uma lista de Partes países desenvolvidos e outras Partes que voluntariamente assumam as obrigações das Partes países desenvolvidos. A Conferência das Partes deve periodicamente revisar e, se necessário, alterar a lista. Contribuições voluntárias de outros países e fontes podem ser também estimuladas. Para o cumprimento desses compromissos deve ser levada em conta a necessidade de que o fluxo de recursos seja adequado, previsível e oportuno, e a importância de distribuir os custos entre as Partes contribuintes incluídas na citada lista.

3. As Partes países desenvolvidos podem também prover recursos financeiros relativos à implementação desta Convenção por canais bilaterais, regionais e outros multilaterais.

4. O grau de efetivo cumprimento dos compromissos assumidos sob esta Convenção das Partes países em desenvolvimento dependerá do cumprimento efetivo dos compromissos assumidos sob esta Convenção pelas Partes países desenvolvidos, no que se refere a recursos financeiros e transferência de tecnologia, e levará plenamente em conta o fato de que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas das Partes países em desenvolvimento.

5. As Partes devem levar plenamente em conta as necessidades específicas e a situação especial dos países de menor desenvolvimento relativo em suas medidas relativas a financiamento e transferência de tecnologia.

6. As Partes Contratantes devem também levar em conta as condições especiais decorrentes da dependência da diversidade biológica, sua distribuição e localização nas Partes países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares.

7. Deve-se também levar em consideração a situação especial dos países em desenvolvimento, inclusive os que são ecologicamente mais vulneráveis, como os que possuem regiões áridas e semi-áridas, zonas costeiras e montanhosas

Artigo 21

Mecanismos Financeiros

1. Deve ser estabelecido um mecanismo para prover, por meio de doação ou em bases concessionais, recursos financeiros para os fins desta Convenção, às Partes países em desenvolvimento, cujos elementos essenciais são descritos neste Artigo. O mecanismo deve operar, para os fins desta Convenção, sob a autoridade e a orientação da Conferência das Partes, e a ela responder. As operações do mecanismo devem ser realizadas por estrutura institucional a ser decidida pela Conferência das Partes em sua primeira sessão. A Conferência das Partes deve determinar, para os fins desta Convenção, políticas, estratégias, prioridades programáticas e critérios de aceitabilidade relativos ao acesso e à utilização desses recursos. As Contribuições devem levar em

conta a necessidade mencionada no Artigo 20 de que o fluxo de recursos seja previsível, adequado e oportuno, de acordo com o montante de recursos necessários, a ser decidido periodicamente pela Conferência das Partes, bem como a importância da distribuição de custos entre as partes contribuintes incluídas na lista a que se refere o parágrafo 2 do Artigo 20. Contribuições voluntárias podem também ser feitas pelas Partes países desenvolvidos e por outros países e fontes. O mecanismo deve operar sob um sistema de administração democrático e transparente.

2. Em conformidade com os objetivos desta Convenção, a Conferência das Partes deve determinar, em sua primeira sessão, políticas, estratégias e prioridades programáticas, bem como diretrizes e critérios detalhados de aceitabilidade para acesso e utilização dos recursos financeiros, inclusive o acompanhamento e a avaliação periódica de sua utilização. A Conferência das Partes deve decidir sobre as providências para a implementação do parágrafo 1 acima após consulta à estrutura institucional encarregada da operação do mecanismo financeiro.

3. A Conferência das Partes deve examinar a eficácia do mecanismo estabelecido neste Artigo, inclusive os critérios e as diretrizes referidas no Parágrafo 2 acima, em não menos que dois anos da entrada em vigor desta Convenção, e a partir de então periodicamente. Com base nesse exame, deve, se necessário, tomar medidas adequadas para melhorar a eficácia do mecanismo.

4. As Partes Contratantes devem estudar a possibilidade de fortalecer as instituições financeiras existentes para prover recursos financeiros para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.

Artigo 22

Relação com Outras Convenções Internacionais

1. As disposições desta Convenção não devem afetar os direitos e obrigações de qualquer Parte Contratante decorrentes de qualquer acordo internacional existente, salvo se o exercício desses direitos e o cumprimento dessas obrigações cause grave dano ou ameaça à diversidade biológica.

2. As Partes Contratantes devem implementar esta Convenção, no que se refere ao meio ambiente marinho, em conformidade com os direitos e obrigações dos Estados decorrentes do direito do mar.

Artigo 23

Conferência das Partes

1. Uma Conferência das Partes é estabelecida por esta Convenção. A primeira sessão da Conferência das Partes deve ser convocada pelo Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no mais tardar dentro de um ano da entrada em vigor desta Convenção. Subseqüentemente, sessões ordinárias da Conferência das Partes devem ser realizadas em intervalos a serem determinados pela Conferência em sua primeira sessão.

2. Sessões extraordinárias da Conferência das Partes devem ser realizadas quando for considerado necessário pela Conferência, ou por solicitação escrita de qualquer Parte, desde que, dentro de seis meses após a solicitação ter sido comunicada às Partes pelo Secretariado, seja apoiada por pelo menos um terço das Partes.

3. A Conferência das Partes deve aprovar e adotar por consenso suas regras de procedimento e as de qualquer organismo subsidiário que estabeleça, bem como as normas de administração financeira do Secretariado. Em cada sessão ordinária, a Conferência das Partes deve adotar um orçamento para o exercício até a seguinte sessão ordinária.

4. A Conferência das Partes deve manter sob exame a implementação desta Convenção, e, com esse fim, deve:

a) Estabelecer a forma e a periodicidade da comunicação das Informações a serem apresentadas em conformidade com o Artigo 26, e examinar essas Informações, bem como os relatórios apresentados por qualquer órgão subsidiário;

b) Examinar os pareceres científicos, técnicos e tecnológicos apresentados de acordo com o Artigo 25;

c) Examinar e adotar protocolos, caso necessário, em conformidade com o Artigo 28;

d) Examinar e adotar, caso necessário, emendas a esta Convenção e a seus anexos, em conformidade com os Artigos 29 e 30;

e) Examinar emendas a qualquer protocolo, bem como a quaisquer de seus anexos e, se assim decidir, recomendar sua adoção às partes desses protocolos;

f) Examinar e adotar, caso necessário, anexos adicionais a esta Convenção, em conformidade com o Artigo 30;

g) Estabelecer os órgãos subsidiários, especialmente de consultoria científica e técnica, considerados necessários à implementação desta Convenção;

h) Entrar em contato, por meio do Secretariado, com os órgãos executivos de Convenções que tratem de assuntos objeto desta Convenção, para com eles estabelecer formas adequadas de cooperação; e

i) Examinar e tomar todas as demais medidas que possam ser necessárias para alcançar os fins desta Convenção, à luz da experiência adquirida na sua implementação.

5. As Nações Unidas, seus organismos especializados e a Agência Internacional de Energia Atômica, bem como qualquer Estado que não seja Parte desta Convenção, podem se fazer representar como observadores nas sessões da Conferência das Partes. Qualquer outro órgão ou organismo, governamental ou não-governamental, competente no campo da conservação e da utilização sustentável da diversidade biológica, que informe ao Secretariado do seu desejo de se fazer representar como observador numa sessão da Conferência das Partes, pode ser admitido, a menos que um terço das Partes

apresente objeção. A admissão e participação de observadores deve sujeitar-se às regras de procedimento adotadas pela Conferência das Partes.

Artigo 24

Secretariado

1. Fica estabelecido um Secretariado com as seguintes funções:

- a) Organizar as sessões da Conferência das Partes prevista no Artigo 23 e prestar-lhes serviço;
- b) Desempenhar as funções que lhe atribuíam os protocolos;
- c) Preparar relatórios sobre o desempenho de suas funções sob esta Convenção e apresentá-los à Conferência das Partes;
- d) Assegurar a coordenação com outros organismos internacionais pertinentes e, em particular, tomar as providências administrativas e contratuais necessárias para o desempenho eficaz de suas funções; e
- e) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas pela Conferência das Partes.

2. Em sua primeira sessão ordinária, a Conferência das Partes deve designar o Secretariado dentre as organizações internacionais competentes que se tenham demonstrado dispostas a desempenhar as funções de secretariado previstas nesta Convenção.

Artigo 25

Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico

1. Fica estabelecido um órgão subsidiário de assessoramento científico, técnico e tecnológico para prestar, em tempo oportuno, à Conferência das Partes e, conforme o caso, aos seus demais órgãos subsidiários, assessoramento sobre a implementação desta Convenção. Este órgão deve estar aberto à participação de todas as Partes e deve ser multidisciplinar. Deve ser composto por representantes governamentais com competências nos campos de especialização pertinentes. Deve apresentar relatórios regularmente à Conferência das Partes sobre todos os aspectos de seu trabalho.

2. Sob a autoridade da Conferência das Partes e de acordo com as diretrizes por ela estabelecidas, e a seu pedido, o órgão deve:

- a) Apresentar avaliações científicas e técnicas da situação da diversidade biológica;
- b) Preparar avaliações científicas e técnicas dos efeitos dos tipos de medidas adotadas, em conformidade com o previsto nesta Convenção;

c) Identificar tecnologias e conhecimentos técnicos inovadores, eficientes e avançados relacionados à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e prestar assessoramento sobre as formas e meios de promover o desenvolvimento e/ou a transferência dessas tecnologias;

d) Prestar assessoramento sobre programas científicos e cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento, relativos à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica; e

e) Responder a questões científicas, técnicas, tecnológicas e metodológicas que lhe formulem a Conferência das Partes e seus órgãos subsidiários.

3. As funções, mandato, organização e funcionamento deste órgão podem ser posteriormente melhor definidos pela Conferência das Partes.

Artigo 26

Relatórios

Cada Parte Contratante deve, com a periodicidade a ser estabelecida pela Conferência das Partes, apresentar-lhe relatórios sobre medidas que tenha adotado para a implementação dos dispositivos desta Convenção e sobre sua eficácia para alcançar os seus objetivos.

Artigo 27

Solução de Controvérsias

1. No caso de controvérsia entre Partes Contratantes no que respeita à interpretação ou aplicação desta Convenção, as Partes envolvidas devem procurar resolvê-la por meio de negociação.

2. Se as Partes envolvidas não conseguirem chegar a um acordo por meio de negociação, podem conjuntamente solicitar os bons ofícios ou a mediação de uma terceira Parte.

3. Ao ratificar, aceitar, ou aprovar esta Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer momento posterior, um Estado ou organização de integração econômica regional pode declarar por escrito ao Depositário que, no caso de controvérsia não resolvida de acordo com o parágrafo 1 ou o parágrafo 2 acima, aceita como compulsórios um ou ambos dos seguintes meios de solução de controvérsias:

a) Arbitragem de acordo com o procedimento estabelecido na Parte 1 do anexo II;

b) Submissão da controvérsia à Corte Internacional de Justiça.

4. Se as Partes na controvérsia não tiverem aceito, de acordo com o parágrafo 3 acima, aquele ou qualquer outro procedimento, a controvérsia deve ser submetida à conciliação de acordo com a Parte 2 do Anexo II, a menos que as Partes concordem de outra maneira.

5. O disposto neste Artigo aplica-se a qualquer protocolo salvo se de outra maneira disposto nesse protocolo.

Artigo 28

Adoção dos Protocolos

1. As Partes Contratantes devem cooperar na formulação e adoção de protocolos desta Convenção.
2. Os protocolos devem ser adotados em sessão da Conferência das Partes.
3. O texto de qualquer protocolo proposto deve ser comunicado pelo Secretariado às Partes Contratantes pelo menos seis meses antes dessa sessão.

Artigo 29

Emendas à Convenção ou Protocolos

1. Qualquer Parte Contratante pode propor emendas a esta Convenção. Emendas a qualquer protocolo podem ser propostas por quaisquer Partes dos mesmos.
2. Emendas a esta Convenção devem ser adotadas em sessão da Conferência das Partes. Emendas a qualquer protocolo devem ser adotadas em sessão das Partes dos protocolos pertinentes. O texto de qualquer emenda proposta a esta Convenção ou a qualquer protocolo, salvo se de outro modo disposto no protocolo, deve ser comunicado às Partes do instrumento pertinente pelo Secretariado pelo menos seis meses antes da sessão na qual será proposta sua adoção. Propostas de emenda devem também ser comunicadas pelo Secretariado aos signatários desta Convenção, para informação.
3. As Partes devem fazer todo o possível para chegar a acordo por consenso sobre as emendas propostas a esta Convenção ou a qualquer protocolo. Uma vez exauridos todos os esforços para chegar a um consenso sem que se tenha chegado a um acordo, a emenda deve ser adotada, em última instância, por maioria de dois terços das Partes do instrumento pertinente presentes e votantes nessa sessão, e deve ser submetida pelo Depositário a todas as Partes para ratificação, aceitação ou aprovação.
4. A ratificação, aceitação ou aprovação de emendas deve ser notificada por escrito ao Depositário. As emendas adotadas em conformidade com o parágrafo 3 acima devem entrar em vigor entre as Partes que as tenham aceito no nonagésimo dia após o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação de pelo menos dois terços das Partes Contratantes desta Convenção ou das Partes do protocolo pertinente, salvo se de outro modo disposto nesse protocolo. A partir de então, as emendas devem entrar em vigor para qualquer outra Parte no nonagésimo dia após a Parte ter depositado seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação das emendas.
5. Para os fins deste Artigo, "Partes presentes e votantes" significa Partes presentes e que emitam voto afirmativo ou negativo.

Artigo 30

Adoção de Anexos e Emendas a Anexos

1. Os anexos a esta Convenção ou a seus protocolos constituem parte integral da Convenção ou do protocolo pertinente, conforme o caso, e, salvo se expressamente disposto de outro modo, qualquer referência a esta Convenção e a seus protocolos constitui ao mesmo tempo referência a quaisquer de seus anexos. Esses anexos devem restringir-se a assuntos processuais, científicos, técnicos e administrativos.

2. Salvo se disposto de outro modo em qualquer protocolo no que se refere a seus anexos, para a proposta, adoção e entrada em vigor de anexos suplementares a esta Convenção ou de anexos a quaisquer de seus protocolos, deve-se obedecer o seguinte procedimento:

a) Os anexos a esta Convenção ou a qualquer protocolo devem ser propostos e adotados de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo 29;

b) Qualquer Parte que não possa aceitar um anexo suplementar a esta Convenção ou um anexo a qualquer protocolo do qual é Parte o deve notificar, por escrito, ao Depositário, dentro de um ano da data da comunicação de sua adoção pelo Depositário. O Depositário deve comunicar sem demora a todas as Partes qualquer notificação desse tipo recebida. Uma Parte pode a qualquer momento retirar uma declaração anterior de objeção, e, assim, os anexos devem entrar em vigor para aquela Parte de acordo com o disposto na alínea (c) abaixo;

c) Um ano após a data da comunicação pelo Depositário de sua adoção, o anexo deve entrar em vigor para todas as Partes desta Convenção ou de qualquer protocolo pertinente que não tenham apresentado uma notificação de acordo com o disposto na alínea (b) acima.

3. A proposta, adoção e entrada em vigor de emendas aos anexos a esta Convenção ou a qualquer protocolo devem estar sujeitas ao procedimento obedecido no caso da proposta, adoção e entrada em vigor de anexos à esta Convenção ou anexos a qualquer protocolo.

4. Se qualquer anexo suplementar ou uma emenda a um anexo for relacionada a uma emenda a esta Convenção ou qualquer protocolo, este anexo suplementar ou esta emenda somente deve entrar em vigor quando a referida emenda à Convenção ou protocolo estiver em vigor.

Artigo 31

Direito de Voto

1. Salvo o disposto no parágrafo 2 abaixo, cada Parte Contratante desta Convenção ou de qualquer protocolo deve ter um voto.

2. Em assuntos de sua competência, organizações de integração econômica regional devem exercer seu direito ao voto com um número de votos igual ao número de seus

Estados membros que sejam Partes Contratantes desta Convenção ou de protocolo pertinente. Essas organizações não devem exercer seu direito de voto se seus Estados-membros exercerem os seus, e vice-versa.

Artigo 32

Relação entre esta Convenção e seus Protocolos

1. Um Estado ou uma organização de integração econômica regional não pode ser Parte de um protocolo salvo se for, ou se tornar simultaneamente, Parte Contratante desta Convenção.
2. Decisões decorrentes de qualquer protocolo devem ser tomadas somente pelas Partes do protocolo pertinente. Qualquer Parte Contratante que não tenha ratificado, aceito ou aprovado um protocolo pode participar como observadora em qualquer sessão das Partes daquele protocolo.

Artigo 33

Assinatura

Esta Convenção está aberta a assinatura por todos os Estados e qualquer organização de integração econômica regional na cidade do Rio de Janeiro de 5 de junho de 1992 a 14 de junho de 1992, e na sede das Nações Unidas em Nova York, de 15 de junho de 1992 a 4 de junho de 1993.

Artigo 34

Ratificação, Aceitação ou Aprovação

1. Esta Convenção e seus protocolos estão sujeitos a ratificação, aceitação ou aprovação, pelos Estados e por organizações de integração econômica regional. Os Instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação devem ser depositados junto ao Depositário.
2. Qualquer organização mencionada no parágrafo 1 acima que se torne Parte Contratante desta Convenção ou de quaisquer de seus protocolos, sem que seja Parte contratante nenhum de seus Estados membros, deve ficar sujeita a todas as obrigações da Convenção ou do protocolo, conforme o caso. No caso dessas organizações, se um ou mais de seus Estados membros for uma Parte Contratante desta Convenção ou de protocolo pertinente, a organização e seus Estados membros devem decidir sobre suas respectivas responsabilidades para o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Convenção ou no protocolo, conforme o caso. Nesses casos, a organização e os Estados membros não devem exercer simultaneamente direitos estabelecidos por esta Convenção ou pelo protocolo pertinente.
3. Em seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, as organizações mencionadas no parágrafo 1 acima devem declarar o âmbito de sua competência no que respeita a assuntos regidos por esta Convenção ou por protocolo pertinente. Essas

organizações devem também informar ao Depositário de qualquer modificação pertinente no âmbito de sua competência.

Artigo 35

Adesão

1. Esta Convenção e quaisquer de seus protocolos está aberta a adesão de Estados e organizações de integração econômica regional a partir da data em que expire o prazo para a assinatura da Convenção ou do protocolo pertinente. Os instrumentos de adesão devem ser depositados junto ao Depositário.
2. Em seus instrumentos de adesão, as organizações mencionadas no parágrafo 1 acima devem declarar o âmbito de suas competências no que respeita aos assuntos regidos por esta Convenção ou pelos protocolos. Essas organizações devem também informar ao Depositário qualquer modificação pertinente no âmbito de suas competências.
3. O disposto no Artigo 34, parágrafo 2, deve aplicar-se a organizações de integração econômica regional que adiram a esta Convenção ou a quaisquer de seus protocolos.

Artigo 36

Entrada em Vigor

1. Esta Convenção entra em vigor no nonagésimo dia após a data de depósito do trigésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
2. Um protocolo deve entrar em vigor no nonagésimo dia após a data do depósito do número de instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão estipulada nesse protocolo.
3. Para cada Parte Contratante que ratifique, aceite ou aprove esta Convenção ou a ela adira após o depósito do trigésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, esta Convenção entra em vigor no nonagésimo dia após a data de depósito pela Parte Contratante do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
4. Um protocolo, salvo se disposto de outro modo nesse protocolo, deve entrar em vigor para uma Parte Contratante que o ratifique, aceite ou aprove ou a ele adira após sua entrada em vigor de acordo com o parágrafo 2 acima, no nonagésimo dia após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão por essa Parte Contratante, ou na data em que esta Convenção entre em vigor para essa Parte Contratante, a que for posterior.
5. Para os fins dos parágrafos 1 e 2 acima, os instrumentos depositados por uma organização de integração econômica regional não devem ser contados como adicionais àqueles depositados por Estados- membros dessa organização.

Artigo 37

Reservas

Nenhuma reserva pode ser feita a esta Convenção.

Artigo 38

Denúncias

1. Após dois anos da entrada em vigor desta Convenção para uma Parte Contratante, essa Parte Contratante pode a qualquer momento denunciá-la por meio de notificação escrita ao Depositário.
2. Essa denúncia tem efeito um ano após a data de seu recebimento pelo Depositário, ou em data posterior se assim for estipulado na notificação de denúncia.
3. Deve ser considerado que qualquer Parte Contratante que denuncie esta Convenção denuncia também os protocolos de que é Parte.

Artigo 39

Disposição Financeiras Provisórias

Desde que completamente reestruturado, em conformidade com o disposto no Artigo 21, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, deve ser a estrutura institucional provisória a que se refere o Artigo 21, no período entre a entrada em vigor desta Convenção e a primeira sessão da Conferência das Partes ou até que a Conferência das Partes designe uma estrutura institucional em conformidade com o Artigo 21.

Artigo 40

Disposições Transitórias para o Secretariado

O Secretariado a ser provido pelo Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente deve ser o Secretariado a que se refere o Artigo 24, parágrafo 2, provisoriamente pelo período entre a entrada em vigor desta Convenção e a primeira sessão da Conferência das Partes.

Artigo 41

Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas deve assumir as funções de Depositário desta Convenção e de seus protocolos.

Artigo 42

Textos Autênticos

O original desta Convenção, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam esta Convenção.

Feita no Rio de Janeiro, aos 5 dias de junho de mil novecentos e noventa e dois.

Anexo I

Identificação e Monitoramento

1. Ecossistemas e habitats : compreendendo grande diversidade, grande número de espécies endêmicas ou ameaçadas, ou vida silvestre; os necessários às espécies migratórias; de importância social, econômica, cultural ou científica; ou que sejam representativos, únicos ou associados a processos evolutivos ou outros processos biológicos essenciais;
2. Espécies e comunidades que: estejam ameaçadas; sejam espécies silvestres aparentadas de espécies domesticadas ou cultivadas; tenham valor medicinal, agrícola ou qualquer outro valor econômico; sejam de importância social, científica ou cultural; ou sejam de importância para a pesquisa sobre a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, como as espécies de referência; e
3. Genomas e genes descritos como tendo importância social, científica ou econômica.

Anexo II

Parte 1

Arbitragem

Artigo 1

A Parte demandante deve notificar o Secretariado de que as Partes estão submetendo uma controvérsia a arbitragem em conformidade com o Artigo 27. A notificação deve expor o objeto em questão a ser arbitrado, e incluir, em particular, os Artigos da Convenção ou do Protocolo de cuja interpretação ou aplicação se tratar a questão. Se as Partes não concordarem no que respeita o objeto da controvérsia, antes de ser o Presidente do tribunal designado, o tribunal de arbitragem deve definir o objeto em questão. O Secretariado deve comunicar a informação assim recebida a todas as Partes Contratantes desta Convenção ou do protocolo pertinente.

Artigo 2

1. Em controvérsias entre duas Partes, o tribunal de arbitragem deve ser composto de três membros. Cada uma das Partes da controvérsia deve nomear um árbitro e os dois árbitros assim nomeados devem designar de comum acordo um terceiro árbitro que deve presidir o tribunal. Este último não pode ser da mesma nacionalidade das Partes em controvérsia, nem ter residência fixa em território de uma das Partes; tampouco deve estar a serviço de nenhuma delas, nem ter tratado do caso a qualquer título.
2. Em controvérsias entre mais de duas Partes, as Partes que tenham o mesmo interesse devem nomear um árbitro de comum acordo.
3. Qualquer vaga no tribunal deve ser preenchida de acordo com o procedimento previsto para a nomeação inicial.

Artigo 3

1. Se o Presidente do tribunal de arbitragem não for designado dentro de dois meses após a nomeação do segundo árbitro, o Secretário-Geral das Nações Unidas, a pedido de uma das partes, deve designar o Presidente no prazo adicional de dois meses.
2. Se uma das Partes em controvérsia não nomear um árbitro no prazo de dois meses após o recebimento da demanda, a outra parte pode disso informar o Secretário-Geral, que deve designá-lo no prazo adicional de dois meses.

Artigo 4

O tribunal de arbitragem deve proferir suas decisões de acordo com o disposto nesta Convenção, em qualquer protocolo pertinente, e com o direito internacional.

Artigo 5

Salvo se as Partes em controvérsia de outra modo concordarem, o tribunal de arbitragem deve adotar suas próprias regras de procedimento.

Artigo 6

O tribunal de arbitragem pode, a pedido de uma das Partes, recomendar medidas provisórias indispensáveis de proteção.

Artigo 7

As Partes em controvérsia devem facilitar os trabalhos do tribunal de arbitragem e, em particular, utilizando todos os meios a sua disposição:

- a) Apresentar-lhe todos os documentos, Informações e meios pertinentes; e
- b) Permitir-lhe, se necessário, convocar testemunhas ou especialistas e ouvir seus depoimentos.

Artigo 8

As Partes e os árbitros são obrigados a proteger a confidencialidade de qualquer informação recebida com esse caráter durante os trabalhos do tribunal de arbitragem.

Artigo 9

Salvo se decidido de outro modo pelo tribunal de arbitragem devido a circunstâncias particulares do caso, os custos do tribunal devem ser cobertos em proporções iguais pelas Partes em controvérsia. O tribunal deve manter um registro de todos os seus gastos, e deve apresentar uma prestação de contas final às Partes.

Artigo 10

Qualquer Parte Contratante que tenha interesse de natureza jurídica no objeto em questão da controvérsia, que possa ser afetado pela decisão sobre o caso, pode intervir no processo com o consentimento do tribunal.

Artigo 11

O tribunal pode ouvir e decidir sobre contra-argumentações diretamente relacionadas ao objeto em questão da controvérsia.

Artigo 12

As decisões do tribunal de arbitragem tanto em matéria processual quanto sobre o fundo da questão devem ser tomadas por maioria de seus membros.

Artigo 13

Se uma das Partes em controvérsia não comparecer perante o tribunal de arbitragem ou não apresentar defesa de sua causa, a outra Parte pode solicitar ao tribunal que continue o processo e profira seu laudo. A ausência de uma das Partes ou a abstenção de uma parte de apresentar defesa de sua causa não constitui impedimento ao processo. Antes de proferir sua decisão final, o tribunal de arbitragem deve certificar-se de que a demanda está bem fundamentada de fato e de direito.

Artigo 14

O tribunal deve proferir sua decisão final em cinco meses a partir da data em que for plenamente constituído, salvo se considerar necessário prorrogar esse prazo por um período não superior a cinco meses.

Artigo 15

A decisão final do tribunal de arbitragem deve se restringir ao objeto da questão em controvérsia e deve ser fundamentada. Nela devem constar os nomes dos membros que a adotaram e sua data. Qualquer membro do tribunal pode anexar à decisão final um parecer em separado ou um parecer divergente.

Artigo 16

A decisão é obrigatória para as Partes em controvérsia. Dela não há recurso, salvo se as Partes em controvérsia houverem concordado com antecedência sobre um procedimento de apelação.

Artigo 17

As controvérsias que surjam entre as Partes em controvérsia no que respeita a interpretação ou execução da decisão final pode ser submetida por quaisquer uma das Partes à decisão do tribunal que a proferiu.

Parte 2

Conciliação

Artigo 1

Uma Comissão de conciliação deve ser criada a pedido de uma das Partes em controvérsia. Essa comissão, salvo se as Partes concordarem de outro modo, deve ser composta de cinco membros, dois nomeados por cada Parte envolvida e um Presidente escolhido conjuntamente pelos membros.

Artigo 2

Em controvérsias entre mais de duas Partes, as Partes com o mesmo interesse devem nomear, de comum acordo, seus membros na comissão. Quando duas ou mais Partes tiverem interesses independentes ou houver discordância sobre o fato de terem ou não o mesmo interesse, as Partes devem nomear seus membros separadamente.

Artigo 3

Se no prazo de dois meses a partir da data do pedido de criação de uma comissão de conciliação, as Partes não houverem nomeado os membros da comissão, o Secretário-Geral das Nações Unidas, por solicitação da Parte que formulou o pedido, deve nomeá-los no prazo adicional de dois meses.

Artigo 4

Se o Presidente da comissão de conciliação não for escolhido nos dois meses seguintes à nomeação do último membro da comissão, o Secretário-Geral das Nações Unidas, por solicitação de uma das Partes, deve designá-lo no prazo adicional de dois meses.

Artigo 5

A comissão de conciliação deverá tomar decisões por maioria de seus membros. Salvo se as Partes em controvérsia concordarem de outro modo, deve definir seus próprios procedimentos. A comissão deve apresentar uma proposta de solução da controvérsia, que as Partes devem examinar em boa fé.

Artigo 6

Uma divergência quanto à competência da comissão de conciliação deve ser decidida pela comissão.

ANEXO 2 – ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE
PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADAS AO COMERCIO
(TRIPS)

TRIPS - ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS AO COMÉRCIO

ÍNDICE

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS BÁSICOS

PARTE II - PADRÕES RELATIVOS À EXISTÊNCIA, ABRANGÊNCIA E EXERCÍCIO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Direito do Autor e Direitos Conexos;
2. Marcas;
3. Indicações Geográficas;
4. Desenhos Industriais;
5. Patentes;
6. Topografias de Circuitos Integrados;
7. Proteção de Informação Confidencial; e
8. Controle de Práticas de Concorrência Desleal em Contratos de Licenças.

PARTE III - APLICAÇÃO DE NORMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Obrigações Gerais;
2. Procedimentos e Remédios Cíveis e Administrativos;
3. Medidas Cautelares;
4. Exigências Especiais Relativas a Medidas de Fronteira; e
5. Procedimentos Penais.

PARTE IV - OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PROCEDIMENTOS INTER-PARTES CONEXOS

PARTE V - PRESENÇA E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

PARTE VI - ARRANJOS TRANSITÓRIOS

PARTE VII - ARRANJOS INSTITUCIONAIS: DISPOSIÇÕES FINAIS

Os Membros,

Desejando reduzir distorções e obstáculos ao comércio internacional e levando em consideração a necessidade de promover uma proteção eficaz e adequada dos direitos de propriedade intelectual e assegurar que as medidas e procedimentos destinados a fazê-los respeitar não se tornem, por sua vez, obstáculos ao comércio legítimo;

Reconhecendo, para tanto, a necessidade de novas regras e disciplinas relativas:

- a) à aplicabilidade dos princípios básicos do GATT 1994 e dos acordos e convenções internacionais relevantes em matéria de propriedade intelectual;
- b) ao estabelecimento de padrões e princípios adequados relativos à existência, abrangência e exercício de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio;
- c) ao estabelecimento de meios eficazes e apropriados para a aplicação de normas de proteção de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, levando em consideração as diferenças existentes entre os sistemas jurídicos nacionais;
- d) ao estabelecimento de procedimentos eficazes e expeditos para a prevenção e solução multilaterais de controvérsias entre Governos; e
- e) às disposições transitórias voltadas à plena participação nos resultados das negociações;

Reconhecendo a necessidade de um arcabouço de princípios, regras e disciplinas multilaterais sobre o comércio internacional de bens contrafeitos;

Reconhecendo que os direitos de propriedade intelectual são direitos privados;

Reconhecendo os objetivos básicos de política pública dos sistemas nacionais para a proteção da propriedade intelectual, inclusive os objetivos de desenvolvimento e tecnologia;

Reconhecendo igualmente as necessidades especiais dos países de menor desenvolvimento relativo Membros no que se refere à implementação interna de leis e regulamentos com a máxima flexibilidade, de forma a habilitá-los a criar uma base tecnológica sólida e viável;

Ressaltando a importância de reduzir tensões mediante a obtenção de compromissos firmes para a solução de controvérsias sobre questões de propriedade intelectual relacionadas ao comércio, por meio de procedimentos multilaterais;

Desejando estabelecer relações de cooperação mútua entre a OMC e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (denominada neste Acordo como OMPI), bem como com outras organizações internacionais relevantes;

Acordam, pelo presente, o que se segue:

PARTE I **DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS BÁSICOS**

ARTIGO 1 **Natureza e Abrangência das Obrigações**

1 - Os Membros colocarão em vigor o disposto neste Acordo. Os Membros poderão, mas não estarão obrigados a prover, em sua legislação, proteção mais ampla que a exigida neste Acordo, desde que tal proteção não contrarie as disposições deste Acordo. Os Membros

determinarão livremente a forma apropriada de implementar as disposições deste Acordo no âmbito de seus respectivos sistema e prática jurídicos.

2 - Para os fins deste Acordo, o termo "propriedade intelectual" refere-se a todas as categorias de propriedade intelectual que são objeto das Seções 1 a 7 da Parte II.

3 - Os Membros concederão aos nacionais de outros Membros(1) o tratamento previsto neste Acordo. No que concerne ao direito de propriedade intelectual pertinente, serão considerados nacionais de outros Membros as pessoas físicas ou jurídicas que atendam aos critérios para usufruir da proteção prevista estabelecidos na Convenção de Paris (1967), na Convenção de Berna (1971), na Convenção de Roma e no Tratado sobre Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados, quando todos os Membros do Acordo Constitutivo da OMC forem membros dessas Convenções.(2) Todo Membro que faça uso das possibilidades estipuladas no parágrafo 3º do art.5 ou no parágrafo 2º do art.6 da Convenção de Roma fará uma notificação, segundo previsto naquelas disposições, ao Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (o "Conselho para TRIPS").

(1) O termo "nacionais" é utilizado neste Acordo para designar, no caso de um território aduaneiro separado Membro da OMC, pessoas físicas ou jurídicas, que tenham domicílio ou um estabelecimento industrial ou comercial real e efetivo naquele território aduaneiro.

(2) Neste Acordo, o termo "Convenção de Paris" refere-se à Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial; "Convenção de Paris (1967)" refere-se à Ata de Estocolmo dessa Convenção de 14 de julho de 1967. O termo "Convenção de Berna" refere-se à Convenção de Berna relativa à Proteção das Obras Literárias e Artísticas; "Convenção de Berna (1971)" refere-se à Ata de Paris dessa Convenção de 24 de julho de 1971. O termo "Convenção de Roma" refere-se à Convenção Internacional para a Proteção dos Artistas-Intérpretes, Produtores de Fonogramas e Organizações de radiodifusão, adotada em Roma em 26 de outubro de 1961. O termo "Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados" (Tratado PICI) refere-se ao Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados, adotado em Washington em 26 de maio de 1989. O termo "Acordo Constitutivo da OMC" refere-se ao Acordo que cria a OMC.

ARTIGO 2

Convenções sobre Propriedade Intelectual

1 - Com relação às Partes II, III e IV deste Acordo, os Membros cumprirão o disposto nos Artigos 1 a 12 e 19, da Convenção de Paris (1967).

2 - Nada nas Partes I a IV deste Acordo derrogará as obrigações existentes que os Membros possam ter entre si, em virtude da Convenção de Paris, da Convenção de Berna, da Convenção de Roma e do Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados.

ARTIGO 3

Tratamento Nacional

1 - Cada Membro concederá aos nacionais dos demais Membros tratamento não menos favorável que o outorgado a seus próprios nacionais com relação à proteção⁽³⁾ da propriedade intelectual, salvo as exceções já previstas, respectivamente, na Convenção de Paris (1967), na Convenção de Berna (1971), na Convenção de Roma e no Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados. No que concerne a artistas-intérpretes, produtores de fonogramas e organizações de radiodifusão, essa obrigação se aplica apenas aos direitos previstos neste Acordo. Todo Membro que faça uso das possibilidades previstas no art.6 da Convenção de Berna e no parágrafo 1.b, do art.16 da Convenção de Roma fará uma notificação, de acordo com aquelas disposições, ao Conselho para TRIPS.

(3) Para os efeitos dos Artigos 3 e 4 deste Acordo, a "proteção" compreenderá aspectos que afetem a existência, obtenção, abrangência, manutenção e aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual, bem como os aspectos relativos ao exercício dos direitos de propriedade intelectual de que trata especificamente este Acordo.

2 - Os Membros poderão fazer uso das exceções permitidas no parágrafo 1º em relação a procedimentos judiciais e administrativos, inclusive a designação de um endereço de serviço ou a nomeação de um agente em sua área de jurisdição, somente quando tais exceções sejam necessárias para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições deste Acordo e quando tais práticas não sejam aplicadas de maneira que poderiam constituir restrição disfarçada ao comércio.

ARTIGO 4

Tratamento de Nação Mais Favorecida

Com relação à proteção da propriedade intelectual, toda vantagem, favorecimento, privilégio ou imunidade que um Membro conceda aos nacionais de qualquer outro país será outorgada imediata e incondicionalmente aos nacionais de todos os demais Membros. Está isenta desta obrigação toda vantagem, favorecimento, privilégio ou imunidade concedida por um Membro que:

- a) resulte de acordos internacionais sobre assistência judicial ou sobre aplicação em geral da lei e não limitados em particular à proteção da propriedade intelectual;
- b) tenha sido outorgada em conformidade com as disposições da Convenção de Berna (1971) ou da Convenção de Roma que autorizam a concessão tratamento em função do tratamento concedido em outro país e não do tratamento nacional;
- c) seja relativa aos direitos de artistas-intérpretes, produtores de fonogramas e organizações de radiodifusão não previstos neste Acordo;
- d) resultem de acordos internacionais relativos à proteção da propriedade intelectual que tenham entrado em vigor antes da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, desde que esses acordos sejam notificados ao Conselho para TRIPS e não constituam discriminação arbitrária ou injustificável contra os nacionais dos demais Membros.

ARTIGO 5

Acordos Multilaterais Sobre Obtenção ou Manutenção da Proteção

As obrigações contidas nos Artigos 3 e 4 não se aplicam aos procedimentos previstos em acordos multilaterais concluídos sob os auspícios da OMPI relativos à obtenção e manutenção dos direitos de propriedade intelectual.

ARTIGO 6

Exaustão

Para os propósitos de solução de controvérsias no marco deste Acordo, e sem prejuízo do disposto nos Artigos 3 e 4, nada neste Acordo será utilizado para tratar da questão da exaustão dos direitos de propriedade intelectual.

ARTIGO 7

Objetivos

A proteção e a aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual devem contribuir para a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e difusão de tecnologia, em benefício mútuo de produtores e usuários de conhecimento tecnológico e de uma forma conducente ao bem-estar social e econômico e a um equilíbrio entre direitos e obrigações.

ARTIGO 8

Princípios

1 - Os Membros, ao formular ou emendar suas leis e regulamentos, podem adotar medidas necessárias para proteger a saúde e nutrição públicas e para promover o interesse público em setores de importância vital para seu desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico, desde que estas medidas sejam compatíveis com o disposto neste Acordo.

2 - Desde que compatíveis com o disposto neste Acordo, poderão ser necessárias medidas apropriadas para evitar o abuso dos direitos de propriedade intelectual por seus titulares ou para evitar o recurso a práticas que limitem de maneira injustificável o comércio ou que afetem adversamente a transferência internacional de tecnologia.

PARTE II

NORMAS RELATIVAS À EXISTÊNCIA, ABRANGÊNCIA E EXERCÍCIO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

SEÇÃO 1: DIREITO DO AUTOR E DIREITOS CONEXOS

ARTIGO 9

Relação com a Convenção de Berna

1 - Os Membros cumprirão o disposto nos Artigos 1 a 21 e no Apêndice da Convenção de Berna (1971). Não obstante, os Membros não terão direitos nem obrigações, neste Acordo, com relação aos direitos conferidos pelo art.6 "bis" da citada Convenção, ou com relação aos direitos dela derivados.

2 - A proteção do direito do autor abrangerá expressões e não idéias, procedimentos, métodos de operação ou conceitos matemáticos como tais.

ARTIGO 10

Programas de Computador e Compilações de Dados

1 - Programas de computador, em código fonte ou objeto, serão protegidos como obras literárias pela Convenção de Berna (1971).

2 - As compilações de dados ou de outro material, legíveis por máquina ou em outra forma, que em função da seleção ou da disposição de seu conteúdo constituam criações intelectuais, deverão ser protegidas como tal. Essa proteção, que não se estenderá aos dados ou ao material em si, se dará sem prejuízo de qualquer direito autoral subsistente nesses dados ou material.

ARTIGO 11

Direitos de Aluguel

Um Membro conferirá aos autores e a seus sucessores legais, pelo menos no que diz respeito a programas de computador e obras cinematográficas, o direito de autorizar ou proibir o aluguel público comercial dos originais ou das cópias de suas obras protegidas pelo direito do autor. Um Membro estará isento desta obrigação no que respeita a obras cinematográficas, a menos que esse aluguel tenha dado lugar a uma ampla cópiagem dessas obras, que comprometa significativamente o direito exclusivo de reprodução conferido por um Membro aos autores e seus sucessores legais. Com relação aos programas de computador, esta obrigação não se aplica quando o programa em si não constitui o objeto essencial do aluguel.

ARTIGO 12

Duração da proteção

Quando a duração da proteção de uma obra, não fotográfica ou de arte aplicada, for calculada em base diferente à da vida de uma pessoa física, esta duração não será inferior a 50 anos, contados a partir do fim do ano civil da publicação autorizada da obra ou, na ausência dessa publicação autorizada nos 50 anos subsequentes à realização da obra, a 50 anos, contados a partir do fim do ano civil de sua realização.

ARTIGO 13

Limitações e Exceções

Os Membros restringirão as limitações ou exceções aos direitos exclusivos a determinados casos especiais, que não conflitem com a exploração normal da obra e não prejudiquem injustificavelmente os interesses legítimos do titular do direito.

ARTIGO 14

Proteção de Artistas-Intérpretes, Produtores de Fonogramas (Gravações Sonoras) e Organizações de Radiodifusão

1 - No que respeita à fixação de suas apresentações em fonogramas, os artistas-intérpretes terão a possibilidade de evitar a fixação de sua apresentação não fixada e a reprodução

desta fixação, quando efetuadas sem sua autorização. Os artistas-intérpretes terão também a possibilidade de impedir a difusão por meio de transmissão sem fio e a comunicação ao público de suas apresentações ao vivo, quando efetuadas sem sua autorização.

2 - Os produtores de fonogramas gozarão do direito de autorizar ou proibir a reprodução direta ou indireta de seus fonogramas.

3 - As organizações de radiodifusão terão o direito de proibir a fixação, a reprodução de fixações e a retransmissão por meios de difusão sem fio, bem como a comunicação ao público de suas transmissões televisivas, quando efetuadas sem sua autorização. Quando não garantam esses direitos às organizações de radiodifusão, os Membros concederão aos titulares do direito de autor, nas matérias objeto das transmissões, a possibilidade de impedir os atos antes mencionados, sujeitos às disposições da Convenção de Berna (1971).

4 - As disposições do art.11 relativas a programas de computador serão aplicadas "mutatis mutandis" aos produtores de fonogramas e a todos os demais titulares de direitos sobre fonogramas, segundo o determinado pela legislação do Membro. Se, em 15 de abril de 1994, um Membro tiver em vigor um sistema equitativo de remuneração dos titulares de direitos no que respeita ao aluguel de fonogramas, poderá manter esse sistema desde que o aluguel comercial de fonogramas não esteja causando prejuízo material aos direitos exclusivos de reprodução de titulares de direitos.

5 - A duração da proteção concedida por este Acordo aos artistas-intérpretes e produtores de fonogramas se estenderá pelo menos até o final de um prazo de 50 anos, contados a partir do final do ano civil no qual a fixação tenha sido feita ou a apresentação tenha sido realizada. A duração da proteção concedida de acordo com o parágrafo 3º será de pelo menos 20 anos, contados a partir do fim do ano civil em que a transmissão tenha ocorrido.

6 - Todo Membro poderá, em relação aos direitos conferidos pelos parágrafos 1º, 2º e 3º, estabelecer condições, limitações, exceções e reservas na medida permitida pela Convenção de Roma. Não obstante, as disposições do art.18 da Convenção de Berna (1971) também serão aplicadas, "mutatis mutandis", aos direitos sobre os fonogramas de artistas-intérpretes e produtores de fonogramas.

SEÇÃO 2: MARCAS

ARTIGO 15

Objeto da Proteção

1 - Qualquer sinal, ou combinação de sinais, capaz de distinguir bens e serviços de um empreendimento daqueles de outro empreendimento, poderá constituir uma marca. Estes sinais, em particular palavras, inclusive nomes próprios, letras, numerais, elementos figurativos e combinação de cores, bem como qualquer combinação desses sinais, serão registráveis como marcas. Quando os sinais não forem intrinsecamente capazes de distinguir os bens e serviços pertinentes, os Membros poderão condicionar a possibilidade do registro ao caráter distintivo que tenham adquirido pelo seu uso. Os Membros poderão exigir, como condição para o registro, que os sinais sejam visualmente perceptíveis.

2 - O disposto no parágrafo 1º não será entendido como impedimento a que um Membro denegue o registro de uma marca por outros motivos, desde que estes não infrinjam as disposições da Convenção de Paris (1967).

3 - Os Membros poderão condicionar a possibilidade do registro ao uso da marca. Não obstante, o uso efetivo de uma marca não constituirá condição para a apresentação de pedido de registro. Uma solicitação de registro não será indeferida apenas com base no fato de que seu uso pretendido não tenha ocorrido antes de expirado um prazo de três anos, contados a partir da data da solicitação.

4 - A natureza dos bens ou serviços para os quais se aplique uma marca não constituirá, em nenhum caso, obstáculo a seu registro.

5 - Os Membros publicarão cada marca antes ou prontamente após o seu registro e concederão oportunidade razoável para o recebimento de pedidos de cancelamento do registro. Ademais, os Membros poderão oferecer oportunidade para que o registro de uma marca seja contestado.

ARTIGO 16

Direitos Conferidos

1 - O titular de marca registrada gozará de direito exclusivo de impedir que terceiros, sem seu consentimento, utilizem em operações comerciais sinais idênticos ou similares para bens ou serviços que sejam idênticos ou similares àqueles para os quais a marca está registrada, quando esse uso possa resultar em confusão. No caso de utilização de um sinal idêntico para bens e serviços idênticos presumir-se-á uma possibilidade de confusão. Os direitos descritos acima não prejudicarão quaisquer direitos prévios existentes, nem afetarão a possibilidade dos Membros reconhecerem direitos baseados no uso.

2 - O disposto no art.6 "bis" da Convenção de Paris (1967) aplicar-se-á, "mutatis mutandis", a serviços. Ao determinar se uma marca é notoriamente conhecida, os Membros levarão em consideração o conhecimento da marca no setor pertinente do público, inclusive o conhecimento que tenha sido obtido naquele Membro, como resultado de promoção da marca.

3 - O disposto no art.6 "bis" da Convenção de Paris (1967) aplicar-se-á, "mutatis mutandis", aos bens e serviços que não sejam similares àqueles para os quais uma marca esteja registrada, desde que o uso dessa marca, em relação àqueles bens e serviços, possa indicar uma conexão entre aqueles bens e serviços e o titular da marca registrada e desde que seja provável que esse uso prejudique os interesses do titular da marca registrada.

ARTIGO 17

Exceções

Os Membros poderão estabelecer exceções limitadas aos direitos conferidos para uma marca, tal como o uso adequado de termos descritivos, desde que tais exceções levem em conta os legítimos interesses do titular da marca e de terceiros.

ARTIGO 18

Duração da Proteção

O registro inicial de uma marca, e cada uma das renovações do registro, terá duração não inferior a sete anos. O registro de uma marca será renovável indefinidamente.

ARTIGO 19

Requisito do Uso

1 - Se sua manutenção requer o uso da marca, um registro só poderá ser cancelado após transcorrido um prazo ininterrupto de pelo menos três anos de não uso, a menos que o titular da marca demonstre motivos válidos, baseados na existência de obstáculos a esse uso. Serão reconhecidos como motivos válidos para o não uso circunstâncias alheias à vontade do titular da marca, que constituam um obstáculo ao uso da mesma, tais como restrições à importação ou outros requisitos oficiais relativos aos bens e serviços protegidos pela marca.

2 - O uso de uma marca por outra pessoa, quando sujeito ao controle de seu titular, será reconhecido como uso da marca para fins de manutenção do registro.

ARTIGO 20

Outros Requisitos

O uso comercial de uma marca não será injustificavelmente sobrecarregado com exigências especiais, tais como o uso com outra marca, o uso em uma forma especial ou o uso em detrimento de sua capacidade de distinguir os bens e serviços de uma empresa daqueles de outra empresa. Esta disposição não impedirá uma exigência de que uma marca que identifique a empresa produtora de bens e serviços seja usada juntamente, mas não vinculadamente, com a marca que distinga os bens e serviços específicos em questão daquela empresa.

ARTIGO 21

Licenciamento e Cessão

Os Membros poderão determinar as condições para a concessão de licenças de uso e cessão de marcas, no entendimento de que não serão permitidas licenças compulsórias e que o titular de uma marca registrada terá o direito de ceder a marca, com ou sem a transferência do negócio ao qual a marca pertença.

SEÇÃO 3: INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

ARTIGO 22

Proteção das Indicações Geográficas

1 - Indicações Geográficas são, para os efeitos deste Acordo, indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

2 - Com relação às indicações geográficas, os Membros estabelecerão os meios legais para que as partes interessadas possam impedir:

a) a utilização de qualquer meio que, na designação ou apresentação do produto, indique ou sugira que o produto em questão provém de uma área geográfica distinta do verdadeiro lugar de origem, de uma maneira que conduza o público a erro quanto à origem geográfica do produto;

b) qualquer uso que constitua um ato de concorrência desleal, no sentido do disposto no art.10 "bis" da Convenção de Paris (1967).

3 - Um Membro recusará ou invalidará, "ex officio", se sua legislação assim o permitir, ou a pedido de uma parte interessada o registro de uma marca que contenha ou consista em indicação geográfica relativa a bens não originários do território indicado, se o uso da indicação na marca para esses bens for de natureza a induzir o público a erro quanto ao verdadeiro lugar de origem.

4 - As disposições dos parágrafos 1º, 2º e 3º serão aplicadas a uma indicação geográfica que, embora literalmente verdadeira no que se refere ao território, região ou localidade da qual o produto se origina, dê ao público a falsa idéia de que esses bens se originam em outro território.

ARTIGO 23

Proteção Adicional às Indicações Geográficas para Vinhos e Destinados

1 - Cada Membro proverá os meios legais para que as partes interessadas possam evitar a utilização de uma indicação geográfica que identifique vinhos em vinhos não originários do lugar indicado pela indicação geográfica em questão, ou que identifique destilados como destilados não originários do lugar indicado pela indicação geográfica em questão, mesmo quando a verdadeira origem dos bens esteja indicada ou a indicação geográfica utilizada em tradução ou acompanhada por expressões como "espécie", "tipo", "estilo", "imitação" ou outras similares(4).

(4) Sem prejuízo do disposto na primeira frase do art.42, os membros poderão alternativamente, com relação a essas obrigações, estabelecer medidas administrativas para lograr a aplicação de normas de proteção.

2 - O registro de uma marca para vinhos que contenha ou consista em uma indicação geográfica que identifique vinhos, ou para destilados que contenha ou consista em uma indicação geográfica que identifique destilados, será recusado ou invalidado, "ex officio", se a legislação de um Membro assim o permitir, ou a pedido de uma parte interessada, para os vinhos ou destilados que não tenham essa origem.

3 - No caso de indicações geográficas homônimas para vinhos, a proteção será concedida para cada indicação, sem prejuízo das disposições do parágrafo 4º do art.22. Cada Membro determinará as condições práticas pelas quais serão diferenciadas entre si as indicações geográficas homônimas em questão, levando em consideração a necessidade de assegurar tratamento equitativo aos produtores interessados e de não induzir a erro os consumidores.

4 - Para facilitar a proteção das indicações geográficas para vinhos, realizar-se-ão, no Conselho para TRIPS, negociações relativas ao estabelecimento de um sistema multilateral de notificação e registro de indicações geográficas para vinhos passíveis de proteção nos Membros participantes desse sistema.

ARTIGO 24

Negociações Internacionais; Exceções

1 - Os Membros acordam entaular negociações com o objetivo de aumentar a proteção às indicações geográficas específicas mencionadas no art.23. As disposições dos parágrafos 4º a 8º abaixo não serão utilizadas por um Membro como motivo para deixar de conduzir negociações ou de concluir acordos bilaterais e multilaterais. No contexto de tais negociações, os Membros se mostrarão dispostos a considerar a aplicabilidade ulterior dessas disposições a indicações geográficas específicas cuja utilização tenham sido o objeto dessas negociações.

2 - O Conselho para TRIPS manterá sob revisão a aplicação das disposições desta Seção; a primeira dessas revisões será realizada dentro de dois anos da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

Qualquer questão que afete o cumprimento das obrigações estabelecidas nessas disposições poderá ser levada à atenção do Conselho, o qual, a pedido de um Membro, realizará consultas com qualquer outro Membro ou Membros sobre as questões para as quais não tenha sido possível encontrar uma solução satisfatória mediante consultas bilaterais ou multilaterais entre os Membros interessados. O Conselho adotará as medidas que se acordem para facilitar o funcionamento e para a consecução dos objetivos dessa Seção.

3 - Ao implementar as disposições dessa Seção, nenhum Membro reduzirá a proteção às indicações geográficas que concedia no período imediatamente anterior à data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

4 - Nada nesta Seção exigirá que um Membro evite o uso continuado e similar de uma determinada indicação geográfica de outro Membro, que identifique vinhos e destilados em relação a bens e serviços, por nenhum de seus nacionais ou domiciliários que tenham utilizado esta indicação geográfica de forma continuada para esses mesmos bens e serviços, ou outros afins, no território desse Membro:

a) por, no mínimo, 10 anos antes de 15 de abril de 1994; ou

b) de boa-fé, antes dessa data.

5 - As medidas adotadas para implementar esta Seção não prejudicarão a habilitação ao registro, a validade do registro, nem o direito ao uso de uma marca, com base no fato de que essa marca é idêntica ou similar a uma indicação geográfica, quando essa marca tiver sido solicitada ou registrada de boa-fé, ou quando os direitos a essa marca tenham sido adquiridos de boa-fé mediante uso:

a) antes da data de aplicação dessas disposições naquele Membro, segundo estabelecido na Parte VI; ou

b) antes que a indicação geográfica estivesse protegida no seu país de origem.

6 - Nada nesta Seção obrigará um Membro a aplicar suas disposições a uma indicação geográfica de qualquer outro Membro relativa a bens e serviços para os quais a indicação pertinente seja idêntica ao termo habitual em linguagem corrente utilizado como nome comum para os mesmos bens e serviços no território daquele Membro. Nada do previsto nesta Seção obrigará um Membro a aplicar suas disposições a uma indicação geográfica de qualquer outro Membro relativa a produtos de viticultura para os quais a indicação relevante seja igual ao nome habitual para uma variedade de uva existente no território daquele Membro na data da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

7 - Um Membro poderá estabelecer que qualquer requerimento formulado no âmbito desta Seção, relativo ao uso ou registro de uma marca, deve ser apresentado dentro de um prazo de cinco anos após tornado do conhecimento geral naquele Membro o uso sem direito da indicação protegida, ou após a data do registro da marca naquele Membro, desde que a marca tenha sido publicada até aquela data, quando anterior à data na qual o uso sem direito tornou-se do conhecimento geral naquele Membro, desde que a indicação geográfica não seja utilizada ou registrada de má-fé.

8 - As disposições desta Seção não prejudicarão de forma alguma o direito de qualquer pessoa de usar, em operações comerciais, seu nome ou o de seu predecessor no negócio, exceto quando esse nome for utilizado de maneira que induza o público a erro.

9 - Não haverá, neste Acordo, obrigação de proteger indicações geográficas que não estejam protegidas, que tenham deixado de estar protegidas ou que tenham caído em desuso no seu país de origem.

SEÇÃO 4: DESENHOS INDUSTRIAIS

ARTIGO 25

Requisitos para a Proteção

1 - Os Membros estabelecerão proteção para desenhos industriais criados independentemente, que sejam novos ou originais. Os Membros poderão estabelecer que os desenhos não serão novos ou originais se estes não diferirem significativamente de desenhos conhecidos ou combinações de características de desenhos conhecidos. Os Membros poderão estabelecer que essa proteção não se estenderá a desenhos determinados essencialmente por considerações técnicas ou funcionais.

2 - Cada Membro assegurará que os requisitos para garantir proteção a padrões de tecidos - particularmente no que se refere a qualquer custo, exame ou publicação - não dificulte injustificavelmente a possibilidade de buscar e de obter essa proteção. Os Membros terão liberdade para cumprir com essa obrigação por meio de lei sobre desenhos industriais ou mediante lei de direito autoral.

ARTIGO 26

Proteção

1 - O titular de um desenho industrial protegido terá o direito de impedir terceiros, sem sua autorização, de fazer, vender ou importar artigos que ostentem ou incorporem um desenho que constitua uma cópia, ou seja substancialmente uma cópia, do desenho protegido, quando esses atos sejam realizados com fins comerciais.

2 - Os Membros poderão estabelecer algumas exceções à proteção de desenhos industriais, desde que tais exceções não conflitem injustificavelmente com a exploração normal de desenhos industriais protegidos, nem prejudiquem injustificavelmente o legítimo interesse do titular do desenho protegido, levando em conta o legítimo interesse de terceiros.

3 - A duração da proteção outorgada será de, pelo menos, dez anos.

SEÇÃO 5: PATENTES

ARTIGO 27

Matéria Patenteável

1 - Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 2º e 3º abaixo, qualquer invenção, de produto ou de processo, em todos os setores tecnológicos, será patenteável, desde que seja nova, envolva um passo inventivo e seja passível de aplicação industrial.(5) Sem prejuízo do disposto no parágrafo 4º do art.65, no parágrafo 8º do art.70 e no parágrafo 3º deste Artigo, as patentes serão disponíveis e os direitos patentários serão usufruíveis sem discriminação quanto ao local de invenção, quanto a seu setor tecnológico e quanto ao fato de os bens serem importados ou produzidos localmente.

(5) Para os fins deste Artigo, os termos "passo inventivo" "passível de aplicação industrial" podem ser considerados por um Membro como sinônimos aos termos "não óbvio" e "utilizável".

2 - Os Membros podem considerar como não patenteáveis invenções cuja exploração em seu território seja necessário evitar para proteger a ordem pública ou a moralidade, inclusive para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal ou para evitar sérios prejuízos ao meio ambiente, desde que esta determinação não seja feita apenas por que a exploração é proibida por sua legislação.

3 - Os Membros também podem considerar como não patenteáveis:

a) métodos diagnósticos, terapêuticos e cirúrgicos para o tratamento de seres humanos ou de animais;

b) plantas e animais, exceto microorganismos e processos essencialmente biológicos para a produção de plantas ou animais, excetuando-se os processos não biológicos e microbiológicos. Não obstante, os Membros concederão proteção a variedades vegetais, seja por meio de patentes, seja por meio de um sistema "sui generis" eficaz, seja por uma combinação de ambos. O disposto neste subparágrafo será revisto quatro anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

ARTIGO 28

Direitos Conferidos

1 - Uma patente conferirá a seu titular os seguintes direitos exclusivos:

a) quando o objeto da patente for um produto, o de evitar que terceiros sem seu consentimento produzam, usem, coloquem à venda, vendam, ou importem(6) com esses propósitos aqueles bens;

(6) Esse direito, como todos os demais direitos conferidos por esse Acordo relativos ao uso, venda, importação e outra distribuição de bens, está sujeito ao disposto no art.6.

b) quando o objeto da patente for um processo, o de evitar que terceiros sem seu consentimento usem o processo e usem, coloquem à venda, vendam, ou importem com esses propósitos pelo menos o produto obtido diretamente por aquele processo.

2 - Os titulares de patente terão também o direito de cedê-la ou transferi-la por sucessão e o de efetuar contratos de licença.

ARTIGO 29

Condições para os Requerentes de Patente

1 - Os Membros exigirão que um requerente de uma patente divulgue a invenção de modo suficientemente claro e completo para permitir que um técnico habilitado possa realizá-la e podem exigir que o requerente indique o melhor método de realizar a invenção que seja de seu conhecimento no dia do pedido ou, quando for requerida prioridade, na data prioritária do pedido.

2 - Os Membros podem exigir que o requerente de uma patente forneça informações relativas a seus pedidos correspondentes de patente e às concessões no exterior.

ARTIGO 30

Exceções aos Direitos Conferidos

Os Membros poderão conceder exceções limitadas aos direitos exclusivos conferidos pela patente, desde que elas não conflitem de forma não razoável com sua exploração normal e não prejudiquem de forma não razoável os interesses legítimos de seu titular, levando em conta os interesses legítimos de terceiros.

ARTIGO 31

Outro Uso sem Autorização do Titular

Quando a legislação de um Membro permite outro uso(7) do objeto da patente sem autorização de seu titular, inclusive o uso pelo Governo ou por terceiros autorizados pelo Governo, as seguintes disposições serão respeitadas:

(7) O termo "outro uso" refere-se ao uso diferente daquele permitido pelo art.30.

a) a autorização desse uso será considerada com base no seu mérito individual;

b) esse uso só poderá ser permitido se o usuário proposto tiver previamente buscado obter autorização do titular, em termos e condições comerciais razoáveis, e que esses esforços não tenham sido bem sucedidos num prazo razoável. Essa condição pode ser dispensada por um Membro em caso de emergência nacional ou outras circunstâncias de extrema urgência ou em casos de uso público não comercial. No caso de uso público não comercial, quando o Governo ou o contratante sabe ou tem base demonstrável para saber, sem proceder a uma busca, que uma patente vigente é ou será usada pelo ou para o Governo, o titular será prontamente informado;

c) o alcance e a duração desse uso será restrito ao objetivo para o qual foi autorizado e, no caso de tecnologia de semicondutores, será apenas para uso público não comercial ou para remediar um procedimento determinado como sendo anticompetitivo ou desleal após um processo administrativo ou judicial;

d) esse uso será não exclusivo;

e) esse uso não será transferível, exceto conjuntamente com a empresa ou parte da empresa que dele usufrui;

f) esse uso será autorizado predominantemente para suprir o mercado interno do Membro que o autorizou;

g) sem prejuízo da proteção adequada dos legítimos interesses das pessoas autorizadas, a autorização desse uso poderá ser terminada se e quando as circunstâncias que o propiciaram deixarem de existir e se for improvável que venham a existir novamente. A autoridade competente terá o poder de rever, mediante pedido fundamentado, se essas circunstâncias persistem;

h) o titular será adequadamente remunerado nas circunstâncias de cada uso, levando-se em conta o valor econômico da autorização;

i) a validade legal de qualquer decisão relativa à autorização desse uso estará sujeita a recurso judicial ou a outro recurso independente junto a uma autoridade claramente superior naquele Membro;

j) qualquer decisão sobre a remuneração concedida com relação a esse uso estará sujeita a recurso judicial ou outro recurso independente junto a uma autoridade claramente superior naquele Membro;

k) os Membros não estão obrigados a aplicar as condições estabelecidas nos subparágrafos "b" e "f" quando esse uso for permitido para remediar um procedimento determinado como sendo anticompetitivo ou desleal após um processo administrativo ou judicial. A necessidade de corrigir práticas anticompetitivas ou desleais pode ser levada em conta na determinação da remuneração em tais casos. As autoridades competentes terão o poder de recusar a terminação da autorização se e quando as condições que a propiciaram forem tendentes a ocorrer novamente;

l) quando esse uso é autorizado para permitir a exploração de uma patente ("a segunda patente") que não pode ser explorada sem violar outra patente ("a primeira patente"), as seguintes condições adicionais serão aplicadas:

- i) a invenção identificada na segunda patente envolverá um avanço técnico importante de considerável significado econômico em relação à invenção identificada na primeira patente;
- ii) o titular da primeira patente estará habilitado a receber uma licença cruzada, em termos razoáveis, para usar a invenção identificada na segunda patente; e
- iii) o uso autorizado com relação à primeira patente será não transferível, exceto com a transferência da segunda patente.

ARTIGO 32

Nulidade/Caducidade

Haverá oportunidade para recurso judicial contra qualquer decisão de anular ou de caducar uma patente.

ARTIGO 33

Vigência

A vigência da patente não será inferior a um prazo de 20 anos, contados a partir da data do depósito.(8)

(8) Entende-se que aqueles Membros que não dispõem de um sistema de concessão original podem dispor que o termo de proteção será contado a partir da data do depósito no sistema de concessão original.

ARTIGO 34

Patentes de Processo: Ônus da Prova

1 - Para os fins de processos cíveis relativos à infração dos direitos do titular referidos no parágrafo 1.b do art.28, se o objeto da patente é um processo para a obtenção de produto, as autoridades judiciais terão o poder de determinar que o réu prove que o processo para obter um produto idêntico é diferente do processo patenteado. Conseqüentemente, os Membros disporão que qualquer produto idêntico, quando produzido sem o consentimento do titular, será considerado, na ausência de prova em contrário, como tendo sido obtido a partir do processo patenteado, pelo menos em uma das circunstâncias seguintes:

- a) se o produto obtido pelo processo patenteado for novo;
- b) se existir probabilidade significativa de o produto idêntico ter sido feito pelo processo e o titular da patente não tiver sido capaz, depois de empregar razoáveis esforços, de determinar o processo efetivamente utilizado.

2 - Qualquer Membro poderá estipular que o ônus da prova indicado no parágrafo 1º recairá sobre a pessoa a quem se imputa a infração apenas quando satisfeita a condição referida no subparágrafo "a" ou apenas quando satisfeita a condição referida no subparágrafo "b".

3 - Na adução da prova em contrário, os legítimos interesses dos réus na proteção de seus segredos de negócio e de fábrica serão levados em consideração.

SEÇÃO 6: TOPOGRAFIAS DE CIRCUITOS INTEGRADOS

ARTIGO 35

Relação com o Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados

Os Membros acordam outorgar proteção às topografias de circuitos integrados (denominados adiante "topografias") em conformidade com os Artigos 2 a 7 (salvo o parágrafo 3º do art.6), art.12 e parágrafo 3º do art.16 do Tratado sobre Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados e, adicionalmente, em cumprir com as disposições seguintes.

ARTIGO 36

Abrangência da Proteção

Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do art.37, os Membros considerarão ilícitos os seguintes atos, se realizados sem a autorização do titular do direito:(9) importar, vender ou distribuir por outro modo para fins comerciais uma topografia protegida, um circuito integrado no qual esteja incorporada uma topografia protegida ou um artigo que incorpore um circuito integrado desse tipo, somente na medida em que este continue a conter uma reprodução ilícita de uma topografia.

(9) Entende-se que o termo "titular de direito" possui, nesta Seção, o mesmo significado do termo "titular do direito" no Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados.

ARTIGO 37

Atos que não Exigem a Autorização do Titular do Direito

1 - Sem prejuízo do disposto no art.36, nenhum Membro considerará ilícita a realização de qualquer dos atos a que se refere aquele artigo em relação a um circuito integrado que contenha uma topografia reproduzida de forma ilícita ou a qualquer produto que incorpore um tal circuito integrado, quando a pessoa que tenha efetuado ou ordenado tais atos não sabia e não tinha base razoável para saber, quando da obtenção do circuito integrado ou do produto, que ele continha uma topografia reproduzida de forma ilícita. Os Membros disporão que, após essa pessoa ter sido suficientemente informada de que a topografia fora reproduzida de forma ilícita, ela poderá efetuar qualquer daqueles atos com relação ao estoque disponível ou previamente encomendado, desde que pague ao titular do direito uma quantia equivalente a uma remuneração razoável, equivalente à que seria paga no caso de uma licença livremente negociada daquela topografia.

2 - As condições estabelecidas nos subparágrafos "a" a "k" do art.31 aplicar-se-ão, "mutatis mutandis", no caso de qualquer licenciamento não voluntário de uma topografia ou de seu uso pelo ou para o Governo sem a autorização do titular do direito.

ARTIGO 38

Duração da Proteção

1 - Nos Membros que exigem o registro como condição de proteção, a duração da proteção de topografias não expirará antes de um prazo de dez anos contados do depósito do pedido de registro ou da primeira exploração comercial, onde quer que ocorra no mundo.

2 - Nos Membros que não exigem registro como condição de proteção, as topografias serão protegidas por um prazo não inferior a dez anos da data da primeira exploração comercial, onde quer que ocorra no mundo.

3 - Sem prejuízo dos parágrafos 1º e 2º, um Membro pode dispor que a proteção terminará quinze anos após a criação da topografia.

SEÇÃO 7: PROTEÇÃO DE INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

ARTIGO 39

1 - Ao assegurar proteção efetiva contra competição desleal, como disposto no art.10 "bis" da Convenção de Paris (1967), os Membros protegerão informação confidencial de acordo com o parágrafo 2º abaixo, e informação submetida a Governos ou a Agências Governamentais, de acordo com o parágrafo 3º abaixo.

2 - Pessoas físicas e jurídicas terão a possibilidade de evitar que informações legalmente sob seu controle seja divulgada, adquirida ou usada por terceiros, sem seu consentimento, de maneira contrária a práticas comerciais honestas,(10) desde que tal informação:

(10) Para os fins da presente disposição, a expressão "de maneira contrária a práticas comerciais honestas" significará pelo menos práticas como violação ao contrato, abuso de confiança, indução à infração, e inclui a obtenção de informação confidencial por terceiros que tinham conhecimento, ou desconheciam por grave negligência, que a obtenção dessa informação envolvia tais práticas.

a) seja secreta, no sentido de que não seja conhecida em geral nem facilmente acessível a pessoas de círculos que normalmente lidam com o tipo de informação em questão, seja como um todo, seja na configuração e montagem específicas de seus componentes;

b) tenha valor comercial por ser secreta; e

c) tenha sido objeto de precauções razoáveis, nas circunstâncias, pela pessoa legalmente em controle da informação, para mantê-la secreta.

3 - Os Membros que exijam a apresentação de resultados de testes ou outros dados não divulgados, cuja elaboração envolva esforço considerável, como condição para aprovar a comercialização de produtos farmacêuticos ou de produtos agrícolas químicos que utilizem novas entidades químicas, protegerão esses dados contra seu uso comercial desleal. Ademais, os Membros adotarão providências para impedir que esses dados sejam divulgados, exceto quando necessário para proteger o público, ou quando tenham sido adotadas medidas para assegurar que os dados sejam protegidos contra o uso comercial desleal.

SEÇÃO 8: CONTROLE DE PRÁTICAS DE CONCORRÊNCIA DESLEAL EM CONTRATOS DE LICENÇAS

ARTIGO 40

1 - Os Membros concordam que algumas práticas ou condições de licenciamento relativas a direitos de propriedade intelectual que restringem a concorrência podem afetar adversamente o comércio e impedir a transferência e disseminação de tecnologia.

2 - Nenhuma disposição deste Acordo impedirá que os Membros especifiquem em suas legislações condições ou práticas de licenciamento que possam, em determinados casos, constituir um abuso dos direitos de propriedade intelectual que tenha efeitos adversos sobre a concorrência no mercado relevante. Conforme estabelecido acima, um Membro pode adotar, de forma compatível com as outras disposições deste Acordo, medidas apropriadas para evitar ou controlar tais práticas, que podem incluir, por exemplo, condições de cessão exclusiva, condições que impeçam impugnações da validade e pacotes de licenças coercitivos, à luz das leis e regulamentos pertinentes desse Membro.

3 - Cada Membro aceitará participar de consultas quando solicitado por qualquer outro Membro que tenha motivo para acreditar que um titular de direitos de propriedade intelectual, que seja nacional ou domiciliado no Membro ao qual o pedido de consultas tenha sido dirigido, esteja adotando práticas relativas à matéria da presente Seção, em violação às leis e regulamentos do Membro que solicitou as consultas e que deseja assegurar o cumprimento dessa legislação, sem prejuízo de qualquer ação legal e da plena liberdade de uma decisão final por um ou outro Membro. O Membro ao qual tenha sido dirigida a solicitação dispensará consideração plena e receptiva às consultas com o Membro solicitante, propiciará adequada oportunidade para sua realização e cooperará mediante o fornecimento de informações não confidenciais, publicamente disponíveis, que sejam de relevância para o assunto em questão, e de outras informações de que disponha o Membro, sujeito à sua legislação interna e à conclusão de acordos mutuamente satisfatórios relativos à salvaguarda do seu caráter confidencial pelo Membro solicitante.

4 - Um Membro, cujos nacionais ou pessoas nele domiciliadas estejam sujeitas a ações judiciais em outro Membro, relativas à alegada violação de leis e regulamentos desse outro Membro em matéria objeto desta Seção, terá oportunidade, caso assim o solicite, para efetuar consulta nas mesmas condições previstas no parágrafo 3º.

PARTE III **APLICAÇÃO DE NORMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

SEÇÃO 1: OBRIGAÇÕES GERAIS

ARTIGO 41

1 - Os Membros assegurarão que suas legislações nacionais disponham de procedimentos para a aplicação de normas de proteção como especificadas nesta Parte, de forma a permitir uma ação eficaz contra qualquer infração dos direitos de propriedade intelectual previstos neste Acordo, inclusive remédios expeditos destinados a prevenir infrações e remédios que constituam um meio de dissuasão contra infrações ulteriores. Estes

procedimentos serão aplicados de maneira a evitar a criação de obstáculos ao comércio legítimo e a prover salvaguardas contra seu uso abusivo.

2 - Os procedimentos relativos à aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual serão justos e eqüitativos. Não serão desnecessariamente complicados ou onerosos, nem comportarão prazos não razoáveis ou atrasos indevidos.

3 - As decisões sobre o mérito de um caso serão, de preferência, escritas e fundamentadas. Estarão à disposição, pelo menos das partes do processo, sem atraso indevido. As decisões sobre o mérito de um caso serão tomadas apenas com base em provas sobre as quais as Partes tenham tido oportunidade de se manifestar.

4 - As Partes de um processo terão a oportunidade de que uma autoridade judicial reveja as decisões administrativas finais e pelo menos os aspectos legais das decisões judiciais iniciais sobre o mérito do pedido, sem prejuízo das disposições jurisdicionais da legislação de um Membro relativa à importância do caso. Não haverá obrigação, contudo, de prover uma oportunidade para revisão de absolvições em casos criminais.

5 - O disposto nesta Parte não cria qualquer obrigação de estabelecer um sistema jurídico para a aplicação de normas de proteção da propriedade intelectual distinto do já existente para aplicação da legislação em geral. Nenhuma das disposições desta Parte cria qualquer obrigação com relação à distribuição de recursos entre a aplicação de normas destinadas à proteção dos direitos de propriedade intelectual e a aplicação da legislação em geral.

SEÇÃO 2: PROCEDIMENTOS E REMÉDIOS CIVIS E ADMINISTRATIVOS

ARTIGO 42

Procedimentos Justos e Eqüitativos

Os Membros farão com que os titulares de direitos⁽¹¹⁾ possam dispor de procedimentos judiciais civis relativos à aplicação de normas de proteção de qualquer direito de propriedade intelectual coberto por este Acordo. Os réus terão direito a receber, em tempo hábil, intimação por escrito e que contenha detalhes suficientes, inclusive as razões das pretensões. Será permitido às partes fazer-se representar por um advogado independente e os procedimentos não imporão exigências excessivas quanto à obrigatoriedade de comparecimento pessoal. Todas as partes nesses procedimentos estarão devidamente habilitadas a fundamentar suas pretensões e a apresentar todas as provas pertinentes. O procedimento fornecerá meios para identificar e proteger informações confidenciais, a menos que isto seja contrário a disposições constitucionais vigentes.

(11) Para efeitos desta Parte, o termo "titular de direito" inclui federações e associações que possuam capacidade legal para exercer tais direitos.

ARTIGO 43

Provas

1 - Quando uma parte tiver apresentado provas razoavelmente acessíveis, suficientes para sustentar suas pretensões e tiver indicado provas relevantes para a fundamentação de suas pretensões que estejam sob o controle da parte contrária, as autoridades judiciais terão o

poder de determinar que esta apresente tais provas, sem prejuízo, quando pertinente, das condições que asseguram proteção da informação confidencial.

2 - Nos casos em que uma das partes no processo denegue, voluntariamente ou sem motivos válidos, acesso a informação necessária, ou não a forneça dentro de um prazo razoável, ou obstaculize significativamente um procedimento relativo a uma ação de aplicação de normas de proteção, um Membro pode conceder às autoridades judiciais o poder de realizar determinações judiciais preliminares e finais, afirmativas ou negativas, com base nas informações que lhes tenham sido apresentadas, inclusive a reclamação ou a alegação apresentada pela parte adversamente afetada pela recusa de acesso à informação, sob condição de conceder às partes oportunidade de serem ouvidas sobre as alegações ou provas.

ARTIGO 44

Ordens Judiciais

1 - As autoridades judiciais terão o poder de determinar que uma parte cesse uma violação "inter alia" para impedir a entrada nos canais de comércio sob sua jurisdição de bens importados que envolvam violação de um direito de propriedade intelectual, imediatamente após a liberação alfandegária de tais bens. Os Membros não estão obrigados a conceder este poder com relação à matéria protegida, que tenha sido adquirida ou encomendada por uma pessoa antes de saber, ou de ter motivos razoáveis para saber, que operar com essa matéria ensejaria a violação de um direito de propriedade intelectual.

2 - Não obstante as demais disposições desta Parte e desde que respeitadas as disposições da Parte II, relativas especificamente à utilização por Governos, ou por terceiros autorizados por um Governo, sem a autorização do titular do direito, os Membros poderão limitar os remédios disponíveis contra tal uso ao pagamento de remuneração, conforme o disposto na alínea "h" do art.31. Nos outros casos, os remédios previstos nesta Parte serão aplicados ou, quando esses remédios forem incompatíveis com a legislação de um Membro, será possível obter sentenças declaratórias e compensação adequada.

ARTIGO 45

Indenizações

1 - As autoridades judiciais terão o poder de determinar que o infrator pague ao titular do direito uma indenização adequada para compensar o dano que este tenha sofrido em virtude de uma violação de seu direito de propriedade intelectual cometido por um infrator que tenha efetuado a atividade infratora com ciência, ou com base razoável para ter ciência.

2 - As autoridades judiciais terão também o poder de determinar que o infrator pague as despesas do titular do direito, que poderão incluir os honorários apropriados de advogado. Em casos apropriados, os Membros poderão autorizar as autoridades judiciais a determinar a reparação e/ou o pagamento de indenizações previamente estabelecidas, mesmo quando o infrator não tenha efetuado a atividade infratora com ciência, ou com base razoável para ter ciência.

ARTIGO 46

Outros Remédios

A fim de estabelecer um elemento de dissuasão eficaz contra violações, as autoridades judiciais terão o poder de determinar que bens, que se tenha determinado sejam bens que violem direitos de propriedade intelectual, sejam objeto de disposição fora dos canais comerciais, sem qualquer forma de compensação, de tal maneira a evitar qualquer prejuízo ao titular do direito, ou, quando esse procedimento for contrário a requisitos constitucionais em vigor, que esses bens sejam destruídos. As autoridades judiciais terão também o poder de determinar que materiais e implementos cujo uso predominante tenha sido o de elaborar os bens que violam direitos de propriedade intelectual sejam objeto de disposição fora dos canais comerciais, sem qualquer forma de compensação, de maneira a minimizar os riscos de violações adicionais. Na consideração desses pedidos, será levada em conta a necessidade de proporcionalidade entre a gravidade da violação e os remédios determinados, bem como os interesses de terceiras partes. Com relação a bens com marca contrafeita, a simples remoção de marca ilicitamente afixada não será suficiente para permitir a liberação dos bens nos canais de comércio, a não ser em casos excepcionais.

ARTIGO 47

Direito à Informação

Os Membros poderão dispor que as autoridades judiciais tenham o poder de determinar que o infrator informe ao titular do direito a identidade de terceiras pessoas envolvidas na produção e distribuição dos bens ou serviços que violem direitos de propriedade intelectual e de seus canais de distribuição, a menos que isto seja desproporcional à gravidade da violação.

ARTIGO 48

Indenização do Réu

1 - As autoridades judiciais terão o poder de determinar que uma parte, a pedido da qual tenham sido tomadas medidas e que tenha abusado dos procedimentos de aplicação de normas de proteção de direitos de propriedade intelectual, provenha à parte que tenha sido equivocadamente objeto de ordem judicial ou de medida cautelar compensação adequada pelo prejuízo em que incorreu por conta desse abuso. As autoridades judiciais terão também o poder de determinar ao demandante que pague as despesas do réu, que podem incluir honorários adequados de advogado.

2 - Os Membros só poderão isentar autoridades e funcionários públicos de estarem sujeitos a medidas apropriadas de reparação, relativas à aplicação de qualquer lei sobre a proteção ou a observância de direitos de propriedade intelectual, quando as ações tiverem sido efetuadas ou pretendidas de boa-fé, no contexto da aplicação daquela legislação.

ARTIGO 49

Procedimentos Administrativos

Na medida em que qualquer remédio cível possa ser determinado como decorrência de procedimentos administrativos sobre o mérito de um caso, esses procedimentos conformar-se-ão a princípios substantivamente equivalentes aos estabelecidos nesta Seção.

SEÇÃO 3: MEDIDAS CAUTELARES

ARTIGO 50

1 - As autoridades judiciais terão o poder de determinar medidas cautelares rápidas e eficazes:

a) para evitar a ocorrência de uma violação de qualquer direito de propriedade intelectual, em especial para evitar a entrada nos canais comerciais sob sua jurisdição de bens, inclusive de bens importados, imediatamente após sua liberação alfandegária;

b) para preservar provas relevantes relativas a uma alegada violação.

2 - As autoridades judiciais terão o poder de adotar medidas cautelares, "inaudita altera parte", quando apropriado, em especial quando qualquer demora tenderá a provocar dano irreparável ao titular do direito, ou quando exista um risco comprovado de que as provas sejam destruídas.

3 - As autoridades judiciais terão o poder de exigir que o requerente forneça todas as provas razoavelmente disponíveis, de modo a se convencer, com grau suficiente de certeza, que o requerente é o titular do direito e que seu direito está sendo violado ou que tal violação é iminente e de determinar que o requerente deposite uma caução ou garantia equivalente, suficiente para proteger o réu e evitar abuso.

4 - Quando medidas cautelares tenham sido adotadas "inaudita altera parte", as partes afetadas serão notificadas sem demora, no mais tardar após a execução das medidas. Uma revisão, inclusive o direito a ser ouvido, terá lugar mediante pedido do réu, com vistas a decidir, dentro de um prazo razoável após a notificação das medidas, se essas medidas serão alteradas, revogadas ou mantidas.

5 - A autoridade que executará as medidas cautelares poderá requerer ao demandante que ele provenha outras informações necessárias à identificação dos bens pertinentes.

6 - Sem prejuízo do disposto no parágrafo 4º, as medidas cautelares adotadas com base nos parágrafos 1º e 2º serão revogadas ou deixarão de surtir efeito, quando assim requisitado pelo réu, se o processo conducente a uma decisão sobre o mérito do pedido não for iniciado dentro de um prazo razoável. Nos casos em que a legislação de um Membro assim o permitir, esse prazo será fixado pela autoridade judicial que determinou as medidas cautelares. Na ausência de sua fixação, o prazo não será superior a 20 dias úteis ou a 31 dias corridos, o que for maior.

7 - Quando as medidas cautelares forem revogadas, ou quando elas expirarem em função de qualquer ato ou omissão por parte do demandante, ou quando for subsequente verificada que não houve violação ou ameaça de violação a um direito de propriedade intelectual, as autoridades judiciais, quando solicitadas pelo réu, terão o poder de determinar que o demandante forneça ao réu compensação adequada pelo dano causado por essas medidas.

8 - Na medida em que qualquer medida cautelar possa ser determinada como decorrência de procedimento administrativo, esses procedimentos conformar-se-ão a princípios substantivamente equivalentes aos estabelecidos nesta Seção.

SEÇÃO 4: EXIGÊNCIAS ESPECIAIS RELATIVAS A MEDIDAS DE FRONTEIRA

ARTIGO 51

Suspensão de Liberação pelas Autoridades Alfandegárias

Os Membros adotarão procedimentos,(12),(13) de acordo com as disposições abaixo, para permitir que um titular de direito, que tenha base válida para suspeitar que a importação de bens com marca contrafeita ou pirateados(14) possa ocorrer, apresente um requerimento por escrito junto às autoridades competentes, administrativas ou judiciais, para a suspensão pelas autoridades alfandegárias da liberação desses bens. Os Membros podem permitir que um requerimento dessa natureza seja feito com relação a bens que envolvam outras violações de direitos de propriedade intelectual, desde que as exigências desta Seção sejam satisfeitas. Os Membros também podem permitir processos correspondentes, relativos à suspensão da liberação pelas autoridades alfandegárias de bens que violem direitos de propriedade intelectual destinados à exportação de seus territórios.

(12) Quando um Membro tiver desmontado substantivamente todos os controles sobre a movimentação de bens através de sua fronteira com outro Membro com o qual ele faz parte de uma união aduaneira, ele não estará obrigado a aplicar as disposições desta Seção naquela fronteira.

(13) Fica entendido que não haverá obrigação de aplicar esses procedimentos a importações de bens colocados no mercado de um terceiro país pelo titular do direito ou com o seu consentimento, nem a bens em trânsito.

(14) Para os fins deste Acordo, entende-se por:

a) "bens com marca contrafeita" quaisquer bens inclusive a embalagem, que ostentem sem autorização uma marca que seja idêntica à marca registrada relativa a tais bens ou que não pode ser distinguida, em seus aspectos essenciais, dessa marca e que, por conseguinte, viola os direitos do titular da marca registrada em questão na legislação do país de importação;

b) "bens pirateados" quaisquer bens que constituam cópias efetuadas sem a permissão do titular do direito ou de pessoa por ele devidamente autorizada no país onde for produzido e que são elaborados direta ou indiretamente a partir de um artigo no qual a elaboração daquela cópia teria constituído uma violação de um direito autoral ou conexo na legislação do país de importação.

ARTIGO 52

Requerimento

Qualquer titular de direito que inicie os procedimentos previstos no art.51 terá de fornecer provas adequadas para satisfazer as autoridades competentes, de acordo com a legislação do país de importação, que existe "prima facie", uma violação do direito de propriedade

intelectual do titular do direito e de fornecer uma descrição suficientemente detalhada dos bens, de forma a que sejam facilmente reconhecidos pelas autoridades alfandegárias. As autoridades competentes informarão ao requerente, dentro de um prazo de tempo razoável, se aceitaram o requerimento e, quando determinado pelas autoridades competentes, o prazo em que agirão as autoridades alfandegárias.

ARTIGO 53

Caução ou Garantia Equivalente

1 - As autoridades competentes terão o poder de exigir que o requerente deposite uma caução ou garantia equivalente, suficiente para proteger o requerido e evitar abuso. Essa caução ou garantia equivalente não deterá despropositadamente o recurso a esses procedimentos.

2 - De acordo com requerimento previsto nesta Seção, quando a liberação de bens envolvendo desenhos industriais, patentes, topografias de circuito integrado ou informações confidenciais tiver sido suspensa pelas autoridades alfandegárias, com base numa decisão que não tenha sido tomada por uma autoridade judicial ou por outra autoridade independente, e o prazo estipulado no art.55 tenha expirado sem a concessão de alívio provisório pelas autoridades devidamente capacitadas, o proprietário, importador ou consignatário desses bens terá direito à sua liberação quando depositar uma caução suficiente para proteger o titular do direito de qualquer violação, desde que todas as outras condições de importação tenham sido cumpridas. O pagamento dessa caução não restringirá o direito a outros remédios disponíveis para o titular do direito, ficando entendido que a caução será liberada se o titular do direito desistir do direito de litigar dentro de um prazo razoável.

ARTIGO 54

Notificação de Suspensão

O importador e o requerente serão prontamente notificados da suspensão da liberação dos bens, de acordo com o art.51.

ARTIGO 55

Duração da Suspensão

Se as autoridades alfandegárias não tiverem sido informadas, num prazo de até 10 dias úteis após a notificação ao requerente da suspensão da liberação, de que um processo tendente a uma decisão sobre o mérito do pedido tenha sido iniciado por outra parte que não o réu, ou que a autoridade devidamente capacitada tenha adotado medidas cautelares prolongando a suspensão da liberação dos bens, os bens serão liberados, desde que todas as outras condições para importação e exportação tenham sido cumpridas; em casos apropriados, esse limite de tempo pode ser estendido por 10 dias úteis adicionais. Se o processo tendente a uma decisão sobre o mérito do pedido tiver sido iniciado, haverá, quando solicitada pelo réu, uma revisão, inclusive o direito de ser ouvido, a fim de se decidir, dentro de um prazo razoável, se essas medidas serão modificadas, revogadas ou confirmadas. Não obstante o acima descrito, quando a suspensão da liberação dos bens for efetuada ou mantida de acordo com uma medida judicial cautelar, serão aplicadas as disposições do parágrafo 6º do art.50.

ARTIGO 56
Indenização do Importador e do Proprietário dos Bens

As autoridades pertinentes terão o poder de determinar que o requerente pague ao importador, ao consignatário e ao proprietário dos bens uma compensação adequada por qualquer dano a eles causado pela retenção injusta dos bens ou pela retenção de bens liberados de acordo com o art.55.

ARTIGO 57
Direito à Inspeção e à Informação

Sem prejuízo da proteção de informações confidenciais, os Membros fornecerão às autoridades competentes o poder de conceder ao titular do direito oportunidade suficiente para que quaisquer bens detidos pelas autoridades alfandegárias sejam inspecionados, de forma a fundamentar as pretensões do titular do direito. As autoridades competentes terão também o poder de conceder ao importador uma oportunidade equivalente para que quaisquer desses bens sejam inspecionados. Quando a decisão de mérito for pela procedência do pedido, os Membros podem prover às autoridades competentes o poder de informar ao titular do direito os nomes e endereços do consignador, do importador e do consignatário e da quantidade de bens em questão.

ARTIGO 58
Ação Ex Officio

Quando os Membros exigem que as autoridades competentes atuem por conta própria e suspendam a liberação de bens em relação aos quais elas obtiveram prova inicial de que um direito de propriedade intelectual esteja sendo violado:

- a) as autoridades competentes podem buscar obter, a qualquer momento, do titular do direito qualquer informação que possa assisti-las a exercer esse poder;
- b) o importador e o titular do direito serão prontamente notificados da suspensão. Quando o importador tiver apresentado uma medida contra a suspensão junto às autoridades competentes, a suspensão estará sujeita, "mutatis mutandis", às condições estabelecidas no art.55;
- c) os Membros só poderão isentar autoridades e servidores públicos de estarem sujeitos a medidas apropriadas de reparação quando os atos tiverem sido praticados ou pretendidos de boa-fé.

ARTIGO 59
Remédios

Sem prejuízo dos demais direitos de ação a que faz jus o titular do direito e ao direito do réu de buscar uma revisão por uma autoridade judicial, as autoridades competentes terão o poder de determinar a destruição ou a alienação de bens que violem direitos de propriedade intelectual, de acordo com os princípios estabelecidos no art.46. Com relação a bens com marca contrafeita, as autoridades não permitirão sua reexportação sem que sejam alterados nem os submeterão a procedimento alfandegário distinto, a não ser em circunstâncias excepcionais.

ARTIGO 60
Importações De Minimis

Os Membros poderão deixar de aplicar as disposições acima no caso de pequenas quantidades de bens, de natureza não comercial, contidos na bagagem pessoal de viajantes ou enviados em pequenas consignações.

SEÇÃO 5: PROCEDIMENTOS PENAIS

ARTIGO 61

Os Membros proverão a aplicação de procedimentos penais e penalidades pelo menos nos casos de contrafação voluntária de marcas e pirataria em escala comercial. Os remédios disponíveis incluirão prisão e/ou multas monetárias suficientes para constituir um fator de dissuasão, de forma compatível com o nível de penalidades aplicadas a crimes de gravidade correspondente. Em casos apropriados, os remédios disponíveis também incluirão a apreensão, perda e destruição dos bens que violem direitos de propriedade intelectual e de quaisquer materiais e implementos cujo uso predominante tenha sido na consecução do delito.

Os Membros podem prover a aplicação de procedimentos penais e penalidades em outros casos de violação de direitos de propriedade intelectual, em especial quando eles forem cometidos voluntariamente e em escala comercial.

PARTE IV
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE
INTELECTUAL E PROCEDIMENTOS INTER-PARTES CONEXOS

ARTIGO 62

1 - Os Membros podem exigir o cumprimento de procedimentos e formalidades razoáveis, como uma condição da obtenção ou manutenção dos direitos de propriedade intelectual estabelecidos pelas Seções 2 a 6 da Parte II. Esses procedimentos e formalidades serão compatíveis com as disposições deste Acordo.

2 - Quando a obtenção de um direito de propriedade intelectual estiver sujeita à concessão do direito ou a seu registro, os Membros, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos substantivos para obtenção dos direitos, assegurarão que os procedimentos para concessão ou registro permitam a concessão ou registro do direito num prazo razoável, de modo a evitar redução indevida do prazo de proteção.

3 - O art.4 da Convenção de Paris (1967) será aplicado, "mutatis mutandis", a marcas de serviços.

4 - Os procedimentos relativos à obtenção ou manutenção de direitos de propriedade intelectual e, quando a legislação de um Membro os tiver, os relativos à nulidade administrativa, e aos procedimentos "inter partes", como oposição, anulação e cancelamento, obedecerão os princípios gerais estabelecidos nos parágrafos 2º e 3º do art.41.

5 - As decisões administrativas finais em qualquer dos procedimentos previstos no art.41 estará sujeita a revisão por uma autoridade judicial ou quase judicial. Não haverá obrigação, contudo, de prover uma oportunidade para essa revisão de decisões nos casos de oposição indeferida ou nulidade administrativa, desde que as razões para esses procedimentos possam estar sujeitas a procedimentos de invalidação.

PARTE V

PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

ARTIGO 63

Transparência

1- As leis e regulamentos e as decisões judiciais e administrativas finais de aplicação geral, relativas à matéria objeto deste Acordo (existência, abrangência, obtenção, aplicação de normas de proteção e prevenção de abuso de direitos de propriedade intelectual) que forem colocadas em vigor por um Membro serão publicadas ou, quando essa publicação não for conveniente, serão tornadas públicas, num idioma nacional, de modo a permitir que Governos e titulares de direitos delas tomem conhecimento. Os Acordos relativos a matéria objeto deste Acordo que estejam em vigor entre o Governo ou uma Agência Governamental de um Membro e o Governo ou uma Agência Governamental de um outro Membro também serão publicados.

2 - Os Membros notificarão o Conselho para TRIPS das leis e regulamentos a que se refere o parágrafo 1º, de forma a assistir aquele Conselho em sua revisão da operação deste Acordo. O Conselho tentará minimizar o ônus dos Membros em dar cumprimento a esta obrigação e pode decidir dispensá-los da obrigação de notificar diretamente o Conselho sobre tais leis e regulamentos se conseguir concluir com a OMPI entendimento sobre o estabelecimento de um registro comum contendo essas leis e regulamentos. Nesse sentido, o Conselho também considerará qualquer ação exigida a respeito das notificações originadas das obrigações deste Acordo derivadas das disposições do art.6 da Convenção de Paris (1967).

3 - Cada Membro estará preparado a suprir informações do tipo referido no parágrafo 1º, em resposta a um requerimento por escrito de outro Membro. Um Membro que tenha razão para acreditar que uma decisão judicial ou administrativa específica ou um determinado acordo bilateral na área de direitos de propriedade intelectual afete seus direitos, como previstos neste Acordo, também poderá requerer por escrito permissão de consultar ou de ser informado, com suficiente detalhe, dessas decisões judiciais ou administrativas específicas ou desse determinado acordo bilateral.

4 - Nada do disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º exigirá que os Membros divulguem informação confidencial que impediria a execução da lei ou que seria contrária ao interesse público ou que prejudicaria os interesses comerciais legítimos de determinadas empresas, públicas ou privadas.

ARTIGO 64

Solução de Controvérsias

1 - O disposto nos Artigos 22 e 23 do GATT 1994, como elaborado e aplicado pelo Entendimento de Solução de Controvérsias, será aplicado a consultas e soluções de

controvérsias no contexto deste Acordo, salvo disposição contrária especificamente prevista neste Acordo.

2 - Os subparágrafos 1.b e 1.c do art.23 do GATT 1994 não serão aplicados a soluções de controvérsias no contexto deste Acordo durante um prazo de cinco anos contados a partir da data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

3 - Durante o prazo a que se refere o parágrafo 2º, o Conselho para TRIPS examinará a abrangência e as modalidades para reclamações do tipo previsto nos subparágrafos 1.b e 1.c do art.13 do GATT 1994, efetuadas em conformidade com este Acordo, e submeterão suas recomendações à Conferência Ministerial para aprovação. Qualquer decisão da Conferência Ministerial de aprovar essas recomendações ou de estender o prazo estipulado no parágrafo 2º somente será adotada por consenso. As recomendações aprovadas passarão a vigorar para todos os Membros sem qualquer processo formal de aceitação.

PARTE VI **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

ARTIGO 65 **Disposições Transitórias**

1 - Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 2º, 3º e 4º, nenhum Membro estará obrigado a aplicar as disposições do presente Acordo antes de transcorrido um prazo geral de um ano após a data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

2 - Um país em desenvolvimento Membro tem direito a postergar a data de aplicação das disposições do presente Acordo, estabelecida no parágrafo 1º, por um prazo de quatro anos, com exceção dos Artigos 3, 4 e 5.

3 - Qualquer outro Membro que esteja em processo de transformação de uma economia de planejamento centralizado para uma de mercado e de livre empresa e esteja realizando uma reforma estrutural de seu sistema de propriedade intelectual e enfrentando problemas especiais na preparação e implementação de leis e regulamentos de propriedade intelectual, poderá também beneficiar-se de um prazo de adiamento tal como previsto no parágrafo 2º.

4 - Na medida em que um país em desenvolvimento Membro esteja obrigado pelo presente Acordo a estender proteção patentária de produtos a setores tecnológicos que não protegia em seu território na data geral de aplicação do presente Acordo, conforme estabelecido no parágrafo 2º, ele poderá adiar a aplicação das disposições sobre patentes de produtos da Seção 5 da Parte II para tais setores tecnológicos por um prazo adicional de cinco anos.

5 - Um Membro que se utilize do prazo de transição previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º assegurará que quaisquer modificações nas suas legislações, regulamentos e práticas feitas durante esse prazo não resultem em um menor grau de consistência com as disposições do presente Acordo.

ARTIGO 66
Países de Menor Desenvolvimento Relativo Membros

1 - Em virtude de suas necessidades e requisitos especiais, de suas limitações econômicas, financeiras e administrativas e de sua necessidade de flexibilidade para estabelecer uma base tecnológica viável, os países de menor desenvolvimento relativo Membros não estarão obrigados a aplicar as disposições do presente Acordo, com exceção dos Artigos 3, 4 e 5, durante um prazo de dez anos contados a partir da data de aplicação estabelecida no parágrafo 1º do art.65. O Conselho para TRIPS, quando receber um pedido devidamente fundamentado de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, concederá prorrogações desse prazo.

2 - Os países desenvolvidos Membros concederão incentivos a empresas e instituições de seus territórios com o objetivo de promover e estimular a transferência de tecnologia aos países de menor desenvolvimento relativo Membros, a fim de habilitá-los a estabelecer uma base tecnológica sólida e viável.

ARTIGO 67
Cooperação Técnica

A fim de facilitar a aplicação do presente Acordo, os países desenvolvidos Membros, a pedido, e em termos e condições mutuamente acordadas, prestarão cooperação técnica e financeira aos países em desenvolvimento Membros e de menor desenvolvimento relativo Membros.

Essa cooperação incluirá assistência na elaboração de leis e regulamentos sobre proteção e aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual, bem como sobre a prevenção de seu abuso, e incluirá apoio ao estabelecimento e fortalecimento dos escritórios e agências nacionais competentes nesses assuntos, inclusive na formação de pessoal.

PARTE VII
DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS: DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 68

O Conselho para TRIPS supervisionará a aplicação deste Acordo e, em particular, o cumprimento, por parte dos Membros, das obrigações por ele estabelecidas, e lhes oferecerá a oportunidade de efetuar consultas sobre questões relativas aos aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio. O Conselho se desincumbirá de outras atribuições que lhe forem confiados pelos Membros e, em particular, lhes prestará qualquer assistência solicitada no contexto de procedimentos de solução de controvérsias. No desempenho de suas funções, o Conselho para TRIPS poderá consultar e buscar informações de qualquer fonte que considerar adequada. Em consulta com a OMPI, o Conselho deverá buscar estabelecer, no prazo de um ano a partir de sua primeira reunião, os arranjos apropriados para a cooperação com os órgãos daquela Organização.

ARTIGO 69

Cooperação Internacional

Membros concordam em cooperar entre si com o objetivo de eliminar o comércio internacional de bens que violem direitos de propriedade intelectual. Para este fim, estabelecerão pontos de contato em suas respectivas administrações nacionais, deles darão notificação e estarão prontos a intercambiar informações sobre o comércio de bens infratores. Promoverão, em particular, o intercâmbio de informações e a cooperação entre as autoridades alfandegárias no que tange ao comércio de bens com marca contrafeita e bens pirateados.

ARTIGO 70

Proteção da Matéria Existente

1 - Este Acordo não gera obrigações relativas a atos ocorridos antes de sua data de aplicação para o respectivo Membro.

2 - Salvo disposições em contrário nele previstas, este Acordo, na data de sua publicação para o Membro em questão, gera obrigações com respeito a toda a matéria existente, que esteja protegida naquele Membro na citada data, ou que satisfaça, ou venha posteriormente a satisfazer, os critérios de proteção estabelecidos neste Acordo. Com relação ao presente parágrafo e aos parágrafos 3º e 4º abaixo, as obrigações em matéria de direito do autor relacionadas com obras existentes serão determinadas unicamente pelo disposto no art.18 da **Convenção de Berna (1971)**, e as obrigações relacionadas com os direitos dos produtores de fonogramas e dos artistas-intérpretes em fonogramas existentes serão determinadas unicamente pelo disposto no art.18 da Convenção de Berna (1971), na forma em que foi tornado aplicável pelo disposto no parágrafo 6º do art.14 deste Acordo.

3 - Não haverá obrigação de restabelecer proteção da matéria, que, na data de aplicação deste Acordo para o Membro em questão, tenha caído no domínio público.

4 - Com respeito a quaisquer atos relativos a objetos específicos que incorporem matéria protegida e que venham a violar direitos de propriedade intelectual, nos termos de legislação em conformidade com este Acordo, e que se tenham iniciado, ou para os quais um investimento significativo tenha sido efetuado, antes da data de aceitação do Acordo Constitutivo da OMC por aquele Membro, qualquer Membro poderá estabelecer uma limitação aos remédios disponíveis ao titular de direito com relação à continuação desses atos após a data de aplicação deste Acordo por aquele Membro. Em tais casos, entretanto, o Membro estabelecerá ao menos o pagamento de remuneração eqüitativa.

5 - Nenhum Membro está obrigado a aplicar as disposições do art.11 nem do parágrafo 4º do art.14 a originais ou cópias compradas antes da data de aplicação deste Acordo para este Membro.

6 - Os Membros não estão obrigados a aplicar o art.31, nem o requisito estabelecido no parágrafo 1º do art.27 segundo o qual os direitos de patentes serão desfrutados sem discriminação quanto ao setor tecnológico, no tocante ao uso sem a autorização do titular do direito, quando a autorização para tal uso tenha sido concedida pelo Governo antes da data em que este Acordo tornou-se conhecido.

7 - No caso de direitos de propriedade intelectual para os quais a proteção esteja condicionada ao registro, será permitido modificar solicitações de proteção que se encontrem pendentes na data de aplicação deste Acordo para o Membro em questão, com vistas a reivindicar qualquer proteção adicional prevista nas disposições deste Acordo. Tais modificações não incluirão matéria nova.

8 - Quando um Membro, na data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, não conceder proteção patentária a produtos farmacêuticos nem aos produtos químicos para a agricultura em conformidade com as obrigações previstas no art.27, esse Membro:

a) não obstante as disposições da Parte VI, estabelecerá, a partir da data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, um meio pelo qual os pedidos de patente para essas invenções possam ser depositados;

b) aplicará a essas solicitações, a partir da data de aplicação deste Acordo, os critérios de patentabilidade estabelecidos neste instrumento como se tais critérios estivessem sendo aplicados nesse Membro na data do depósito dos pedidos, quando uma prioridade possa ser obtida e seja reivindicada, na data de prioridade do pedido; e

c) estabelecerá proteção patentária, em conformidade com este Acordo, a partir da concessão da patente e durante o resto da duração da mesma, a contar da data de apresentação da solicitação em conformidade com o art.33 deste Acordo, para as solicitações que cumpram os critérios de proteção referidos na alínea "b" acima.

9 - Quando um produto for objeto de uma solicitação de patente num Membro, em conformidade com o parágrafo 8.a, serão concedidos direitos exclusivos de comercialização, não obstante as disposições da Parte VI acima, por um prazo de cinco anos, contados a partir da obtenção da aprovação de comercialização nesse Membro ou até que se conceda ou indefira uma patente de produto nesse Membro se esse prazo for mais breve, desde que, posteriormente à data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, uma solicitação de patente tenha sido apresentada e uma patente concedida para aquele produto em outro Membro e se tenha obtido à aprovação de comercialização naquele outro Membro.

ARTIGO 71

Revisão e Emenda

1 - O Conselho para TRIPS avaliará a aplicação deste Acordo após transcorrido o prazo de transição mencionado no parágrafo 2º do art.65.

Com base na experiência adquirida em sua aplicação, o Conselho empreenderá uma revisão do Acordo dois anos após aquela data e, subsequentemente, em intervalos idênticos. O Conselho poderá também efetuar avaliações à luz de quaisquer acontecimentos novos e relevantes, que possam justificar modificação ou emenda deste Acordo.

2 - As emendas que sirvam meramente para incorporar níveis mais elevados de proteção dos direitos de propriedade intelectual, alcançados e vigentes em outros acordos multilaterais, e que tenham sido aceitos no contexto desses acordos por todos os Membros da OMC, poderão ser encaminhados à Conferência Ministerial para sua deliberação, em

conformidade com o disposto no parágrafo 6º do art.10 do Acordo Constitutivo da OMC, a partir de uma proposta consensual do Conselho de TRIPS.

ARTIGO 72

Reservas

Não poderão ser feitas reservas com relação a qualquer disposição deste Acordo sem o consentimento dos demais Membros.

ARTIGO 73

Exceções de Segurança

Nada neste Acordo será interpretado:

a) como exigência de que um Membro forneça qualquer informação, cuja divulgação ele considere contrária a seus interesses essenciais de segurança; ou

b) como impeditivo de que um Membro adote qualquer ação que considere necessária para a proteção de seus interesses essenciais de segurança:

i) relativos a materiais físséis ou àqueles dos quais são derivados;

ii) relativos ao tráfico de armas, munição e material bélico e ao tráfico de outros bens e materiais efetuado, direta ou indiretamente, com o propósito de suprir estabelecimentos militares;

iii) adotada em tempo de guerra ou de outra emergência em relações internacionais; ou

c) como impeditivo de um Membro adotar qualquer ação de acordo com a Carta das Nações Unidas para a manutenção da paz e segurança internacionais.

Decreto nº 1.355, de 30.12.94

Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguia de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, a Ata Final que Incorpora aos Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, assinada em Maraueche, em 12 de abril de 1994;

Considerando que o Instrumento de Ratificação da referida Ata Final pela República Federativa do Brasil foi depositado em Genebra, junto ao Diretor do GATT, em 21 de dezembro de 1994;

Considerando que a referida Ata Final entra em vigor para a República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º A Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguaí de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, apensa por cópia ao presente decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nele contém.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO Celso
Luiz Nunes Amorim

Publicado no D.O.U. de 31.12.94, Seção I, pág. 21.394.